

**FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA
MESTRADO EM DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

ROSALY STANGE AZEVEDO

**FILHOS DA ENXADA: A (DES)TERRITORIALIZAÇÃO DO
CAMPEINATO NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES**

**VITÓRIA
2017**

ROSALY STANGE AZEVEDO

**FILHOS DA ENXADA: A (DES)TERRITORIALIZAÇÃO DO
CAMPESinATO NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direito.

Orientador: Profº Dr. André Filipe Pereira Reid dos Santos

VITÓRIA

2017

ROSALY STANGE AZEVEDO

**FILHOS DA ENXADA: A (DES)TERRITORIALIZAÇÃO DO
CAMPEsinATO NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direito.

Aprovada em _____.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profº Dr. André Filipe Pereira Reid dos Santos
Faculdade de Direito de Vitória
Orientador

Profª. Drª. Elda Coelho de Azevedo Bussinger
Faculdade de Direito de Vitória

Prof. Drª Telma Mara Bittencourt Bassetti
Membro Externo - UFRJ

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Membro Externo - UNESP

Dedico este trabalho ao meu pai Dinaldo,
minha mãe Regina e minha irmã Tânia,
que tanto amor me dedicaram em vida (*in
memorian*).

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo abraço cuidadoso, em todos os momentos.

A Débora e Ingrid, minhas irmãs e amigas para toda a vida.

A Cazum, meu marido, pelo apoio e companheirismo, que tanto me fortalecem todos os dias. Mais que palavras, atitudes.

Aos meus filhos: Carol, minha menina levada e esperta; Julia, minha princesa corajosa, que nunca será “purupu”; Arthur, artilheiro carinhoso e cheiroso; Tiago, para sempre meu pequeno, por simplesmente existirem em minha vida.

Aos colegas Fausto Gaia, Ana Paula Luz, Fabio Bonisson, Germana Morelo e Suzane Shultz, pelo incentivo a ingressar no curso de mestrado.

A todos os desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho que me permitiram afastar da jurisdição para que eu pudesse me dedicar a este trabalho.

Aos professores do mestrado e, em especial, Carlos Henrique Bezerra Leite, cujas contribuições em minha banca de qualificação foram fundamentais para o crescimento do meu estudo.

À professora Telma Mara Bittencourt Bassetti, pelas valiosas contribuições à ocasião da qualificação e por aceitar compor a banca de defesa. Sem dúvida, esta dissertação melhorou com seu olhar.

À Chrystine pela amizade e por me acompanhar nas visitas e entrevistas, e à seu esposo, missionário Lenildo, por abrir as portas de sua casa e pelos momentos de alegria compartilhados.

A André Filipe, meu orientador, pelo comprometimento com a docência e pela paciência e disponibilidade dispensadas à minha orientação.

Aos servidores da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá que me auxiliaram, em especial, Catarina Mondenesi Mandarano, pelo apoio, me apresentando a todos da Prefeitura; ao Secretário Municipal de Agropecuária, Manfredo Kruger, por me dar condições logísticas de realizar a pesquisa de campo; a Solinéia Thon Stuhr, por ter sido minha simpática e divertida tradutora da língua pomerana; a Alan Delon de Oliveira, por me levar para as visitas durante minha pesquisa de campo de forma tão amável.

À Guisila e a todos os agricultores que abriram as portas, não apenas de suas casas, mas também de suas vidas e dividiram comigo suas experiências, respondendo pacientemente as entrevistas.

À Cláudia Simões Mariano, por revisar de forma dedicada e prestativa este trabalho, apesar de meus tropeços nos prazos combinados.

A todos que contribuíram direta e indiretamente nas diversas e dolorosas etapas na construção desta dissertação.

“- Estamos muito satisfeitos, Vossa Nobreza – disse ele, quando Nekhliúdob se calou e ficou observando-o, à espera da resposta. - Claro, não tem nada de ruim aqui. Para um mujique, é melhor trabalhar na terra do que chicotear cavalos numa carruagem. Ficar andando com gente estranha, ver pessoas diferentes, isso perturba nosso irmão. Para o mujique, não tem melhor negócio do que trabalhar na terra”.

Liev Tolstói.

RESUMO

O objetivo do estudo é responder ao seguinte questionamento: a agricultura familiar é uma modalidade de relação de trabalho em que o trabalhador rural, como produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente, é expropriado, inserido na lógica capitalista? A disputa entre os dois modelos territoriais no campo, do campesinato e do capital possuem fronteiras limítrofes cinzentas e tênues. A desigualdade no âmbito das relações entre esses particulares abre espaço para a adoção do princípio da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, devendo a proteção jurídica favorecer os camponeses, ponta mais frágil da relação, agricultores que colocam o alimento na mesa dos brasileiros. A pesquisa de campo fez o estudo de caso do Município de Santa Maria de Jetibá/ES, mediante entrevistas semiestruturadas, em pesquisa qualitativa. O trabalho possui três capítulos interligados, os quais acompanham o conceito de território proposto por Fernandes. No primeiro, é apresentado o território de Santa Maria de Jetibá, localidade escolhida para a realização da pesquisa, em seus aspectos geográfico e histórico. No segundo capítulo delinea-se o segundo território, apresentando os tipos de propriedade existentes no campo: unidades camponesas e capitalistas. O terceiro capítulo analisa o terceiro território, formado a partir dos diferentes espaços controlados por relações de poder entre unidades camponesas e capitalistas. A base teórica principal do trabalho transita entre os textos de tradição marxista. Os resultados mostram que o campesinato em Santa Maria de Jetibá é uma modalidade de relação de trabalho em que o trabalhador rural, como produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente é expropriado, inserido na lógica capitalista em uma escala ascendente de campesinidade, considerando um extremo, em que a produção é praticamente para subsistência, até atingir o outro extremo, em que o índice de campesinidade é nulo, quando a unidade agrária deve ser considerada empresa agrícola capitalista.

Palavras-chave: Campesinato. Capitalismo. Agricultura familiar. Espírito Santo.

ABSTRACT

The objective of this study is to answer the following question: is family farmer a model of labor relation in which the rural worker, as a producer of goods and creator of surplus labor, is expropriated, that is, inserted into the capitalist logic? The dispute between the two territorial models in the countryside, the peasantry and the capital, have gray and thin boundaries. The inequality present in the relationship between private individuals makes way for the adoption of the principle of horizontal efficiency of fundamental rights, by which the legal protection should benefit the peasantry, the weakest part of this relationship, farmers who put the food on the table of Brazilians every single day. The main theoretical basis for this work circulated between texts of Marxist tradition and academic studies that discuss the historical context in which the colonization of the State of Espírito Santo happened, with the aim of understanding the pattern of capitalist development in this State. The dialectic method was used. The field research studied the Municipality of Santa Maria de Jetibá (in the State of Espírito Santo), through semi-structured interviews, in qualitative research.

Keywords: Peasantry; capitalism; family farmer.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – O município de Santa Maria de Jetibá no Estado do Espírito Santo.....	27
Mapa 2 – Mesorregião Central.....	27
Mapa 3 – Limites administrativos Microrregião Central-Serrana.....	28
Mapa 4 – Limites administrativos – Santa Maria de Jetibá-ES.....	29

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 –	Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Santa Maria de Jetibá.....	31
Quadro 2 –	IDHM de Santa Maria de Jetibá 1991 – 2000 – 2010.....	31
Quadro 3 –	Aspectos da estratificação fundiária de Santa Maria de Jetibá/ES...	35
Quadro 4 –	População rural/urbana Município Santa Maria de Jetibá/ES.....	77
Quadro 5 –	Taxa de fecundidade em Santa Maria de Jetibá/ES.....	79
Quadro 6 –	Trabalho Infantil em Santa Maria de Jetibá/ES.....	84
Tabela 1 –	Estrutura fundiária no Brasil em 1992 – 1998 – 2003 – 2010 –2011 – 2012 – 2014.....	36

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Vista da cidade	30
Foto 2 – Região onde hoje está assentado o Município de Santa Maria de Jetibá.....	45
Foto 3 – Monumento ao imigrante na praça central da cidade.....	70
Foto 4 – Trabalhadora assalariada contratada “a dia” por L.C.....	74
Foto 5 – Agricultora L.C. trabalhando em plantação de morangos orgânicos	74
Foto 6 – Casal de camponeses com filho jovem colocando adubo em plantação.....	78
Foto 7 – Camponesa trabalhando na roça enquanto a filha brinca na terra	80
Foto 8 – Crianças brincando com caixas de produtos agrícolas	83
Foto 9 – Sítio “cama e café” Vale Verde, residência original de imigrantes pomeranos	88
Foto 10 – Colono pomerano, tocando concertina, instrumento trazido pelos imigrantes	89
Foto 11 – Guisila preparando o almoço pomerano em fogão à lenha	90
Foto 12 – Placa na entrada do centro de Santa Maria de Jetibá	92
Foto 13 – Barragem do Rio Bonito, com remanescentes da Mata Atlântica	92
Foto 14 – Museu da Imigração Pomerana	93
Foto 15 – Agricultor orgânico e sua máquina de moer milho.....	99
Foto 16 – Canteiros orgânicos com cultivos diversificados.....	101
Foto 17 – Lavoura de hortaliças – agricultura convencional	104
Foto 18 – Sede da COOPEAVI em Santa Maria de Jetibá/ES	111
Foto 19 – Produtores orgânicos participam da entrega de veículo	120

ANEXOS

Anexo 1	136
Anexo 2	137

LISTA DE SIGLAS

AVES – Associação de Avicultores do Estado do Espírito Santo

CAF-SERRANA – Cooperativa dos Agricultores Familiares da Região Serrana do Espírito Santo

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

COOPEAVI – Cooperativa Agropecuária Centro-Serrana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONU – Organização das Nações Unidas

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PQA – Paradigma da Questão Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UEC – Unidade Econômica Camponesa

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 O PRIMEIRO TERRITÓRIO: ESPAÇO DE GOVERNANÇA	25
1.1 O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ.....	25
1.2 O SUJEITO DA PESQUISA: CAMPONÊS OU AGRICULTOR FAMILIAR?.....	31
1.3 A OCUPAÇÃO DAS TERRAS NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ.....	37
1.4 TENDÊNCIA HISTÓRICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	47
2 SEGUNDO TERRITÓRIO: PROPRIEDADES CAMPONESAS E CAPITALISTAS.....	52
2.1 MODELOS ANTAGÔNICOS: INSTRUMENTAÇÃO TEÓRICA.....	53
2.1.1 O paradigma da questão agrária: permanência do campesinato como fenômeno estrutural.....	55
2.1.2 O paradigma do capitalismo agrário: permanência do campesinato como fenômeno conjuntural.....	63
2.2 CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS SOBRE O CAMPESINATO EM SANTA MARIA DE JETIBÁ.....	69
2.2.1 Prática camponesa inalienável: diversidade.....	71
2.2.2 “Trabalha igual nós mesmo”: o lugar da mulher na roça.....	76
2.2.3 “Começa assim com uma enxadinha, vai brincando”: a criança na roça.....	79
2.2.4 Herança da terra e práticas de parentesco.....	84
2.2.5 “Você não sabe quem é esse povo que chega”: o paradoxo do turismo em Santa Maria de Jetibá.....	88
3 TERCEIRO TERRITÓRIO: A DESTERRITORIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CAMPESINATO PELO CAPITAL	94

3.1 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DO CAMPESINATO	94
3.2 PRODUÇÃO ORGÂNICA COMO MECANISMO DE RESISTÊNCIA	97
3.3 CAMPESINATO E MERCADO.....	101
3.4 COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS	105
3.5 CAMPESINATO E ESTADO	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	126
ANEXOS.....	136

INTRODUÇÃO

O objetivo inicial da pesquisa que resultou nesta dissertação de mestrado era compreender a problematização do trabalho infantil entre os camponeses. Os rumos desse estudo, porém, foram alterados pelas leituras que precederam a redação do texto do projeto de pesquisa. O enfrentamento de questões envolvendo a especificidade do lugar da criança em uma família camponesa deve, necessariamente, partir da análise das práticas e relações sociais em que se inscreve o trabalho de todos os membros da família nos processos produtivos rurais. Compreender o campesinato, sua lógica específica de autoexploração, o momento e o alcance da apropriação do trabalho excedente do camponês pelo capitalismo são temas que deveriam ser enfrentados pela pesquisadora em seu processo de busca do ponto de partida antes mesmo de adentrar pela complexa questão do trabalho infantil rural. Esse tema será tratado, de forma pontual, no capítulo 3 e poderá ser retomado com maior profundidade em estudo posterior.

Feitas as considerações sobre o percurso para chegar no objeto de pesquisa, resta-me apresentá-lo: proponho-me a responder ao seguinte questionamento: o agricultor familiar, como produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente, é expropriado, inserido na lógica capitalista?

Dois modelos de desenvolvimento disputam os territórios no campo: o modelo capitalista, do agronegócio a partir da produção especializada de monocultura em grande escala, valendo-se do trabalho assalariado, e o seu oposto: o campesinato, da produção diversificada em pequena escala, com predominância do trabalho dos membros da família e baixo índice de mecanização.

Esses dois modelos, ao disputar o território, acabam por produzir um segundo território no interior do primeiro território, sendo que “a disputa do segundo território também é a disputa do primeiro território. Embora sejam diferentes, estão no mesmo espaço geográfico municipal, que está no espaço geográfico estadual e este, por sua vez, está no espaço geográfico nacional, formando a multiterritorialidade” (FERNANDES, 2007, p. 77). A organização do espaço geográfico é determinada

pela conflitualidade entre esses dois modelos de desenvolvimento. E como “o território é uma totalidade, mas não é uno”, as fronteiras limítrofes entre essas duas territorialidades não são tão exatas (FERNANDES, 2007, p. 77). A maior ou menor integração ao mercado determina o lugar da produção: se camponesa ou capitalista.

A temática do campesinato tem íntima conexão com o direito fundamental à alimentação, condição para se viver com dignidade, pois sem o alimento, sequer existe a vida. O direito à alimentação figura na Constituição Federal, no seu artigo 6º, como direito social, a partir da Emenda Constitucional 064/2010 (BRASIL, 064/2010). Para a implementação desse direito humano fundamental, são imperiosos estudos que apresentem suporte para a impulsão de recursos destinados às políticas públicas. O presente estudo visa ultrapassar as concepções subjetivistas da realidade, que apenas se traduzem em teorias por um romântico “direito à alimentação” sem apontar o modelo que deverá servir de norte a tais políticas. A importância de uma mudança de paradigma na temática da questão agrária não tem apenas repercussões teóricas. A tendência das decisões políticas em se pautarem no que poderíamos chamar de “fetichismo da produtividade no campo” – como se a quantidade de sacas de grãos produzidos pudesse, por si só, trazer alimentos variados e de qualidade na mesa de todos os brasileiros – e o hábito de se associar a modernidade à produção para exportação, são legitimados por uma espécie de herança pré-moderna, que associa o homem do campo a atraso e isolamento e servem como máscara ideológica contra a articulação teórica e política dos conflitos específicos de classe no campo.

Nos entraves jurídicos e políticos decorrentes de conflitos agrários envolvendo relações entre esses dois territórios, camponeses e capitalistas, tem grande aplicação a teoria defendida por Carlos Henrique Bezerra Leite (2011), com origem na teoria alemã, segundo a qual os direitos fundamentais possuem eficácia vertical, além da eficácia horizontal. A eficácia vertical consiste na “vinculação dos Poderes estatais aos direitos fundamentais, podendo os particulares exigir-los diretamente do Estado” (LEITE, 2011, p. 35). Compreende essa teoria que a relação entre Estado e indivíduo é desigual, em razão da força dos governantes sobre os governados e, por esse motivo, os direitos fundamentais possuem eficácia vertical, impondo verdadeira limitação à atuação estatal. A segunda teoria, da eficácia horizontal dos direitos

fundamentais, compreende que “as desigualdades estruturantes não se situam apenas na relação entre o Estado e os particulares, como também entre os próprios particulares, o que passa a empolgar um novo pensar dos estudiosos da ciência jurídica a respeito da aplicabilidade dos direitos fundamentais no âmbito das relações entre os particulares” (LEITE, 2011, p. 36). Por essa ótica, o raio de ação dos direitos fundamentais deve incidir em outros territórios além do político, como nas relações de mercado, relações de trabalho e relações familiares (SARMENTO, 2006, p. 323). Este trabalho busca encontrar, na pesquisa de campo, momentos em que ocorre a apropriação do sobretrabalho camponês, na forma de trabalho individual ou coletivo (familiar), pelos detentores do poder econômico, ou seja, momentos em que é possível admitir a aplicação da eficácia horizontal, pois tal relação passa a se estabelecer entre os particulares na forma que se estabelece na eficácia vertical, entre os particulares e o poder público, conforme preconiza Sarlet (2006, p. 392-400). A prioridade, nesses conflitos, deve ser resolvida de acordo com os interesses de toda a sociedade, ou seja, a favor dos camponeses, na medida em que a agricultura familiar tem sua importância econômica voltada ao abastecimento do mercado interno e ao controle dos preços dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

Este trabalho segue a teoria de Fernandes (2007) ao conceber o território como totalidade e não como uno, premissa nuclear para se compreender sua multidimensionalidade e multiterritorialidade. Para o autor, todas as unidades territoriais formam totalidades, pois todas as dimensões do desenvolvimento – política, econômica, social, cultural e ambiental – estão presentes em cada espaço definido como território, são criações sociais. O estudo do território como uno é uma opção para ignorar suas constantes conflitualidades e tem sido utilizado como mecanismo de controle social para subordinar comunidades rurais ao modelo de desenvolvimento capitalista.

Segundo Fernandes (2007, p. 84), o primeiro território é formado pelos espaços de governança em suas distintas instâncias: nacional, regional, estadual, municipal e distrital. O segundo território delinea-se em razão do tipo de propriedade e o terceiro território forma-se a partir dos diferentes espaços, os quais são controlados por relações de poder. Esse último território possui uma territorialidade fluida, decorrente

do controle de diferentes sujeitos e produzida no primeiro e no segundo território. Os principais atributos do conceito de território encontram-se em seu próprio núcleo, em sua essência: totalidade, (multi)dimensionalidade, escalaridade e soberania. O conceito de território não deve ser compreendido desacoplado das relações de poder que determinam a soberania. Ao estudarmos o território como espaço de governança de um país, de um estado ou de um município, em suas diversas escalas geográficas, o sentido político da soberania deve ser explicitado pelas escolhas políticas dos governos nas tomadas de decisões a respeito dos diversos interesses conflitantes no desenvolvimento desses territórios.

Fernandes (2007, p. 81) enfatiza a relação entre os territórios como espaço de governança e como propriedades, uma relação definida em conformidade com as políticas de desenvolvimento. A organização do primeiro território no espaço geográfico escolhido, governança de Santa Maria de Jetibá, é determinada pelas pessoas que direcionam a política. Fazendo uma interconexão entre a teoria da multiterritorialidade de Fernandes (2007) e a teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, defendida por Leite (2011), as desigualdades estruturantes existentes entre os próprios particulares nos territórios camponeses e capitalistas devem sofrer incidência do raio de ação dos direitos fundamentais em outras dimensões além da política, como nas relações de mercado, relações de trabalho e relações familiares.

A pesquisa é composta de três capítulos interligados. No primeiro capítulo, é apresentado o território em seus espaços de governança, seguindo o conceito de território multidimensional apresentado por Fernandes (2007). Apresenta-se, sumariamente, o contexto histórico em que surgiu a estrutura fundiária brasileira. Tratando-se de um estudo com recorte territorial em uma comunidade camponesa específica no Município de Santa Maria de Jetibá-ES, analisamos alguns aspectos da imigração europeia no século XIX, buscando o afastamento da visão corrente na historiografia, de que o campesinato brasileiro surgiu apenas após a concessão fraterna de um grupo político interessado em oferecer terras, supostamente “não habitadas”, a trabalhadores “espirituosos” e “dados ao trabalho”, negando-se a resistência histórica da classe camponesa e sua efetiva existência antes mesmo da chegada dos imigrantes.

No segundo capítulo delinea-se o segundo território, apresentando os tipos de propriedade: unidades camponesas e capitalistas. Busca-se, também, analisar alguns aspectos do modo de vida camponês; sua organização em unidades familiares e comunitárias, construída a partir de um padrão geral distinto no mundo social, fundado na centralidade do trabalho. Trata-se de uma categoria heterogênea, ora tradicional, ora moderna, dependendo do maior ou menor grau de integração aos mercados.

O terceiro território, formado a partir dos diferentes espaços controlados por relações de poder entre unidades camponesas e capitalistas, será debatido no terceiro capítulo. A partir de peculiaridades dos territórios capitalistas e não capitalistas do município de Santa Maria de Jetibá, serão analisadas as relações entre os camponeses avicultores e o mercado, demonstrando intercessões em que as relações de trabalho não-capitalistas interagem com as relações de produção capitalistas, estabelecendo relações comerciais, desequilibrando a estrutura da economia natural, substituindo-a por uma economia que segue as leis do mercado. Também serão investigados os mecanismos de recreação do campesinato internamente ao capitalismo, a partir da diversidade, importante estratégia de sobrevivência do campesinato no território em estudo.

A base teórica principal do trabalho transita entre textos de tradição marxista, seguindo a análise chayanoviana que considera o campesinato uma modalidade de trabalho na qual o trabalhador da unidade agrária familiar camponesa define, ele próprio, a intensidade de seu trabalho, a quantidade de horas trabalhadas, a medida de retorno de seu esforço, em uma autossujeição a que Chayanov chama regime de *autoexploração*.

No trabalho de campo, primeiramente realizou-se uma pesquisa exploratória sobre a região de Santa Maria de Jetibá/ES, com o objetivo de se fazer um levantamento preliminar de informações acerca de sua formação histórica e de suas características socioeconômicas. Para tanto, fez-se uma pesquisa bibliográfica na qual foram realizadas consultas a fontes primárias e secundárias, tais como teses e dissertações pertinentes ao tema, artigos científicos, artigos de jornal, documentos governamentais e documentos originais. Foram realizadas entrevistas

semiestruturadas com profissionais ligados à produção agrícola e com membros da comunidade a fim de compreender suas percepções a respeito das formas de organização da economia agrícola e da apropriação do trabalho excedente. Os entrevistados também foram questionados acerca da participação de cada pessoa da família no processo de produção agrícola, se as crianças estudam e conseguem conciliar estudo e trabalho, se a família contrata, em algum período do ano, trabalhadores para completar a mão de obra necessária à produção e se algum membro da família trabalha de forma assalariada em algum período do ano.

A pesquisa tem natureza qualitativa e, por isso, buscamos realizar uma análise de discurso das entrevistas com uma perspectiva teórica de alcance da ideologia subjacente ao discurso da utilização da mão de obra familiar, motivo pelo qual serão transcritos trechos dos relatos dos habitantes de Santa Maria do Jetibá/ES. O trabalho de campo foi submetido ao comitê de ética da FDV (Processo nº CAAE: 58638716.0.0000.5073) e iniciado apenas após a sua devida aprovação.

O Município de Santa Maria de Jetibá/ES foi escolhido por ser um território marcado pelo trabalho familiar, sendo essa a sua característica mais forte. Os primeiros imigrantes chegaram em família, em meados do século XIX. Seus descendentes continuam vinculados à família e à terra. Uma vez decidida pela proposta de contribuir para a compreensão das particularidades do campesinato no Espírito Santo, a área de Santa Maria de Jetibá me pareceu ideal já que me era acessível por ter afins que residem na cidade e, especialmente, pela vontade de me aproximar mais da cultura de minha família, cujo contato foi interrompido com o falecimento de minha avó e a venda da parte da propriedade herdada por minha mãe a um irmão, quando eu tinha cerca de 9 anos. Relembrar a musicalidade da língua pomerana, o apego à terra e à religiosidade luterana foram aspectos que, certamente, influenciaram na escolha do município para realizar a pesquisa. A circunstância de meus afins em Santa Maria serem missionários presbiterianos facilitou o acesso a diversas famílias de agricultores, isso sem falar na companhia alegre e agradável durante o trajeto, bastante acidentado e sinuoso.

A capacidade de diversificação no cultivo agrícola é uma característica de todos os camponeses entrevistados. A policultura é, pois, uma peculiaridade da agricultura

familiar de Santa Maria de Jetibá/ES, em oposição à especialização produtiva, característica da agroindústria. Todos os agricultores entrevistados possuem produção diversificada para autoconsumo, com base em hábitos alimentares herdados de seus antepassados, ajustados à realidade local: abobrinha, cenoura, beterraba, rabanete, couve, milho, feijão, arroz e café. Os alimentos adquiridos fora da área de produção local são o açúcar, a farinha de trigo, o óleo de soja e o sal.

O ponto de partida deste trabalho será, então, a multiterritorialidade da localidade de Santa Maria de Jetibá, compreendendo a existência do Município como uma criação social, na ótica de Fernandes (2007), conforme explicitado acima. A análise da pesquisa de campo será apresentada a seguir, buscando extrair os mecanismos, conscientes ou não, utilizados na disputa entre camponeses e territórios capitalistas, a partir da fala dos sujeitos ouvidos na pesquisa.

Durante a primeira permanência no campo, estivemos, inicialmente, na Prefeitura de Santa Maria de Jetibá e entrevistamos pessoas ligadas às secretarias de agricultura e turismo. A escolha pelas famílias entrevistadas foi feita pelo Secretário Municipal de Agricultura, que, gentilmente, nos disponibilizou um veículo com motorista, além de uma tradutora do pomerano, servidora da Prefeitura. Logo após os primeiros contatos na Prefeitura e uma entrevista com um político local, fomos para a região de Alto Santa Maria, em um núcleo colonial camponês, onde reside um casal de camponeses idosos, que somente se comunicam em pomerano e sete irmãos, todos residindo e trabalhando em terrenos próximos. Esse núcleo familiar produz os alimentos que vendem diretamente em feiras, sem nenhum tipo de agrotóxicos.

No segundo período, retornamos à região de Alto Santa Maria, onde entrevistamos uma família de camponeses que trabalha com agricultura convencional, produzindo hortaliças, fazendo uso de fertilizantes, adubos químicos e, quando necessário, agrotóxicos.

Em todo o período de campo foi feita uma observação, paralela à pesquisa, acerca da vida camponesa. A receptividade foi sempre muito gentil e amável. Houve grande interesse pela pesquisa, sendo ideia corrente a necessidade de se registrar o modo de vida camponês e algo das histórias de vida. No início de cada entrevista, era

preenchido o documento Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, construindo-se o perfil genérico do entrevistado, informando-o que sua privacidade seria respeitada, mantendo em sigilo o nome e qualquer outro dado ou elemento que pudesse identificá-lo, com a finalidade de não provocar danos, como a estigmatização ou a discriminação por qualquer motivo. Todas as entrevistas foram gravadas e os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido referente à sua participação que, para o entrevistado que não falava o português, era lido em alta voz, traduzido para o pomerano e, somente após a sua compreensão, era assinado.

A Prefeitura de Santa Maria de Jetibá apoiou a pesquisa fornecendo transporte para o deslocamento até as propriedades rurais distantes entre si. Em uma entrevista foi necessária a tradução da língua pomerana por uma tradutora disponibilizada pela Prefeitura do Município. O procedimento observado nas entrevistas era simples: havia um roteiro compreendendo as questões centrais da investigação. Contudo, de acordo com as respostas fornecidas, com a finalidade de manter a espontaneidade do informante, respeitávamos a livre narrativa.

Em razão das dificuldades relativas ao idioma e do acesso geográfico, o estudo foi restringido a um número limitado de participantes. Ao todo, foram realizadas 14 entrevistas com duração média de 40 minutos. Os entrevistados foram: Entrevistado 1, político local, 65 anos; Entrevistada 2: Selene Hammer Tesch, 50 anos presumíveis, presidente da Associação Amparo Familiar e agricultora orgânica (identificação autorizada e necessária pela natureza da entrevista); Entrevistada 3, 35 anos, agricultora orgânica; Entrevistada 4: Guisila Baning Flegler (identificação autorizada e necessária, pela natureza da entrevista) 50 anos, proprietária de um “cama e café”; Entrevistada 5: agricultora orgânica, 49 anos; Entrevistado 6, 53 anos, agricultor convencional; Entrevistada 7. 28 anos, trabalhadora “a dia”; Entrevistado 8: agricultor agrícola, 42 anos; Entrevistado 9: agricultor, 23 anos; Entrevistado 10: médico, 68 anos presumíveis; Entrevistado 11: agricultor orgânico 70 anos; Entrevistado 12: 40 anos, servidor público; Entrevistado 13: agricultor, 54 anos; Entrevistado 14: agricultor, 65 anos.

As informações colhidas nas entrevistas e conversas informais foram reunidas em

um diário de pesquisa com a finalidade de buscar uma interpretação posterior de impressões nas visitas. Buscou-se fazer a interconexão entre a perspectiva teórica com a fala do camponês. Em nossa pesquisa de campo, nos instantes iniciais de apresentação e explicação do que seria tratado na entrevista-conversa, como tenho aparência de descendentes de imigrantes, algumas perguntas eram comuns: se eu era dali e qual o meu sobrenome. O fato de eu possuir parentes no município iniciava um processo de interação e identificação, algo como ser uma pessoa boa, em razão dessa empatia.

Por fim, foi realizado um levantamento complementar, em material primário e secundário e coletamos documentação em arquivos da região e de Vitória. Visitamos o Museu da Imigração Pomerana, onde colhi diversas informações e reproduzi fotografias expostas ao público. O tempo de campo totaliza cerca de dois meses, a partir da aprovação do projeto.

1 O PRIMEIRO TERRITÓRIO: ESPAÇO DE GOVERNANÇA

1.1 O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

Neste primeiro capítulo, analisar-se-á o município de Santa Maria de Jetibá como espaço de governança, buscando compreender sua totalidade multidimensional, relacionando a dimensão política desde o início do processo histórico de construção do território no Brasil até uma leitura territorial com corte específico em nosso objeto. Consideramos que o espaço existe antes mesmo do território e suas mudanças ocorrem a partir das relações sociais no interior do processo de produção. Elementos naturais impactam nas mudanças espaciais, mas são as relações sociais que impactam o lugar mais intensamente (FERNANDES, 2008, p. 275). Buscamos, com esta pesquisa, a realização de um exercício intelectual de movimento entre o abstrato e o concreto, o espaço e o território de Santa Maria, suas relações sociais, seus processos de produção e seus sujeitos (FERNANDES, 2008, p. 277).

O Município de Santa Maria de Jetibá está localizado a 80 quilômetros da Capital

Vitória, na região das montanhas, fazendo divisa, ao sul, com Domingos Martins, a leste, com Santa Leopoldina, com Afonso Cláudio a oeste e com Itarana e Santa Teresa ao norte. Possui altitude entre 400 e 1.450 metros, sendo que a sede da cidade está a 700 metros de altitude, a Pedra do Garrafão, seu ponto mais alto, a 1.450 metros e a divisa com Santa Leopoldina, seu ponto mais baixo, a 300 metros de altitude. A área de 736 Km² perfaz 1,59% da área total do Espírito Santo.

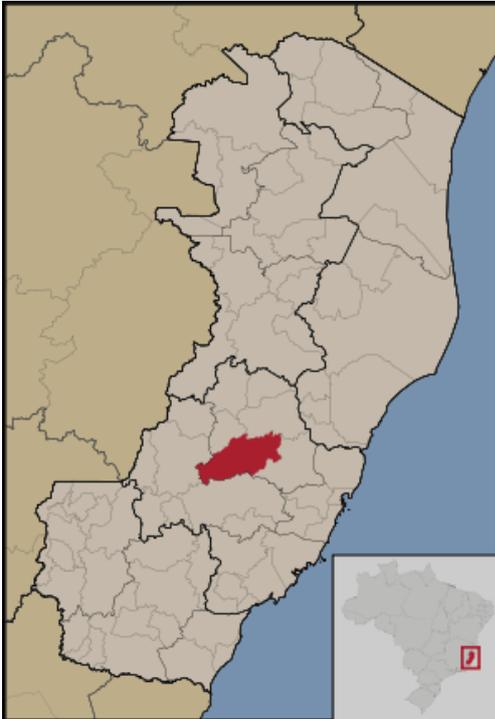
O Município foi criado em 6 de maio de 1988 pela Lei Estadual nº 4.067, sendo, anteriormente, território de Santa Leopoldina. Os acessos por via terrestre são dois: pela BR 101-Norte, passando por Fundão e, posteriormente, pela ES-261, e o acesso pela BR 101-Sul, passando por Cariacica, seguindo pela ES-080. Como os demais municípios da região serrana, tem um clima tropical de altitude, uma das temperaturas mais amenas do estado, com verões quentes e úmidos e invernos, secos e relativamente frios ou amenos.

O município tem como interessante característica ser uma cidade bilíngue, uma das únicas comunidades que falam a língua pomerana no Brasil, ao lado de Laranja da Terra, no Espírito Santo, Pomerode, em Santa Catarina e São Lourenço, Arroio do Padre e Canguçu, no Rio Grande do Sul. Existe uma proposta de elaboração da grafia da língua pelo etnolinguista, Ismael Tressmann, que culminou na publicação de um dicionário pomerano-português. Nas escolas municipais de Santa Maria de Jetibá são ministradas aulas na língua pomerana e portuguesa. A *Pommer Rádio* é a estação de rádio em língua pomerana na cidade.

Santa Maria de Jetibá encontra-se na Mesorregião Central Espírito-Santense: uma das quatro mesorregiões do Espírito Santo. Nela há 24 municípios agrupados em quatro microrregiões. Pelo fato de nela estar localizada a capital do estado, é a mais populosa, reunindo a maioria da população capixaba. Os municípios mais importantes dessa mesorregião são Vitória, Vila Velha, Guarapari, Cariacica, Serra, Domingos Martins, Afonso Cláudio, Venda Nova do Imigrante e Santa Maria de Jetibá. É a única mesorregião limítrofe com todas as demais mesorregiões do estado. Dentro dessa mesorregião existem microrregiões e Santa Maria de Jetibá está localizada na microrregião de Central-Serrana, que se divide em cinco municípios: Itarana, Itaguaçu, Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina. Os

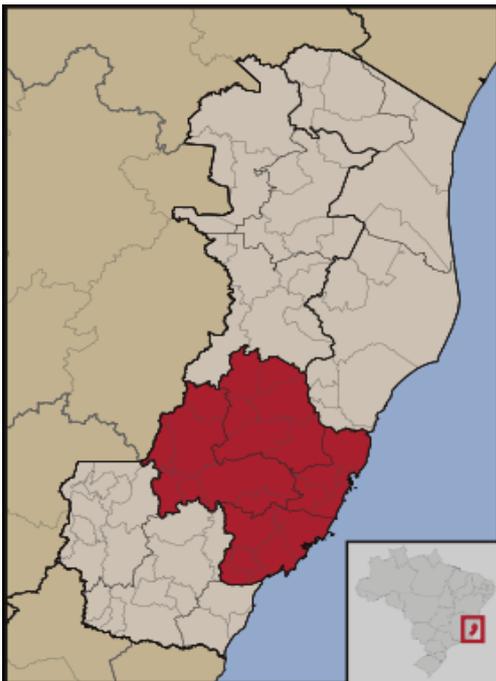
mapas a seguir indicam a localização do Município de Santa Maria de Jetibá no Estado do Espírito Santo, na mesorregião e na microrregião, respectivamente.

Mapa 1 – O Município de Santa Maria de Jetibá no Estado do Espírito Santo



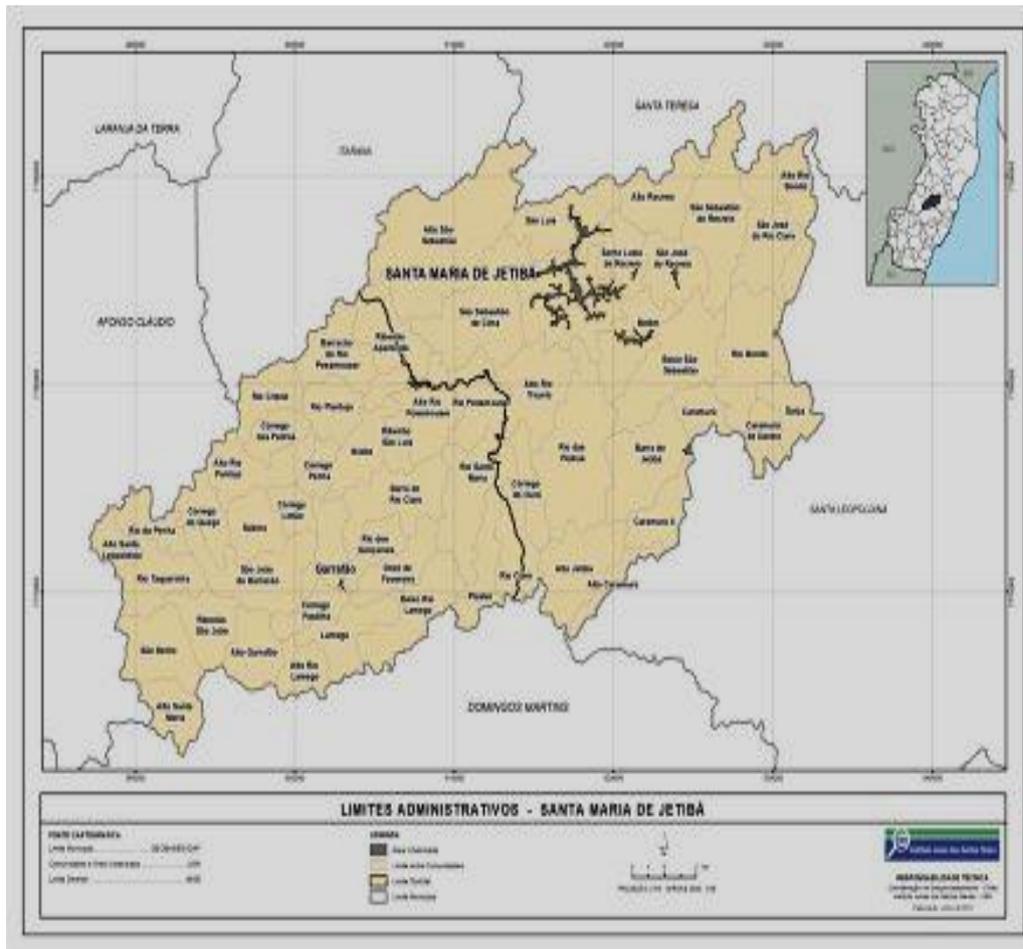
Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2016.

Mapa 2 – Mesorregião Central



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2016.

Mapa 4 – Limites administrativos – Santa Maria de Jetibá-ES



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2016.

A taxa de urbanização do município, na década de 1990 aumentou: passou de 17,73% para 34,52%. Em 2010, viviam no município, 34.176 pessoas. Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 2,39%. No Espírito Santo, essa taxa foi de 1,96%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 16,94% para 17,73% (Fonte: PNUD, Ipea e FJP). Comparando esses números, constata-se a progressiva urbanização da população do Município.

A transferência populacional do campo para as cidades, fenômeno observado a partir de 1950, decorre do processo de industrialização e urbanização, fenômeno observado a partir de 1950, baseado em um modelo que favoreceu o aumento da produtividade agrícola, sem qualquer planejamento estrutural em relação a questões centrais como a concentração fundiária e a democratização do acesso à terra. A característica dos processos migratórios atualmente tem sido pela busca de cidades

médias, não mais para as grandes metrópoles como entre as décadas anteriores.(FERNANDES, WELCH, GONÇALVES, 2014, p. 97) O aumento da taxa de urbanização em Santa Maria de Jetibá confirma a tendência crescente à verticalização da cidade de Santa Maria de Jetibá (Foto 1).

Foto 1 – Vista da cidade.



Fonte: Arquivo pessoal da autora

O índice de Gini é um indicador utilizado para aferir o grau de concentração de renda de uma determinada localidade. Indica a diferença entre a renda dos mais ricos e dos mais pobres, por meio de uma variação de 0 ao 1, sendo 0 uma situação de total igualdade e 1 de extrema desigualdade de renda (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2011). Houve redução da desigualdade de renda nas décadas de 1990 a 2000 e de 2000 a 2010 no Município, o que pode ser aferido por meio do Índice de Gini, que passou de 0,58, em 1991, para 0,62, em 2000, e para 0,49, em 2010 (Quadro 1).

Quadro 1 – Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Santa Maria de Jetibá – ES

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	218,37	434,18	603,33
% de extremamente pobres	29,97	16,35	4,49
% de pobres	60,59	31,37	11,40
Índice de Gini	0,58	0,62	0,49

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil¹

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do Município de Santa Maria de Jetibá é 0,671, em 2010, o que o situa na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). O índice que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade (0,834), seguido de Renda (0,695), e de Educação, (0,521), conforme quadro a seguir (Quadro 2).

Quadro 2 – IDHM de santa maria de jetibá 1991 – 2000 - 2010

IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010
0,333	0,502	0,671

Fonte: Atlas Brasil 2013, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A elevação dos índices de Desenvolvimento Humano (IDHM) e de Gini no Município de Santa Maria de Jetibá revela uma redução nas diferenças entre o meio rural e o urbano. O campo tem se transformado em bem mais que o lugar de produção de alimentos e matérias-primas para os mercados interno e externo. O campo tem sido visto, e cada dia mais, como um espaço onde se produz cultura. Além do aspecto da valorização da qualidade da vida e da cultura, o campo está subordinado à cidade, em razão da modernização da economia brasileira, pois depende dos capitais da produção de commodities (FERNANDES, WELCH, GONÇALVES, 2014, p. 98).

1.2 O SUJEITO DA PESQUISA: CAMPONÊS OU AGRICULTOR FAMILIAR?

Um importante desafio para o enfrentamento de reflexões acerca do controvertido

¹ http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santa%20maria%20de%20jetib%C3%A1_es

tema *trabalho no campo* passa, precisamente, pelo plano teórico. Quem é o sujeito que reside na localidade recortada por este estudo? É um camponês, um agricultor familiar, são famílias inseridas ou subordinadas no chamado agronegócio? A simples e necessária escolha pela definição de campesinato já demonstra sobre qual paradigma o estudo se desenvolverá, pois, o termo remete a debates de situações de classes.

As dificuldades começam pela ausência de identificação dos próprios indivíduos conquanto classe camponesa e passam pelo leque de maior ou menor relação aos mercados e diferentes taxas de tecnificação. Como muito bem nos lembra Paulino (2012, p. 29), antes de dizer que são camponeses (se é que o fazem), apresentam-se como agricultores, lavradores, boias-frias, parceiros, meeiros ou sitiantes. A ausência de autoidentificação enquanto classe não impede o seu reconhecimento, pois é marcada pelo próprio controle sobre os meios de produção e sobre o próprio trabalho. Essa recusa ao uso do termo camponês pelos próprios agentes é facilmente explicada em razão do curso da história no Brasil, ao associar os camponeses ao atraso e à selvageria, “evidentemente pela óptica dos que conservaram por séculos o poder dos registros escritos, que são os que efetivamente entram para a história” (PAULINO, 2012, p. 30).

Como observa Fernandes (2008), o termo campesinato não é aceito no contexto do campo, em razão da interpretação equivocada de que quando existe algum grau de inserção no mercado capitalista, com a utilização de tecnologias e contratação eventual de mão-de-obra assalariada “a dia”, se transformaria em agricultura familiar. A falta de identificação das unidades familiares como camponesas foi extraída da fala de um dos entrevistados (Entrevistado 1, político local, 65 anos presumidos):

Quando você fala na palavra camponeses, na nossa realidade aqui em Santa Maria a gente não tem o costume de dizer camponeses, a gente fala agricultores. [...] A agricultura familiar de nosso município é o nosso carro-chefe. Então nós não costumamos dizer camponeses. Camponeses, na interpretação e alguns profissionais e na minha concepção também não se encaixa aqui em Santa Maria do Jetibá. Porque o nosso povo nunca fez invasão de fazendas, nunca se infiltrou com o movimento dos sem-terra a assim por diante.

Existe uma compreensão que identifica o camponês com o agricultor pobre, que

produz para a subsistência e o agricultor familiar é o agricultor produtivo, inserido no mercado, como se esse último fosse uma categoria entre o camponês e o agronegócio, concepção equivocada em que o camponês, ao fazer uso de novas tecnologias e ter alguma inserção no mercado sofreria uma espécie de metamorfose social e se transfiguraria em agricultor familiar. Como aponta Fernandes (2007, p. 79), “na verdade, criou-se um novo nome para se falar do mesmo sujeito”. O significado de campesinato, portanto, é um impasse muito mais político que propriamente conceitual, é objeto de um intenso debate e de disputas travadas na arena política, envolvendo diversos movimentos sociais, pesquisadores e agentes formuladores de políticas públicas, dentre outros. Algumas concepções teóricas presentes nos debates agrários serão enfrentadas neste estudo, sem qualquer pretensão de esgotamento do tema, mas em razão das limitações de nosso objeto e de nossa hipótese.

Wanderley (2014) sustenta que o campesinato possui dupla conotação. Alguns o compreendem como uma forma mais tradicional da agricultura, realizada em pequena escala, com a utilização de poucos recursos produtivos e econômicos, apresentando baixa integração ao mercado. Seria, nesse caso, figura distinta da agricultura familiar pelo fato de essa modalidade estar mais integrada às cidades e aos mercados, muito embora ambas possuam condições de produção restritas. Para outro grupo, a palavra campesinato possui forte conteúdo político pela sua associação ao movimento camponês, considerado “subversivo” e, por esse motivo, fortemente perseguido pelos governos militares de 1964 a 1985. Assim, a busca de uma expressão mais aceita politicamente, levou, nesse período, à adoção oficial de expressões outras, como “pequenos produtores”, “agricultores de subsistência” e “produtores de baixa renda”.

A categoria “agricultura familiar” foi adotada pelo Estado, nos anos 1990, com a formulação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), um amplo programa de apoio aos agricultores familiares. A partir de então, o conteúdo histórico-político que a palavra “camponês” inspirava foi disperso, “ao mesmo tempo em que se afirmava, pela primeira vez, o reconhecimento da condição de produtor agrícola e uma valoração positiva de suas particularidades” (WANDERLEY, 2014). Os agricultores familiares integrantes das principais culturas

agropecuárias do país, que participam das cadeias produtivas globalizadas, são incluídos na categoria hegemônica do "agronegócio", bem como os grandes empresários do setor agrícola do país.

O Estatuto da Terra conceitua propriedade familiar como o

[...] imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

O Estatuto da Terra dispõe, ainda, que a propriedade familiar deve ter o tamanho de um módulo rural. Contudo, cada município adota um tamanho diferenciado para o módulo rural, de acordo com as necessidades locais de subsistência. Tal concepção legal de propriedade familiar pode ser criticada, a partir da ótica de Chayanov (1974, p. 89-131), por conter, implícita, a concepção de que, enquanto a unidade agrária capitalista possui um tamanho ilimitado, a unidade agrária familiar é determinada pela relação entre a obtenção dos produtos necessários à sua reprodução e a força de trabalho de que dispõe. Essa lógica explicaria, pois, o fato de que, não raro, o camponês inicia atividades aparentemente não proveitosas, com baixo nível de retribuição, caso o equilíbrio básico da unidade familiar não tenha alcançado um patamar satisfatório.

Para a Lei nº 11.326/2006, agricultor familiar é o empreendedor familiar rural que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, cuja mão-de-obra preponderante é a da própria família, sua renda familiar é vinculada ao próprio estabelecimento e o gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento é realizado pela própria família. Incluem-se no conceito de agricultores familiares os silvicultores, extrativistas, aquicultores, pescadores, quilombolas, indígenas e assentados da reforma agrária.

Atualmente, tem-se reafirmado o prestígio das categorias "camponês" e "campesinato", principalmente nas adjacências dos movimentos sociais, aproximando-as à "profunda crítica aos processos da modernização conservadora e à crescente valorização das práticas agroecológicas" (WANDERLEY, 2014). A

reafirmação do campesinato como uma categoria visa à valorização do agricultor que trabalha com sua família na terra, de onde retira o sustento de sua família. Essa conservação da capacidade de produção dos próprios meios de vida do camponês não equivale a uma autonomia absoluta, pois os camponeses sofrem influências das circunstâncias econômicas e sociais que os envolvem, devendo ser vistos como parte integrante do modo de produção capitalista e não como algo desacoplado do capitalismo (PAULINO, 2012, p. 45).

É importante salientar que a autonomia dos camponeses, uma de suas principais peculiaridades, está mais relacionada aos seguintes aspectos: a) modo de vida campesino; b) organização em unidades familiares e comunitárias; c) como controlam o tempo de trabalho e lazer, em um padrão geral distinto no mundo social e, d) pela identificação social fundada na centralidade do trabalho (WANDERLEY, 2014).

Os dados sobre a estrutura fundiária capixaba e de Santa Maria de Jetibá nos revelam uma moldura atípica, se comparadas à realidade brasileira. Importante registrar que outros estados também possuem a predominância de imóveis com menos de 100 hectares, caso de Pernambuco, Sergipe e Santa Catarina. Nos demais estados, quase metade da área agropecuária total é ocupada por imóveis de grande extensão.

Quadro 3 – Aspectos da estratificação fundiária de Santa Maria de Jetibá

Município	Pequenas (menos de 100ha)	Médias (maiores que 100ha e menores que 1000ha)	Grandes (maiores que 1000ha)	Posição no Estado (fragmentação de terras)
Santa Maria de Jetibá	94,74%	5,26%	0,00%	1º

Fonte: BERNARDO NETO, 2009.

Santa Maria de Jetibá possui maior proporção de propriedades pequenas e médias do estado: 94,74% de propriedades pequenas (menos de 100 ha); 5,26% propriedades médias (maiores que 100 ha e menores que 1000 ha) e 0,00% grandes (maiores que 1000 ha). Esses dados, comparados aos dados relativos à desigualdade de renda nos dois períodos aferidos pelo Índice de Gini no município,

que passou de 0,58, em 1991, para 0,49, em 2010, demonstram que tem ocorrido uma redução da desigualdade de renda, que a área das propriedades tem diminuído – pequenas menos de 100ha.

Segundo Alcântara Filho e Fontes (2009, p. 76), se as terras fossem distribuídas de forma igualitária no Brasil, cada proprietário teria aproximadamente 100 ha de terras, o que equivale a dizer que a característica fundiária brasileira seria de pequenas propriedades. Concluem os autores que o problema agrário central no Brasil não é o número de proprietários de terras, nem mesmo na quantidade de terras disponíveis, mas, em vez disso, está nas enormes diferenças entre aqueles que possuem grandes áreas e os demais, que possuem terrenos demasiadamente pequenos, já que os lotes de terras destinados à produção agropecuária dos latifundiários são até 754 vezes maiores do que os terrenos dos mini e pequenos produtores, os quais representam mais de 90% do total de proprietários rurais.(Tabela 1).

Tabela 1 – BRASIL – Mudança da estrutura fundiária por classe de área 1998 – 2003 – 2010 – 2011 – 2012 - 2014

Classes de Área (ha)	1998		2003		2010		2011	
	Nº de Imóveis	Área (ha)						
TOTAL	3.586.525	415.548.886,60	4.290.531	418.483.332,30	5.181.645	571.740.919,42	5.356.425	590.716.875,33
Menos de 1	68.512	35.181,90	81.995	43.409,10	107.572	54.516,68	113.160	57.066,67
1 a menos de 2	118.926	160.875,80	141.481	191.005,50	161.313	218.441,69	165.560	224.511,20
2 a menos de 5	440.708	1.483.892,60	559.841	1.874.158,80	702.979	2.357.993,06	734.298	2.465.145,60
5 a menos de 10	515.823	3.737.828,60	626.480	4.530.025,20	772.676	5.584.385,37	805.588	5.821.439,70
10 a menos de 25	939.198	15.265.972,30	1.109.841	18.034.512,20	1.316.237	21.345.231,82	1.358.537	22.022.892,37
25 a menos de 50	573.408	20.067.945,60	693.217	24.266.354,60	814.138	28.563.707,07	838.694	29.435.561,05
50 a menos de 100	403.521	27.902.893,30	485.956	33.481.543,20	578.783	40.096.597,35	595.961	41.306.259,46
100 a menos de 200	239.219	32.260.122,40	272.444	36.516.857,80	332.817	44.898.322,02	342.041	46.171.314,37
200 a menos de 500	166.686	51.491.978,60	181.919	56.037.443,20	230.529	71.258.207,77	237.231	73.317.570,54
500 a menos de 1.000	62.643	43.317.666,40	68.972	47.807.934,80	85.305	59.299.369,71	85.218	59.287.289,60
1.000 a menos de 2.000	30.325	41.651.744,70	35.281	48.711.363,10	40.046	55.269.002,25	40.454	55.876.890,16
2.000 a menos de 5.000	20.120	59.497.823,80	26.341	77.612.461,90	31.218	91.775.306,94	31.566	92.893.149,58
5.000 a menos de 10.000	4.758	33.839.004,90	5.780	41.777.204,40	6.084	43.642.939,54	6.099	43.730.865,46
10.000 a menos de 20.000	1.648	22.485.749,70	635	8.600.834,20	1.026	14.088.771,59	1.067	14.650.668,60
20.000 a menos de 50.000	768	22.468.684,80	294	8.502.361,60	595	17.742.882,69	608	18.008.767,32
50.000 a menos de 100.000	154	10.504.269,00	32	2.181.546,40	131	9.131.626,72	135	9.513.092,82
100.000 e mais	108	29.377.251,20	22	8.314.316,30	196	66.413.617,15	208	75.934.390,83
ÍNDICE DE GINI	0,838		0,816		0,838		0,839	
Classes de Área (ha)	2012		2014					
	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)				
TOTAL	5.498.451	597.018.808,73	6.140.118	740.401.645,78				
Menos de 1	117.301	58.875,48	274.671	68.179,10				
1 a menos de 2	168.738	229.075,39	183.693	250.433,37				
2 a menos de 5	759.005	2.549.567,34	841.217	2.827.508,40				
5 a menos de 10	829.862	5.996.899,20	908.886	6.566.924,32				
10 a menos de 25	1.391.712	22.560.429,52	1.499.140	24.305.032,47				
25 a menos de 50	860.300	30.210.990,87	932.481	32.802.217,70				
50 a menos de 100	611.745	42.414.477,17	665.642	46.170.133,05				
100 a menos de 500	593.026	122.332.189,00	645.700	133.446.464,51				
500 a menos de 1.000	85.437	59.426.508,45	93.658	65.276.368,53				
1.000 a menos de 2.000	41.206	56.933.642,14	48.234	66.717.495,31				
2.000 a menos de 5.000	31.865	93.781.039,50	36.639	108.793.966,83				
5.000 a menos de 10.000	6.157	44.106.421,27	7.100	50.696.144,66				
10.000 a menos de 20.000	1.113	15.263.453,08	1.591	21.770.955,74				
20.000 a menos de 50.000	627	18.502.428,82	879	26.261.973,04				
50.000 a menos de 100.000	138	9.701.272,64	222	15.806.316,49				
100.000 e mais	219	72.951.538,86	365	138.641.532,26				
ÍNDICE DE GINI	0,833		0,860					

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. www.fct.unesp.br/brnra

Fonte: Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015.

Os dados acerca da relação minifúndios-latifúndios confirmam a tese proposta por Fernandes (2007, p. 83) ao demonstrarem a conflitualidade entre os dois modelos

de desenvolvimento na disputa por territórios. Em sua ótica, de um lado, encontra-se o modelo capitalista, em uma produção de monoculturas em grande escala, com trabalho assalariado, intensamente mecanizado e com utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas. De outro, o modelo do campesinato ou agricultura familiar, a partir da produção de policulturas, em pequena escala, utilizando, predominantemente, o trabalho familiar, com baixa mecanização e com base na biodiversidade sem a utilização de agrotóxicos, em sua maior parte.

1.3 A OCUPAÇÃO DAS TERRAS NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

A estrutura fundiária brasileira está inserida em um contexto histórico-social amplo, que remonta ao início da construção do território brasileiro, em seu período colonial, processo cujos contornos foram e são definidos de acordo com a estrutura e o inter-relacionamento das classes e categorias sociais. Antes mesmo da chegada dos imigrantes europeus em áreas estratégicas e de fronteiras, a classe camponesa estava em um período gestacional, marcado por um complexo processo de expropriação e espoliação de um grupo de trabalhadores depauperados que viviam em uma espécie de território paralelo à grande propriedade: os agregados, brancos, índios e mestiços, indivíduos do mundo rural, desprovidos dos meios de produção, sem uma função específica na ordem produtiva (GUIMARÃES, 2009, p. 44).

Esse longo período constituiu-se em tempos históricos circulares, em que a construção da sociedade brasileira ocorreu ora de forma articulada, ora de forma desconstruída. Talvez por esse motivo, a narrativa deste tópico se apresente, de alguma forma, também assim. Alguns aspectos históricos relevantes serão tratados e retomados em tópicos seguintes, em um formato não linear, buscando demonstrar a interconexão entre temáticas aparentemente distantes.

O campesinato brasileiro, segundo Martins (1981, p. 16), é uma classe formada a partir das agressões do capitalismo, envolta em suas contradições. As contradições inerentes à relação entre camponês e capitalista são diferentes daquelas existentes na relação entre operário e capital. O camponês é uma figura do presente, mas que

precisa ser compreendida por meio das relações sociais do passado e do reconhecimento da forte aliança entre o capital e o Estado. “Este ‘passado’ é uma arma de luta do presente”, cujo sentido somente se resolverá quando as contradições do capital forem desfeitas: a exploração e a expropriação (MARTINS, 1981, p. 16).

Ao analisarmos o modo como ocorreu a apropriação do território no Brasil e na localidade escolhida como nosso objeto de pesquisa, Santa Maria de Jetibá, a primeira – e precipitada – impressão que se tem é que foi fundada no acaso, sem qualquer planejamento ou intenção política. Um olhar mais atento, porém, permite perceber que tal assertiva é equivocada. Na verdade, toda a legislação fundiária, desde o período das sesmarias, passando pela Lei de Terras, teve por principal objetivo criar um monopólio de classe sobre a terra em todas as regiões do país, incluindo aquelas não ocupadas economicamente, de forma a interditar o acesso do trabalhador comum à terra, obrigando-o a trabalhar para o capital, diante da impossibilidade de trabalhar para si e sua família (MARTINS, 2013, p. 124).

Todas as formas de apropriação do território favoreceram (e favorecem) a concentração da propriedade privada da terra, marcada por uma excessiva valorização, com o objetivo de cercear seu acesso, mediante a lógica do desequilíbrio da oferta e da procura. A extração do excedente social do campo depende, portanto, de tal configuração desigual. A concentração fundiária tem, por consequência nefasta, um aumento da oferta da mão-de-obra em proporção superior à capacidade de seu aproveitamento no campo, forçando a procura de empregos em área urbana.

Além do alto valor da terra e dos poucos postos de trabalho ofertados em razão da mecanização das atividades, o homem do campo encontra grandes dificuldades de concluir seus estudos, fator de intensificação da precarização e da exclusão do trabalhador do campo. A característica nuclear da estrutura fundiária brasileira é precisamente o alto grau de concentração. A situação de interdição ao acesso à terra percorre a história de todos os povos que se encontram ou se encontraram na posição de resistência no processo secular de exclusão: índios, negros e caboclos, como salientado por Paulino (2012, p. 38).

As primeiras manifestações da luta de classes na América portuguesa têm origem na insatisfação desse enorme contingente de indivíduos alijados do sistema capitalista de produção. São sujeitos que viveram em uma espécie de zona cinzenta da ordem social do mundo do trabalho, onde não são nem livres, nem escravos. Contudo, de tal constatação não decorre a noção tão presente na historiografia de que são indivíduos passivos e inertes diante da ordem estabelecida. Guimarães (2009, p. 45), citando Rocha Pombo (1966, p. 53), descreve situações de resistência no século XVII envolvendo perseguições dos grandes senhores de engenho aos pequenos produtores de aguardente, a pretexto de temor de desordens cometidas pelos escravos quando faziam uso da bebida. A manutenção do monopólio da terra nas mãos de um pequeno grupo de aristocratas ocorreu graças ao constante processo de expropriação da classe camponesa, modelo que se reproduziu em todo o território brasileiro.

Martins (1981, p. 12) afirma que as lutas camponesas têm sido classificadas em um contexto doutrinário de descrédito em razão da pluralidade de tendências que vão desde a concepção de uma superioridade histórica da classe operária sobre o campesinato até a defesa de um cerco camponês sobre a cidade. Existe uma percepção, no senso comum, de que o campesinato e a política são temas que não combinam e que, no processo político, o camponês deve ser passivo e subordinado. “A possibilidade de o campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista” (MARTINS, 1981, p. 12). A multiplicação das lutas camponesas, marcada em todo o processo histórico pela luta dos posseiros, tem sido reconhecida como um fato sem a mesma relevância no processo de transformação da sociedade como o crescimento das lutas da classe operária no campo e na cidade (MARTINS, 1981, p. 13).

A concepção segundo a qual o surgimento da pequena propriedade no Brasil deu-se a partir da colonização europeia no século XIX, pela dádiva de grupos políticos que procuravam apenas a colonização do solo brasileiro se apresenta como uma negação da posição de resistência histórica da classe camponesa (WANDERLEY, 2014). A figura do brasileiro nativo “indolente” ou “incapaz” para o trabalho tem um

sentido prático: “apagar da história a longa e obstinada batalha que os elementos geradores da classe camponesa tiveram de travar contra os seus inimigos, até emergirem definitivamente na vida rural brasileira” (GUIMARÃES, 2009, p. 48).

Os primeiros camponeses surgiram com a introdução dos hábitos sedentários da agricultura, firmada como principal ocupação a partir do século XVIII, os quais produziram o abrandamento dos costumes indígenas, conforme assinalou Cândido (2010, p. 51) em relação à população do campo de São Paulo, estudo que pode ser estendido ao Espírito Santo, em razão de sua proximidade com os Estados onde ocorreram as expedições bandeirantes. A população do campo conservou a característica de isolamento e permaneceu com um comportamento avesso ao contato social, provavelmente em razão da massa de desocupados decorrente do declínio do movimento dos bandeirantes.

Esse ponto não deve ser deixado de lado em nenhum momento deste estudo: em todo o Brasil, incluindo o Estado do Espírito Santo, capitania onde o modelo fundiário de grandes propriedades era menos presente que em outros estados como São Paulo e Rio de Janeiro, a formação da sociedade deu-se a partir de um esquema de princípios classificatórios, em uma estrutura fortemente hierarquizada, seguindo os mesmos requisitos econômicos, demográficos, sociais e políticos dos territórios onde predominava o latifúndio escravista. Esse tema será retomado posteriormente neste estudo.

A gênese da questão agrária brasileira tem um formato peculiar: alto grau de concentração fundiária². Tal característica remonta ao período da colonização europeia, mais precisamente da colonização portuguesa, no qual ocorreram grandes transformações decorrentes do modo capitalista de produção, em especial no modelo colonialista (PAULINO, 2012, p. 75). Essa é a fase do “originário capitalismo comercial”. O Brasil e demais países da América Latina compareceram no universo capitalista na condição de território colonizado e explorado desde suas origens. Sobre a transformação do mesmo sistema se engendraram, de um lado, os países

² No Brasil há 130 mil imóveis rurais de grandes proporções, os quais concentram 47,23% de toda a área cadastrada no INCRA, enquanto que 3,75 milhões de imóveis rurais de pequenas proporções equivalem, somados, a cerca de 10,2% da área total registrada no Incra (GIRARDI, 2008).

exploradores do sistema imperialista e, de outro, os países dependentes e explorados da América Latina. As relações econômicas constitutivas do colonialismo evoluíram, dando origem ao primitivo e originário capitalismo colonial, sob o qual foram constituídas as relações capitalistas (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 68-69).

Na maior parte do período de vigência do trabalho escravo, a propriedade fundiária praticamente não existia. O uso da terra dependia tão somente de cessão de uso do domínio da Coroa, pelo regime da lei de sesmarias, concebida, em sua origem, para solucionar questões peculiares do reino português de fins do século XIV. O uso da posse acabou sendo o recurso de acesso à terra, até mesmo após a suspensão das concessões de terras em sesmarias, em 1822 (NOZOE, 2006). Os requerentes deveriam fazer constar claramente, em seus pedidos, que eram homens de posses, único requisito para a concessão de sesmarias (VIANNA, 1933).

Neste período, o valor da terra era praticamente inexistente. Só havia duas formas de ocupação da terra: pela tomada de terras presumivelmente devolutas, por parte dos pequenos lavradores, ou pela posse, por via legal, com a concessão da carta de sesmarias ao senhor de escravos e grande fazendeiro, o que poderia ocorrer em áreas onde já existiam posseiros. O principal capital do fazendeiro consistia no escravo imobilizado como renda capitalizada (MARTINS, 2013, p. 40-41). Comprovar a propriedade de um escravo significava demonstrar a capacidade de produção, com base em probabilidade de ganho futuro sobre mercadoria viva e de risco, mercadoria que era ofertada como hipoteca nos empréstimos concedidos aos fazendeiros.

Até a terra se transformar em mercadoria, os escravos tinham dupla funcionalidade no ciclo produtivo: fonte de mão-de-obra e garantia para a obtenção do capital necessário em empréstimos para custeio ou expansão das fazendas. Após o advento da proibição do tráfico negreiro em 1850, o preço dos escravos praticamente dobrou. Como o valor do escravo ditava os limites venais das hipotecas, ocorreu um aumento na oferta de capital disponível para os fazendeiros (MARTINS, 2013, p. 44-45). Assim, para garantir que as condições de sujeição do trabalhador fossem mantidas, sustentando a mesma estrutura de poder existente à época da escravidão, era necessário que houvesse obstáculos à ocupação legítima

da terra. A simples ocupação não poderia legitimar a propriedade da terra.

O Brasil precisava se preparar para a perda dos braços do escravo e de sua importância como garantia do crédito hipotecário para capital de custeio. A fórmula encontrada foi a inversão dos elementos de sustentação da economia de tipo colonial: a renda, personificada no escravo, se transformaria em renda territorial capitalizada: “Se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 2013, p. 47). Com a vigência da Lei de Terras, de 1850, e todo o sistema legal fundiário subsequente, a estrutura de poder do padrão de exploração colonial foi garantida, em plena harmonização dos interesses das classes dominantes: fazendeiros, comerciantes e Estado: o escravo poderia ser liberto. Em razão da forte pressão elitista das forças políticas, o Brasil perdeu uma oportunidade histórica de alterar o caráter do desenvolvimento capitalista. A utilização de mão-de-obra escrava se perpetuou até o final do século XIX. Brasil e Cuba foram os últimos do continente a abolir a escravidão (NAKATANI, FALEIROS, VARGAS, 2012).

Martins (2013, p. 72-73) descreve a fórmula definida como ideal para aumentar a oferta de mão-de-obra na lavoura, ocupando o lugar do escravo: trazer o imigrante, na condição de trabalhador coletivo, combinando as forças de todos os membros da família: o marido, a mulher e os filhos com mais de sete anos. O caráter familiar da força de trabalho camponesa foi descrito por Chayanov (1974, p. 47) como um dos principais fatores da organização da unidade econômica camponesa. Os “extratores de mais-valor”, usando o termo cunhado por Marx (2013, p.795), fazendeiros, governo, agenciadores e todos outros que se beneficiaram da produção e reprodução do trabalho do imigrante, souberam se apropriar dessa característica, maximizando seus lucros.

Na transição para o trabalho livre não houve nenhuma preocupação em preparar os libertos para se integrarem às relações de produção da nova ordem econômica. De forma abrupta, o escravo passou a ser responsável pela sua própria manutenção e segurança, situação que imprimiu à Lei Imperial n.º 3.353, de 13 de maio de 1888, “o caráter de uma espoliação extrema e cruel” (FERNANDES, 2008, p. 29). Os chamados “trabalhadores nacionais” eram, na verdade, um exército de reserva,

importado da Europa, formado por “trabalhadores mais afeitos ao novo regime de trabalho e às suas implicações econômicas ou sociais”, com o qual os libertos teriam que concorrer em “igualdade” (FERNANDES, 2008, p. 31).

O trabalho escravo foi substituído pela modalidade de trabalho que o superaria, isto é, o trabalho livre. Contudo, esse é o seu principal adjetivo e não o trabalho assalariado, como assinalou Martins (2013, p. 30). A passagem da relação de produção escravista ao regime assalariado ocorreu de forma “recuada”, com a criação de formas sociais variantes de relações capitalistas, como o colonato e a parceria, em uma simultaneidade de tempos históricos lentos e contraditórios. A análise das diretrizes expressas na legislação nacional do período revela que a promoção do ingresso de determinados grupos imigratórios ocorreu de acordo com os preceitos da imigração ambicionada, os quais classificavam as categorias de imigrantes como desejáveis e indesejáveis.

Os camponeses de Santa Maria de Jetibá chegaram dentre os grupos escolhidos para ocupar as terras de fronteira e de regiões estratégicas, como a região de montanhas do Espírito Santo, paredão natural para invasões estrangeiras. São descendentes de imigrantes originários da Pomerânia, região que era, até meados do século XIX, uma província da Prússia, situada no norte da Europa, às margens do mar báltico. Possuía 93 ducados governados por príncipes feudais, até sua divisão pelos países aliados, após o fim da 2ª Guerra Mundial, parte dela sendo desmembrada e permanecendo em poder da Áustria e outra parte como estado da Alemanha Oriental. Os cidadãos pomerano foram expulsos de suas terras, refugiando-se na Alemanha Ocidental e em países próximos, processo que resultou no progressivo esquecimento e desuso da língua e dos costumes em sua região de origem (MUSEU DA IMIGRAÇÃO POMERANA).

Os primeiros imigrantes da região desembarcaram em Vitória, em 1847, e foram encaminhados para 3 núcleos de imigração: Santa Leopoldina, Santa Isabel e Rio Novo (RÖLKE, 1996). Os assentamentos ocorreram em terras antes pertencentes aos índios botocudos, na região conhecida outrora como Jequitibá (JACOB, 1992). Em 27 de fevereiro de 1856, o presidente da província do Espírito Santo foi autorizado a realizar a demarcação de uma extensão de terra de quatro léguas

quadradas, à margem do rio Santa Maria da Vitória, entre a Cachoeira Grande e a Cachoeira José Cláudio, para fundação de uma povoação. Assim, foi criada a colônia de Santa Leopoldina, dividida, originariamente, em três núcleos: Porta de Cachoeiro, Timbuí e Santa Cruz (MUSEU DA IMIGRAÇÃO POMERANA).

O governo brasileiro, em incentivo à imigração, se comprometia a pagar a passagem de Hamburgo até Vitória e a conceder um lote de terra a cada família. Prometia também fazer em cada lote uma derrubada de 1000 braças quadradas para lavoura e um rancho para habitação provisória, além do provimento de ferramentas, diversas sementes (milho, feijão, batata e abóbora), um casal de porcos, um galo e duas galinhas. Forneceria, ainda, diárias pagas mensalmente para alimentação, por um período de seis meses. O colono, por sua vez, se comprometia a pagar as ferramentas, a passagem e as sementes depois em um prazo de quatro anos (MUSEU DA IMIGRAÇÃO POMERANA). Contudo, grande parte das promessas não foi cumprida e a principal delas foi o acesso à terra, pois muitos não as receberam

Meus bisavós não ganharam terra. Eles vieram com aquela condição, como a maioria dos imigrantes; promessa de receber terra e quando chega não era nada daquilo; isso aconteceu com os pomeranos, os italianos e outros imigrantes também; muitos se instalaram na região porque o clima, a temperatura, lembrava aquela região; e aí foram desbravando as matas, muitos morreram com picada de cobra (G., 48 anos presumidos).

A colonização de Santa Leopoldina, colônia-mãe de Santa Maria de Jetibá (Foto 2), ocorreu em um período de disputa entre as políticas de colonização e de imigração, essa última defendida pelos grandes proprietários de fazendas cafeeiras em São Paulo, em franca expansão, a partir da segunda metade do século XIX. O problema da imigração gravitou entre duas funções: o abastecimento no mercado de gêneros alimentícios diversificados e a atração da mão-de-obra para o mercado em geral (SANTOS, 1978, p. 16).

Foto 2 – Região onde hoje está assentado o Município de Santa Maria de Jetibá em 1890.



Fonte: Acervo do Museu da Imigração Pomerana.

A colonização pomerana em Santa Leopoldina, hoje Santa Maria de Jetibá, ocorreu após a entrada em vigor da Lei de Terras, de 1850, quando foi estipulado que a terra devoluta não poderia ser ocupada por outro título que não fosse o de compra. Todos concordavam que era preciso criar um fluxo substitutivo da força de trabalho e que, portanto, o Brasil precisava aumentar a sua população. A fórmula encontrada foi atrair imigrantes europeus. Havia, ainda, uma questão importante a resolver, já que o escravo era a propriedade dada como garantia do crédito hipotecário para capital de custeio, a terra deveria substituir o trabalho escravo, em crise (MARTINS, 2013, p. 47). O longo período de conflitos fundiários, existente até hoje, nasce da fórmula adotada pela Lei de Terras, um recurso que legitimava a manutenção do monopólio de classe em todo o país, até mesmo nas localidades em que a terra não havia sido povoada ou explorada economicamente, de forma a interditar o acesso do lavrador pobre à terra (MARTINS, 2013, p. 124).

A teoria econômica de Gibbon Wakefield serviu como fundamento ideológico a permeiar os contornos da legislação fundiária. Wakefield defendia que a população numerosa e o excesso de capitais das metrópoles europeias tinham por

consequência a estagnação da lucratividade. Como resposta ao problema, propunha a migração de capitais e pessoas para as colônias, projeto que denominou de colonização sistemática (TAYER NETO; GONÇALVES NETO, 2013). Contudo, se os imigrantes tivessem acesso fácil à terra, não se constituiria a classe assalariada, pois os indivíduos seriam dispersos pelo território inabitado, o que inviabilizaria a construção do exército de reserva de mão-de-obra, condição sem a qual não seria possível atrair investimentos.

A partir da promulgação da Lei de Terras (1850), a terra foi transformada em mercadoria. A necessidade de criação de uma legislação que instituísse a propriedade das terras era uma das principais recomendações do Visconde de Abrantes (1946, p. 51): a) colonos deveriam pagar sua passagem e de sua família e a comida e só poderiam levar consigo 70 libras de bagagem; b) deveriam comprar as terras; c) em razão da dívida de viagem e da compra da terra não poderiam buscar trabalho ou outras condições de vida; d) no primeiro ano o governo não deveria auxiliar o colono, para que, em razão da dificuldade, não deixasse a terra com facilidade; e) deveriam ser obrigados a permanecer no país por três a quatro anos (ABRANTES, 1946, p. 51). As recomendações do Visconde de Abrantes seguem a lógica da teoria da colonização sistemática de Wakefield e foram cumpridas, quase que integralmente, pelo governo brasileiro.

A primeira providência no sentido de programar a colonização sistemática foi a cobrança das despesas com transporte e alimentação da viagem do país de origem até o Brasil, de forma parcelada, aos que fizeram parte do grupo dos imigrantes subsidiados pelo governo ou por agências particulares. A segunda foi a exigência da compra da terra pelo colono e do custeio com medições. Como havia a dívida, o colono não tinha outra escolha além de fixar-se na colônia. Conforme direcionamento dado pelo Visconde de Abrantes, a propriedade não deveria ser maior que a possibilidade de lida da família. Na primeira fase do processo de colonização, era de 75 ha e, na segunda fase, foi progressivamente sendo reduzido o tamanho das propriedades até chegar em 25 ha (SEYFERTH, 2000, p. 277)³.

³ Durante todo o Brasil Império os imigrantes eram trazidos pelo agenciador, o qual recebia por cabeça, com valores distintos segundo sexo e idade (SEYFERTH, 2000, p. 277).

O requisito de tamanho apropriado do terreno deveria seguir uma lógica de forma a possibilitar que o trabalhador e sua família produzissem os meios necessários à sua subsistência, sem a necessidade de contratação de mão-de-obra assalariada, para que o colono não se transformasse em capitalista, concorrente dos grandes proprietários de terras, seguindo a teoria da imigração sistemática de Wakefield. Conforme assinala Seyferth (2000, p. 277), o processo de colonização trouxe lucros imediatos: para agenciadores, com a intermediação e agenciamento dos imigrantes nas viagens; para fazendeiros, com o aumento da oferta de mão-de-obra para as lavouras; para o governo e investidores, pela venda e valorização de terras e cobrança de serviços de medição.

Os camponeses brasileiros, incluindo os camponeses pomeranos possuem uma trajetória de itinerâncias e perambulação. Segundo Martins (1981, p. 16), trazidos da Europa há mais de um século, há pouco mais de 30 anos deslocaram-se para regiões novas do Paraná e do Espírito Santo. Na passagem do século XIX ao século XX, grupos de pomeranos migraram em direção ao sudoeste do Rio Doce, região chamada Terra Fria, cuja abrangência corresponde aos atuais municípios de Laranja da Terra, Itaguaçu, Afonso Cláudio, Itarana, Baixo Guandu e Colatina. Em 1920, houve outro período migratório em direção ao norte do Rio Doce, região conhecida como “terra quente”, localidades de Pancas, Novo Brasil, Alto Mutum Preto, e Linhares. Entre 1930 e 1950, houve outra forte migração em direção do norte do estado. Muitos pomeranos migraram rumo ao estado de Minas Gerais. Em 1960 e, mais intensamente na década de 1970, levas de pomeranos migraram para Rondônia, em busca de novas terras (SPAMER, 2013). Tais migrações ocorreram em consequência do avanço do capital sobre a terra (MARTINS, 1981).

1.4 TENDÊNCIA HISTÓRICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

É inegável o peso econômico que algumas regiões tiveram na composição do cenário político colonial, em razão de um maior contato e comércio mais intenso com a metrópole. Tal posição de destaque não é motivo para encobrir a importância de outros Estados, mais voltados para uma produção diversificada e direcionada ao

mercado interno, os quais compunham igualmente o complexo e complementar conjunto formado pelas capitanias da América portuguesa (CONDE, 2011).

As pistas seguidas pelas diversas entradas ao sertão do Espírito Santo obtiveram sucesso e, no fim do século XVII, foram descobertas minas auríferas a oeste, no atual estado de Minas Gerais. A descoberta do ouro foi, por tempos, interpretada como um fator decisivo para o “fracasso” da capitania, segundo Conde (2011). Portugal tomou uma série de medidas no sentido de limitar a interiorização e assim proteger a região, quadro que foi agravado com a expulsão dos jesuítas em 1759.

Em fins do século XIX, o Espírito Santo vivia em um cenário de relativo isolamento, pois não tinha ligações comerciais diretas com a África e a Europa, residindo na cabotagem a principal forma de escoamento da produção local, situação que se alteraria somente no século XIX, com a expansão da cultura cafeeira. Contudo, a característica de “área não exportadora” não significava o afastamento da capitania da principal fonte de riqueza da América portuguesa: a escravidão (CONDE, 2011). A propriedade, a escravidão e os símbolos de honraria e de prestígio constituem os fundamentos da estrutura da sociedade em todas as regiões da colônia, sejam monocultoras e exportadoras, como foi o caso de São Paulo e Pernambuco, sejam voltadas ao abastecimento interno, como no Espírito Santo, como assinala Braj (2000). A sociedade foi estruturada de forma extremamente desigual e estratificada.

Woortmann (1995, p. 98) destaca que o processo de ocupação de terras por colonos interessava à lógica capitalista por duas razões: ao valorizar as terras, entrando no circuito de transferência da mercadoria terra e, ao mesmo tempo, ao criar um campesinato parcelar. Possibilitava, também, expropriar o posseiro e dinamizava o comércio, com a comercialização da produção. Em todas as regiões em que foram instaladas colônias, incluindo o Estado do Espírito Santo, os grupos indígenas que habitavam originariamente o território foram expulsos ou dizimados.

Muito embora, no Espírito Santo, o panorama social e econômico tenha sido distinto de outras regiões onde imperava o latifúndio agroexportador e monocultor, ele não pode ser considerado uma exceção. Foi um Estado que, efetivamente, fez uso da mão-de-obra escrava nas lavouras e como símbolo de poder. Conde (2011, p. 115-

116), a partir da análise de inventários concernentes ao fim do século XVIII, observou que se reproduzia no ambiente local, bem como o caráter dos bens declarados, a importância do escravo para a composição dos bens inventariados, acompanhando, portanto, a estrutura geral de produção escravista da América portuguesa. No entanto, quanto aos latifúndios, apenas indícios foram encontrados, embora se saiba que eles existiam mais fortemente ao sul e a oeste de Vitória. A maior parte dos bens relatados nos inventários era proveniente de sítios e não de grandes propriedades. Como exemplo, citam-se os filhos de Joanna da Vitória, dona de um sítio e não de grandes propriedades, os quais ocuparam cargos administrativos importantes no Espírito Santo.

Conde (2011) defende a hipótese de Schwartz quando questiona a tese de Caio Prado Júnior sobre o tripé da produção brasileira: escravidão, latifúndio e produção destinada à exportação. Como a capitania do Espírito Santo, outros territórios se desenvolveram mediante a produção diversificada de alimentos voltados para o abastecimento interno. Evidente está que tais culturas podiam ocorrer em grandes fazendas, como o que ocorreu nas estâncias gaúchas. Contudo, o modelo identitário da capitania do Espírito Santo foi de uma posse menos larga de terras, mantidos outros elementos da estrutura de poder da sociedade colonial brasileira, como escravos, a propriedade de terras e sobrados, disseminação do endividamento, observadas as devidas particularidades locais. As cifras e bens inventariados em outros locais mais prósperos da colônia não podem ser comparados com os encontrados na Capitania do Espírito Santo. Nas partilhas analisadas por Conde (2011, p. 116) há registros de artigos de valor ínfimo como “*uma toalha velha em pano e outra toalha furada [...] chapéus, facas, meias, lenços, entre outros*”. Até mesmo a mais modesta herança era alvo de partilha detalhada, o que demonstra a dificuldade de enriquecer no Espírito Santo colonial. Os herdeiros daqueles que morriam precisavam realizar a partilha de bens de valores bastante reduzidos.

A cafeicultura estruturou-se no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista sob forma de complexo econômico “capitalista”, diferentemente do que ocorreu no Espírito Santo, alicerçada no interior da pequena produção familiar, em um sistema de quase autossuficiência. A partir do momento em que a produção de café no Vale do Paraíba regrediu por conta da proibição do tráfico de escravos e do esgotamento

das terras, a cultura cafeeira migrou em direção ao Oeste Paulista, ao sul de Minas e do Espírito Santo (BUFFON, 1992).

As razões pelas quais houve intensa acumulação de capital com a cultura do café no Oeste Paulista, ainda sob o regime escravista foram: a) terras propícias ao cultivo do café (clima, solo, topografia e disponibilidade); b) introdução da estrada de ferro desde o início da expansão, reduzindo o custo do transporte e; c) entrada da máquina de beneficiamento. Com a abolição da escravatura, a imigração em massa de trabalhadores foi a solução encontrada para a construção do novo mercado de trabalho (BUFFON, 1992) e com a acumulação cafeeira não houve apenas a reprodução ampliada do capital dessa economia, mas sua transformação. Em consequência, as inúmeras atividades interligadas resultaram em uma economia altamente mercantilizada, com a renda gerada pela atividade cafeeira (BUFFON, 1992). Essa é a gênese do processo de industrialização de São Paulo. Não foi o fracasso do processo de acumulação de capital da cultura de café que resultou na industrialização, mas seu sucesso.

No Espírito Santo, a produção cafeeira seguiu contornos com particularidades próprias, pois não houve a construção de uma economia industrial, muito embora tenha ocorrido a ocupação do território e desenvolvimento de pequenos e pouco complexos núcleos urbanos, com baixo grau de mercantilização do campesinato (BUFFON, 1992). A participação capixaba na atividade cafeeira durante o século XIX não trouxe grandes transformações econômicas em todo o território capixaba. O início da expansão do capitalismo no Estado não está diretamente ligado aos lucros proporcionados pelo café, como ocorreu em São Paulo, onde o capital comercial acumulado possibilitou e financiou a expansão de diversas atividades. No Espírito Santo, a produção em bases escravistas, em que as propriedades não tinham o mesmo tamanho das fazendas de outros Estados, manteve suas características de organização produtiva agrícola fundada na pequena propriedade, diferentemente do que ocorreu em São Paulo, em que a mão-de-obra escrava foi inicialmente complementada e logo depois substituída pela do imigrante estrangeiro, não necessariamente assalariado. Essa singularidade deu origem a um paradoxo: ao mesmo tempo em que não impulsionou a industrialização e dificultou a diversificação da economia, permitiu certa “blindagem” às crises do café. Isso porque “subsistência

e geração de excedente conviviam pacificamente” (CALIMAN, 2012).

A partir da década de 1960, inicia-se no Estado do Espírito Santo o processo de industrialização, sem o concurso do excedente do café. O marco do processo de internacionalização da economia capixaba está ligado à construção do Porto de Tubarão, período em que ocorreu o movimento mais forte da população em direção à Grande Vitória, com um acréscimo da população na ordem de 96%. A desestruturação da agricultura capixaba pela erradicação dos cafezais deu impulso ao processo de concentração da população na Grande Vitória (CALIMAN, 2012).

O processo de instalação das colônias de imigrantes no Espírito Santo, muito embora tenha surgido em contornos de relações de produção não capitalistas, característica até hoje preservada em alguma medida, possibilitou a formação de uma superpopulação relativa na indústria, impulsionando a industrialização no estado, porque não há capitalismo sem exploração do trabalho alheio. Logo, para a expansão do capitalismo no Novo Continente, seria necessário um processo de “acumulação primitiva”, correspondente ao que ocorreu no Velho Continente. Referindo-se à teoria de Wakefield da colonização sistemática, Marx (2013, p. 836-837) revela a contradição inicial que ocorre com a instalação das colônias na América, como “terras virgens colonizadas por imigrantes livres”, afirmando que:

[...] a propriedade de dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção não confere a ninguém a condição de capitalista se lhe falta o complemento: o trabalhador assalariado, o outro homem, forçado a vender a si mesmo voluntariamente [...] o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas (MARX, 2013, p. 836).

O colono estrangeiro pode ser proprietário dos meios de produção e de subsistência, mas isso não significa que possui capital. Essas propriedades somente se transformam em capital se servirem como meios de exploração e de dominação do outro – o trabalhador. Enquanto o colono acumular apenas para si, enquanto proprietário dos meios de produção, não há acumulação capitalista.

Diante da possibilidade de o trabalhador ser o proprietário de seu próprio meio de produção, ocorre o rompimento do “ciclo de acumulação do capital, pois o dinheiro não pode transformar-se em mais-valia e a mais-valia não pode transformar-se em

capital” (PRADO, 2008, p. 2). A contradição pela instalação das colônias no Novo Continente está justamente na seguinte oposição: a lógica do trabalho assalariado não é imediatamente compatível com a propriedade direta dos meios de produção pelos novos colonos, já que não há extração de mais-valia do trabalhador, pois

[...] a expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus próprios meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso constitui a pré-história do capital. [...] a propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre (MARX, 2013, p. 831).

O impasse na expansão do capitalismo nas colônias encontra-se no formato de como ocorreu na Europa o processo de acumulação primitiva, com a separação do homem de suas condições de trabalho, criando a mão-de-obra assalariada, de forma a assegurar a industrialização e ainda permitir que a demanda de postos de trabalho se mantivesse em patamares superiores à da oferta, impulsionando o valor dos salários a níveis irrisórios.

2 SEGUNDO TERRITÓRIO: PROPRIEDADES CAMPONESAS E CAPITALISTAS

Dois modelos divergentes de desenvolvimento são promovidos por territórios distintos: o do campesinato e o do capital, totalidades diferenciadas, nas quais se extraem relações sociais antagônicas, nos distintos formatos de propriedades que disputam o território nacional. O território de Santa Maria de Jetibá, formado pelos espaços de governança em suas diferentes escalas, foi analisado no capítulo anterior.

Neste segundo capítulo, buscaremos compreender o segundo território, formado pelos diferentes tipos de propriedades particulares: modelos de desenvolvimento do agronegócio e modelo de desenvolvimento do campesinato. Como lembra Fernandes (2007, p. 83), primeiro e segundo territórios, apesar de diferentes, coexistem “no mesmo espaço geográfico municipal, que está no espaço geográfico

estadual e este, por sua vez, está no espaço geográfico nacional, formando a multiterritorialidade”. Nas disputas entre esses dois modelos de desenvolvimento, revelam-se dois paradigmas sobre os quais se desenvolve o debate teórico da questão agrária.

2.1 MODELOS ANTAGÔNICOS: INSTRUMENTAÇÃO TEÓRICA

Felício (2011) apresenta um método bastante claro que possibilita compreender as teorias que compõem os dois paradigmas citados no título de seu estudo: o paradigma da questão agrária e o do capitalismo agrário. O primeiro compreende a temática envolvendo a distribuição fundiária, como de fundo estrutural, decorrente do desenvolvimento do capitalismo no campo. Sua superação somente será possível quando esse mesmo capitalismo for substituído por outra sociedade, não capitalista. Neste paradigma, o método utilizado é o dialético, compreendendo as contradições do sistema e os processos históricos mediante a luta de classes.

O trabalhador camponês é visto como um agente ativo na luta pela reforma agrária e como um espaço de resistência ao sistema capitalista, em uma elevada posição de protagonismo na superação do capital. Por esta ótica, camponês e agricultor familiar são os mesmos sujeitos, pois “criou-se um novo nome para se falar do mesmo sujeito” (FERNANDES, 2007, p. 79).

Na visão dos teóricos do segundo paradigma, do capitalismo agrário, por sua vez, os problemas que giram em torno do tema do campo não são estruturais, como no paradigma anterior, mas conjunturais, decorrentes do capitalismo e devem ser resolvidos pela lógica interna ao sistema. As principais linhas de argumentação partem da perspectiva de que o futuro do campesinato depende de sua integração ao sistema capitalista, por meio da sujeição aos imperativos de mercado. Para os estudiosos desta corrente, campesinato e agricultura familiar são sujeitos distintos e não há a chamada questão agrária no capitalismo (FELÍCIO, 2011, p. 5-9).

Um importante desafio para o enfrentamento de reflexões acerca das diferentes visões paradigmáticas da questão agrária passa, precisamente, pelo conceito de

paradigma. Embora não seja objeto deste trabalho, é importante passar pelo tema, ainda que de forma sucinta. A tarefa não é simples, dado que o termo paradigma não possui conotação precisa. Sua origem remonta da Teoria das Ideias de Platão, na Grécia (*paradeigma*) e seu significado aproxima-se aos conceitos de modelo e exemplo, remetendo às formas e às ideias.

Thomas Samuel Kuhn retomou o conceito, na década de 1960, em seu estudo *A Estrutura das Revoluções Científicas* (ERC), atribuindo múltiplos significados ao termo. Adotamos o conceito kuhniano de paradigma como “um eixo de maior abrangência, que inclui um conjunto de elementos compartilhados pela comunidade científica, constituído, especialmente, por teorias, métodos, metodologias e atitudes que proporcionam aos seus membros uma visão de mundo” (CAMPOS, 2012, p. 47).

A rigor, o presente capítulo busca o aperfeiçoamento das questões relacionadas à temática agrária, separando peças de dois conjuntos distintos de quebra-cabeças, no que Kuhn denominou “operações de limpeza”, ou seja, “trabalho de depuração das persistentes inconsistências do paradigma”, como afirmou Mendonça (2012), compreendendo paradigma como “um eixo de maior abrangência, que inclui um conjunto de elementos compartilhados pela comunidade científica, constituído, especialmente, por teorias, métodos, metodologias e atitudes que proporcionam aos seus membros uma visão de mundo” (CAMPOS, 2012, p. 47).

O objetivo deste segundo capítulo é, portanto, construir um suporte teórico que possibilite resgatar a lógica dos territórios camponeses e capitalistas. Para tanto, inicialmente será feita uma breve reconstrução dos enfoques clássicos acerca da questão agrária e do paradigma do capitalismo agrário, para, em seguida, extrair alguns aspectos característicos dos territórios camponeses e capitalistas, concomitantemente existentes no Município de Santa Maria de Jetibá, referência empírica investigativa escolhida.

2.1.1 O paradigma da questão agrária: permanência do campesinato como fenômeno estrutural

As origens do debate agrário remontam a corrente de pensamento denominada marxismo agrário, a qual tem grande influência de três importantes autores clássicos: Marx, Lênin e Kautsky. A avaliação das estruturas sociais formadas pelos camponeses nas obras desses três pensadores deve ser analisada de acordo com o momento histórico em que viveram. Os pontos convergentes entre os pensadores são: foram contemporâneos e viveram no inquieto período entre o século XIX e início do século XX, tempo em que a produção capitalista consolidava-se. Os três autores eram militantes de esquerda, acreditavam em uma radical transformação da sociedade, mediante a revolução armada, liderada pela classe proletária. (BORSATTO; CARMO 2003).

Marx, em suas observações, percebe o campesinato a cada vez em menor número e em regressão de sua condição de vida, à exceção de poucos intervalos. Com a liberação de parte da população rural, em razão dos processos de industrialização do campo, o camponês precisa buscar seu sustento, “deixado ao léu tem de adquirir de seu novo senhor, o capitalista industrial, e sob a forma de salário, o valor desses meios alimentares” (MARX, 2013, p. 816).

Para o autor, a expropriação e a expulsão de uma parte da população rural possui um efeito duplamente positivo ao capital, pois não apenas amplia a oferta de trabalhadores para o capital industrial, mas também fomenta o mercado interno, mediante o crescimento da procura de produtos anteriormente produzidos pelos próprios trabalhadores.

No pensamento de Marx (2011, p. 53-54), os camponeses não teriam protagonismo no projeto rumo ao socialismo. Muito embora integrassem uma grande massa de trabalhadores que viviam em condições semelhantes, o isolamento, a ausência de divisão no trabalho e a pobreza, características do modo de produção camponês, acrescidos da dificuldade de comunicação, não permitiam o desenvolvimento de relações sociais ou políticas. Ele entendia que o campesinato constituía uma classe.

Seria, contudo, uma classe sem organização política, incapaz de defender seus interesses politicamente, pois “Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva” (MARX, 2011, p. 54).

Marx (2011, p. 54) chega a dizer, de forma irônica, que os camponeses eram comparáveis a um saco de batatas: “A grande massa da nação francesa e, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas”. A comparação rancorosa de Marx é explicada pelo comportamento dos camponeses na revolução de 1848, na França, que escolheram apoiar as velhas forças da sociedade, a aristocracia financeira, a classe média, a burguesia industrial, a pequena burguesia, o proletariado organizado em Guarda Móvel, o exército, os intelectuais considerados “de prestígio” e o clero, deixando o proletariado de Paris só. O resultado: mais de três mil proletários foram mortos e quinze mil deportados. Marx defendia a revolução comunista e suas análises teóricas são fortemente influenciadas pela posição política dos camponeses na referida revolução (BORSATTO; CARMO, 2013).

Kautsky foi o primeiro a formular uma teoria detalhada acerca da lógica do capitalismo agrário (CARNEIRO, 2009, p. 59). O ponto de partida de Kautsky foram as repercussões do capitalismo industrial e comercial sobre o campesinato. Ele lembra que, primitivamente, em quase todos os territórios, era proibida a saída dos produtos de qualquer natureza, com a finalidade de venda, nas comunidades, sem a permissão dos companheiros. Tudo o que produziam deveria ser consumido no próprio território. Contudo, no século XV, o aumento da população, sem o aumento da produção na mesma proporção, a cobrança desmesurada de impostos e a inflação monetária levaram a maioria da população à miséria. O prognóstico de Kautsky era que, com o advento do capitalismo e a industrialização no campo, a pequena propriedade desapareceria, dando lugar à grande propriedade agrícola, tecnicamente superior.

De acordo com a teoria de Kautsky, os mesmos processos de socialização na indústria deveriam ser verificados no campo. As grandes empresas agrícolas as

quais utilizam a mão de obra assalariada seriam socializadas. A absorção das pequenas propriedades por parte das grandes era um fenômeno desejável, pois aceleraria o processo de socialização no campo. A propriedade rural, com grandes áreas a serem cultivadas, seria mais apropriada ao desenvolvimento do capitalismo, em razão de sua superioridade técnica, em relação às pequenas propriedades. Assim, a “industrialização da agricultura” seria um objetivo a ser perseguido (KAUTSKY, 1980, p. 138-139).

Para o autor, o modo de produção capitalista foi um extraordinário instrumento de propulsão do desenvolvimento no campo, ocasionando em décadas um desenvolvimento não realizado em milhares de anos no regime feudal. Paradoxalmente, entretanto, esse mesmo progresso traz consequências maléficas ao camponês, do que decorre a inevitabilidade de se traçar estratégias à sua sobrevivência. Dentre tais medidas cita: progresso nos meios de transporte; domínios da concorrência dos gêneros alimentícios das colônias, da América e da Austrália, regressão da produção de cereais, união da indústria e da agricultura, mediante cooperação.

O livro *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, publicado em 1899 é mais uma obra clássica da teoria agrária, de autoria de Vladimir Ilitch Lênin. Neste estudo, Lênin reproduz o processo de formação do mercado interno para o capitalismo russo e apresenta suas críticas aos ideólogos populistas, os quais repeliam o capitalismo na Rússia, por ser uma regressão; consideravam o campesinato da comunidade como algo superior, negando suas contradições, e rejeitavam a interconexão entre os intelectuais, as instituições político-jurídicas da Rússia e as ambições e interesses de classes dominantes (NETTO, 1985, p. X-XI).

Lênin defende, contrariamente aos teóricos da denominada teoria populista, que o fraco desenvolvimento da população de um país de economia mercantil deve-se à sua agricultura, não porque ela se dedique apenas às atividades agrícolas, mas pelo fato de não haver troca e divisão no trabalho. Nas palavras do citado autor: “o desenvolvimento da economia mercantil significa, *eo ipso*, que uma parte cada vez maior da população se afasta da agricultura, ou seja, que a população industrial cresce a expensas da população agrícola” (LÊNIN, 1985, p. 15-16). Afirma, também,

alinhado com Marx (2013, p. 776), que a derrocada dos camponeses no capitalismo em expansão demonstra a criação e não a redução do mercado interno, justamente o contrário do proposto pelas noções populistas.

A principal contribuição de Lenin foi demonstrar que o enfraquecimento dos camponeses no processo revolucionário da Rússia não resultou na extinção do mercado interno. Ao revés, possibilitou o fortalecimento da industrialização, ampliando as diferenças sociais já existentes, liberando os camponeses para a formação do proletariado (NETTO, 1985). Entre 1905-1907, fase que antecedeu a revolução, os antagonismos do campesinato se tornaram visíveis: um pequeno grupo de agricultores enriquecendo e a maior parte de camponeses sendo expropriados e tornando-se assalariados, estopim da revolução. Lênin se colocava como líder da classe burguesa, que se alinhou ao campesinato para extinguir de vez o regime da servidão e introduzir novas tecnologias na agricultura. Segundo Lênin, com a intensificação da divisão do trabalho e diferenciação social seria possível a formação de um mercado interno para o avanço do capitalismo (CRUZ, 2012).

Como afirma Paulino (2012, p. 52), não se pode simplesmente dizer que Lênin e Kautsky incorreram em equívoco em seus prognósticos em relação ao futuro do pequeno produtor rural. Em verdade, suas ideias são fruto de uma “concepção linear do processo histórico, que pressupunha etapas a serem cumpridas para se chegar ao socialismo”. Pela visão marxista ortodoxa de Lênin e Kautsky, a classe campesina, expropriada durante séculos pelos senhores feudais, desapareceria, em razão da força destruidora latente do capitalismo no campo.

Kautsky não pretendeu apresentar a heterogeneidade social do mundo agrário, caminho percorrido por Lênin, mas analisar as relações entre agricultura e indústria, concentrando-se na impossibilidade do pequeno agricultor alcançar as conquistas técnicas e organizacionais dispostas aos grandes proprietários agrários, temas ausentes na obra de Kautsky. As teorias de Lênin e Kautsky são bastante próximas, muito embora as ênfases tenham sido diferentes. Se é verdade que o prognóstico de ambos não se realizou, é igualmente verdade que a unidade de produção familiar agrária tem sofrido transformações tão profundas a ponto de alcançar suas características mais nucleares. E nesse ponto, ambos possuem razão.

A obra do economista agrário russo Alexander Vasilevich Chayanov é seminal ao paradigma da questão agrária (FELÍCIO, 2011) e essencial nas reflexões sobre a lógica constitutiva (e a resistência) do campesinato, muito embora não seja compreendida como de influência marxista.⁴ Baiardi e Alencar (2015), ao analisar a capacidade de adaptação do campesinato, registraram que, no Brasil, a divulgação acadêmica do pensamento de Chayanov teve início a partir da segunda metade da década de 70 do século XX, com o arrefecimento político da Ditadura Militar, no meio de um forte debate entre duas correntes de pensamento que buscavam a modernização agrária russa: a marxista e a populista. Aquela tentava aplicar as leis do materialismo histórico e o projeto de socialização das terras à lógica do campo, e esta, considerada pelos bolcheviques como de índole pequeno-burguesa, propunha a queda do regime czarista e a entrega das terras dos latifúndios para os agricultores familiares. Muito embora se autoproclamassem socialistas, os populistas, na ótica dos bolcheviques, eram utópicos, por se oporem ao pensamento marxista e defenderem que a revolução partiria do campesinato e não do proletariado.

A obra de Chayanov constitui importante chave interpretativa para se compreender a história de resistência do campesinato ao capital, sua caracterização a partir do trabalho como uma unidade de produção e o equilíbrio entre trabalho e necessidades de consumo da família. Chayanov não busca antever o destino da unidade econômica camponesa, mas compreendê-la a partir de um ponto de vista organizacional, a morfologia de seu aparato produtivo, os mecanismos de circulação de mercadorias produzidas internamente e suas reações aos fatores externos (CHAYANOV, 1974, p. 36).

A sua teoria parte do pressuposto de que os limites máximo e mínimo do volume da atividade econômica da unidade de exploração doméstica são definidos pela composição familiar. Assim a quantidade de trabalho é determinada pelas necessidades básicas familiares. O autor assinala que o conceito de família camponesa pode coincidir, ou não, com o conceito biológico: “nos censos realizados nos lares, os estatísticos russos da administração estabeleceram que para o

⁴ A teoria de Chayanov da organização da unidade econômica camponesa está baseada nas obras sobre as economias de produção familiares russas, datadas do início do século XX, segundo Flamarion Dutra Alves (2009)

camponês o conceito de família inclui as pessoas que comem sempre na mesma mesa, ou que tenham comido da mesma panela” (CHAYANOV, 1974, p. 47-48, tradução livre).

O nível de bem-estar de todos os trabalhadores camponeses é medido pelo consumo de energia necessário ao atingimento de seus fins. É a relação entre o alcance das necessidades de consumo da família e a dificuldade do trabalho que estabelece o grau de exploração de seu trabalho (CHAYANOV, 1974, p. 84). Assim, o trabalhador da unidade agrária familiar camponesa define, ele mesmo, a intensidade de seu trabalho, a quantidade de horas trabalhadas, a medida de retorno de seu esforço, em uma autossujeição a que Chayanov chama de regime de *autoexploração*.

Na ótica de Rosa Luxemburg (1985), o campesinato, como relação de natureza pré-capitalista, é essencial à lógica do capitalismo, que se apropria tanto dos lucros gerados com o trabalho do agricultor familiar, quanto do trabalhador proletário. A lógica do capitalismo, para a citada autora, é a destruição do campesinato: “o capitalismo combate e suprime, onde pode, a economia natural, a produção de subsistência e a forma combinada da agricultura com o artesanato”. (1985, p. 275).

O campesinato, enquanto relação não capitalista, seria um impedimento lógico à expansão do capital e, por esta razão, tendente à aniquilação, pois “o capital esquadrinha o mundo inteiro, procura obter meios de produção em qualquer lugar e os tira e os adquire de todas as culturas dos mais diversos níveis, bem como de qualquer forma social” (LUXEMBURG, 1985, p. 245-246).

Os processos de acumulação do capital necessitam e dependem de elementos exteriores à sua lógica interna, dada a necessidade de manutenção do que chama de “mercados externos” ou “terceiras pessoas”. Contudo, como bem observou Santos (2010), na teoria de Luxemburg, os “mercados externos” são distintos dos existentes na obra de Lênin. Enquanto que, na obra de Luxemburg, os “mercados externos”, antes de serem classificados como espaços extranacionais, eles são externos uma vez que não pertencem a um tipo de mercado característico às estruturas reprodutivas do capital. São mercados não capitalistas inseridos nos processos de acumulação do capital, um “meio social não-capitalista que absorve

seus produtos e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho” (LUXEMBURG, 1985, p. 251).

Os estudos de Luxemburg são a referência teórica do pensamento de Martins, como observou Bassetti (2009, p. 81). Seus escritos possibilitaram a interpretação de questões centrais na sociedade brasileira, na perspectiva marxista: como a produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo, em um movimento contraditório, ao mesmo tempo de subordinação de relações pré-capitalistas ao capital e de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas (MARTINS, 2013, p.37).

Jan Douwe van der Ploeg (2008) e Sabourin (2009) são autores contemporâneos que representam as ideias centrais do paradigma da questão agrária e são importantes referenciais. Ploeg (2008, p. 39) apresenta diferenças na estrutura produtiva entre a agricultura camponesa e a agricultura capitalista. A agricultura camponesa é constituída por processos históricos, dinâmicos, desenvolvidos em direções distintas da agricultura capitalista.

O modelo de agricultura não camponesa segue o antigo modelo do Império, por haver a centralização de uma cúpula, a qual submete atividades produtivas e distributivas, interligadas entre si. Ainda para o citado autor (2008, p. 137), o fato de a agricultura camponesa comercializar sua produção no mercado não significa que o campesinato seja orientado pelas regras do capital, pois a oferta da produção agrícola ocorre, mesmo não sendo o resultado do negócio exatamente positivo.

Analisando a relação entre campesinato e Estado, Ploeg (2008, p. 240-242) observou que os pequenos agricultores se submetem ao Império alimentar, que seriam as redes, interligações e complexos agroindustriais, as quais possuem capacidade para administrar os recursos disponíveis. Em sua ótica, o Estado nada mais é que expressão do capital. A resistência camponesa ocorre frente ao processo de invisibilização que vem sendo forjado para convencer aos indivíduos, de uma forma geral, que o camponês não encontra lugar, em razão da crescente tecnificação no mundo do trabalho (FELÍCIO, 2011, p. 74).

Ploeg (2008) compreende a recampesinização como um mecanismo de luta social frente a expansão do capital. Valendo-se de uma concepção emancipatória, afasta a tríade terra, capital e trabalho, substituindo-a por uma lógica de classe particular: o princípio camponês: o modo peculiar de fazer agricultura, que se distingue do modo empresarial de fazer agricultura. Enquanto este se caracteriza por altos investimentos, utilização e exploração de força de trabalho assalariada, o modo camponês baseia-se em uma produção diversificada, utilização da mão de obra familiar em regime de autoexploração; baixa concentração fundiária; e maior autonomia a recursos externos.

O modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelos programas políticos no Brasil, historicamente, dá ênfase à agricultura em bases capitalistas, voltada para a exportação, conforme lembra Sabourin (2009, p. 29). E é por essa razão que o termo campesinato tem sido criminalizado e associado aos movimentos de esquerda, como uma forma de diferenciar a agricultura familiar dos processos políticos de luta pela terra,

Os estudos de Sabourin (2009) têm como temática central a teoria da reciprocidade. Em sua concepção, o ideal de reciprocidade pode representar um motor do desenvolvimento de produção de excedentes tão transformador como é o da lógica da troca capitalista, ou seja, que objetiva o lucro, com a diferença de que as relações de reciprocidade possibilitam modos de regulação justos, sendo possível a limitação dos excessos, da mesma forma como existe a regulação dos excessos da livre concorrência e livre mercado.

As políticas de interface entre sistemas de troca e de reciprocidade em âmbito internacional direcionam os programas de comércio justo entre as nações. Exemplos de estratégias que possibilitam a criação de fronteiras de reciprocidade, mediante a proteção de determinados produtos locais ou regionais da concorrência da troca capitalista são a qualificação e a certificação dos produtos (Sabourin, 2011). Cada vez mais se torna imperiosa a busca pela articulação entre as trocas econômicas solidárias, dominadas pelo ideal de reciprocidade, e a lógica capitalista, governada pela lógica da troca pelo lucro.

2.1.2 O paradigma do capitalismo agrário: permanência do campesinato como fenômeno conjuntural

Os autores centrais da vertente do capitalismo agrário são Mendras e Lamarche, os quais influenciaram teóricos contemporâneos brasileiros a partir da década de 1990. Ambos afirmam que o crescimento do capitalismo na agricultura possibilitou a intensificação tecnológica, visando a potencialização da produção e defendem que o prognóstico do campesinato consistiria na sua interação ao mercado, ao que seria substituído pelo agricultor familiar. Assim, para tais teóricos, não haveria motivo para o debate acerca das questões agrárias, já que o sistema capitalista seria suficiente para encontrar respostas para os possíveis impasses que surgiriam com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Utilizando o desenvolvimento agrário inglês como modelo, Mendras (1976) proclamou a destruição do campesinato francês, após a segunda revolução agrícola. A civilização camponesa, segundo o autor, possui aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais intercambiados de tal maneira que alterações ocorridas em qualquer um desses aspectos influenciam os demais, como um “jogo de cartas”.

Mendras (1976) aponta cinco características nucleares às sociedades camponesas, quais sejam: 1) autonomia (relativa) em relação à sociedade não-camponesa; 2) estrutura da organização do trabalho fundada na família; 3) organização econômica possui uma lógica de independência relativa em relação aos mercados e Estado; 4) sociedade de conhecimentos compartilhados; e 5) função central dos mediadores entre a sociedade camponesa e a sociedade globalizada.

Lamarche (1993) apresenta uma teoria construída sobre bases de um certo evolucionismo histórico, em que o modelo selvagem do campesinato seria paulatinamente substituído pelo modelo ideal, do agricultor familiar, mediante graus distintos, segundo uma maior ou menor integração ao mercado. O camponês típico, que produz para sua própria subsistência e de sua família, encontra-se em um extremo e o agricultor familiar, o que produz de acordo com a lógica do capital, encontra-se em outro extremo (p. 13-33). Teorias baseadas no paradigma do

capitalismo agrário, frequentemente, associam o campesinato ao atraso e à bestialidade, preconceito cuja origem remonta do século XIII⁵.

Para Abramovay (2012, p. 127), o caráter camponês da organização social desaparece nas hipóteses em que o produtor agrário se insere no mercado, devendo produzir apenas para o consumo próprio e de sua família. Há, em sua ótica, uma incompatibilidade entre sociedades camponesas e ambiente econômico no qual preponderem relações especificamente mercantis. O camponês não pode direcionar a produção de acordo com as regras da oferta e da procura, mas concentrá-la tão somente nos estritos limites das necessidades da família. Caso isso ocorra, leva consigo o “próprio caráter burguês da organização social”.

O autor reconhece, todavia, que tais camponeses estão sujeitos a monopólios na compra e venda de seus produtos, em razão da precariedade nas comunicações, transportes e informações, sendo uma de suas principais características. (2012, p. 128). Em sua teoria, a peculiaridade das sociedades camponesas é a “integração parcial a mercados incompletos”. O caráter de integração apenas parcial decorreria de dois aspectos: a) o camponês escolhe seu produto pela sua flexibilidade, ou seja, pela possibilidade de alternar consumo e mercado, o que explicaria o plantio de alimentos não rentáveis, como é o caso da mandioca, produto bastante consumido e de fácil estocagem; b) parte de sua produção é destinada para sua subsistência e não para a venda.

Em verdade, como observa Paulino (2012, p. 65), na teoria de Abramovay há uma proposta de substituição, quase automática, do termo campesinato por agricultura familiar, afastando todas as demais particularidades que caracterizam o camponês, privilegiando o mercado como elemento sobre o qual se baseia a sociedade e as classes, em uma aproximação com concepções leninistas e afastamento da teoria marxista.

Nesta ótica, as sociedades camponesas possuem uma natureza incompleta em sua

⁵ Na *Declinatio Rustica* alemã do século XIII havia seis explicações para a palavra ‘camponês’ - vilão, rústico, ladrão, bandido e saqueador, conforme Shanin (1980) citando Jacques Le Goff, historiador francês.

racionalidade econômica, fundamentada nos vínculos de natureza pessoal. O relacionamento comunitário é localizado e existe uma particularidade extraeconômica nas relações sociais de interdependência, além da peculiaridade da organização familiar na divisão do trabalho. Há, portanto, segundo o autor, uma diferença social entre o produtor familiar e o campesinato: “O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social” (ABRAMOVAY, 2012, p. 142). Vale observar, no particular, que Abramovay se alinha ao pensamento de Kautsky, ao afirmar que não há campesinato quando existir inserção no mercado. Abramovay afasta, ainda, a possibilidade de haver qualquer produção de capital fundada em relações camponesas⁶.

Paulino (2012, p. 56) discorda de Abramovay, por entender que tal limitação no conceito de campesinato importaria em uma redução na sua identificação por considerar os camponeses como “seres alheios, alienígenas, produzindo apenas para si e sua família, como se fossem refratários às influências do modo de produção do qual fazem parte”. Em sua visão, no emoldramento do campesinato em contornos restritos, como meros trabalhadores familiares, está implícita uma estratégia política de banimento do conceito conquanto uma classe social.

A autora aponta outro ponto de discórdia, relativo ao conceito de reprodução ampliada do capital, que deve ser analisado na ótica camponesa e não na lógica capitalista. Nesta, capital é todo valor que tem por objetivo acumular mais valor. Na visão camponesa, ainda que o que sobra do trabalho seja acumulado, o objetivo desse acúmulo é aumentar a produtividade e reduzir o esforço físico e não a extração da mais-valia, e é “isso que permite inferir que o fato de os camponeses estarem inseridos no mercado não os torna menos camponeses” (PAULINO, 2012, p. 56).

⁶Para Baiardi e Alencar (2015), o problema brasileiro não é a sobrevivência da agricultura familiar que tem acesso ao crédito, à informação sobre formas de reduzir os riscos da atividade produtiva, mas como garantir a sobrevivência e resiliência da maioria de pequenos produtores excluídos dessas condições, fixados no semiárido, que correspondem a 47% da população rural do país, conforme estudos com base no senso de 2006.

Com efeito, a oposição de Paulino está alinhada à teoria chayanoviana, segundo a qual não haveria qualquer incompatibilidade entre o campesinato e o planejamento dos cultivos com base no mercado. Chayanov (1974, p. 152) afirma que a organização do cultivo nas unidades de produção camponesas deve selecionar cultivos, observando o seguinte: a) proporção de maior retorno considerando não apenas as espécies mais valorizadas pelo mercado, mas também aquelas que possibilitem cobrir as necessidades de consumo da família; b) sua viabilidade econômica, atentando aos custos de circulação e transporte das mercadorias, além dos gastos fixos com a compra e venda dos excedentes; c) devem ser combinados os cultivos de forma a não haver o esgotamento do índice de fertilidade do solo; d) a determinação do tamanho da área cultivada deve ser equivalente aos limites da força de trabalho disponível.

No entendimento de Abramovay, a permanência do campesinato ou sua aniquilação é um fenômeno conjuntural que requer uma alteração na estrutura socioeconômica ditada pelo avanço do capitalismo. Isso porque, em algum momento, o capital engendra relações comerciais que dilapida toda forma de vida não integrada ao capitalismo. Assim, o campesinato, não sendo uma relação de trabalho profissional, é dragado pelo desenvolvimento do capitalismo e, para resistir, acaba por se transformar em *agricultor familiar*. No paradigma do capitalismo agrário de Abramovay o camponês se integra à nova realidade em processo de desenvolvimento. Como a integração é um requisito para a continuidade, a resistência não faz sentido (FERNANDES, 2013).

De acordo com José Eli da Veiga (2012, p. 32), a transição da agricultura feudal da Europa para a moderna pode ser resumida em três modelos, resultados das diferenças entre o embate de nobres e camponeses e do período em que ocorreu a limitação dos territórios: o inglês, o do Leste e o do Oeste. A decomposição do feudalismo, na Inglaterra, gerou três tipos de agricultores: proprietários fundiários rentistas, arrendatários-patrões e trabalhadores assalariados. Em sua análise, o desenvolvimento da agricultura moderna, nos séculos XVIII e XIX, em razão do advento dos avanços tecnológicos, sociais e econômicos possibilitaram a expansão do capitalismo, observando três padrões básicos: o inglês, o do Leste e o do Oeste. A agricultura familiar, em sua tese, deve ser favorecida e integrada ao mercado, que

impulsionará o desenvolvimento do capitalismo (FELÍCIO, 2011).

Para José Graziano da Silva (1981, p. 45) o campesinato é parte da estrutura capitalista, pois o sistema sempre consegue encontrar meios de alcançar a produção excedente do campo. Em relação à expansão do capitalismo no campo, Silva (1985, p. 40) defende que o capital privilegia algumas culturas, regiões e tipos específicos de médias e grandes unidades produtivas⁷. Para ele, não haveria outro caminho ao camponês além de aceitar as regras do mercado. E é precisamente a maior ou menor eficácia da política tecnológica que determinará se o campesinato terá um prognóstico direcionado ao proletariado ou à transformação em empresa capitalista. (SILVA, 1999, p. 45, 137-138).

Schneider (2003) reconhece a posição de destaque da agricultura familiar e ressalta as suas modificações, passando o cultivo da terra a ser cada vez mais concebido como apenas uma de suas dimensões. Trata-se da pluriatividade - uma forma de organização do trabalho em expansão, quando um ou mais membros da família passam a exercer atividades fora do contexto agrícola, seja no interior ou no exterior das propriedades. São atividades econômicas e produtivas, ligadas ou não à agricultura ou ao cultivo da terra. A pluriatividade é, segundo o autor, uma importante estratégia de reprodução social e econômica das famílias do campo. Até mesmo o camponês, enquanto sujeito, é reduzido a um produto do capital, ao ser introduzido na paisagem turística do campo, conquanto produto: “o trabalhador com chapéu de palha que retira leite da vaca, que colhe as verduras etc.; proletarizado nos empreendimentos turísticos”⁸ (BASSETTI, 2009, p. 4).

José de Souza Martins (2010) e Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2014) são autores que, em algum momento, mudaram a estrutura de seu trabalho, de forma a migrar de um paradigma a outro. Como observa Felício (2011), as teses centrais do paradigma da questão agrária estão presentes nos dois primeiros períodos dos

⁷Estudos com base nos censos de 1970 e 1985 demonstram que houve ampliação de 30% do número de posseiros, que passaram a representar 19% dos vários tipos de produtores no Brasil, assim como os parceiros, que passaram a ser 20% do mesmo grupo, o que demonstra, segundo Carneiro (2009, p. 64) que uma parte dos camponeses expropriados não aceitam a proletarização e utilizam a posse da terra e a parceria como mecanismos de resistência.

⁸Santos (2009, p.6) vê a existência do campesinato não apenas como um processo de resistência ao capital, mas apesar do capital, convivendo, contraditoriamente, de forma entrelaçada e fundida ao sistema capitalista.

estudos de Martins. A partir do terceiro período de sua obra, Martins passa a defender as ideias nucleares ao paradigma do capitalismo agrário. Já na obra de Wanderley, o caminho é inverso: os fundamentos teóricos do paradigma do capitalismo agrário encontram-se no segundo período e no terceiro, as teses do paradigma da questão agrária estão perceptíveis.

Nos estudos de Wanderley (2014), a noção do conceito de campesinato no Brasil ainda é tema controvertido, ponto central de disputas políticas, pois o que está em jogo é o lugar social desses agricultores. A autonomia dos agricultores familiares tem sido reafirmada, compreendendo-os como sujeitos dotados de uma experiência com a terra, a qual os possibilita assumir posição de destaque ao progresso do meio rural brasileiro. Trata-se de um conjunto heterogêneo de agricultores não patronais e não latifundiários que possuem sua forma peculiar de viver e trabalhar, com múltiplas identidades e distintas relações com a cidade, com o mercado e com o Estado. E é a presença da heterogeneidade que marca o campesinato, “para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências identitárias, assumindo que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes” (WANDERLEY, 2014, p. 7). Para ela o campesinato é historicamente predominante nas sociedades tradicionais e se constitui de grupos sociais que estão em transição entre a tribo primitiva e a sociedade industrial (FELÍCIO, 2011).

O tema pertinente à questão agrária tem em seu núcleo o ponto de atrito no embate entre o capital e o campesinato: suas lógicas antagônicas. O capitalismo sobrevive e depende da ocupação de novos territórios, pela expansão de seu “Império”, com crescente e insaciável acumulação de riquezas, em um ritmo frenético. A lógica camponesa é distinta. O camponês mantém o controle sobre o seu trabalho, sobre os meios de produção, sobre seu tempo, obedecendo as estações do ano. O valor não é a renda, mas a terra. Não é a acumulação, mas a sua autonomia, sua liberdade, comparecendo no mundo sem viver a alienação do trabalho.

2.2 CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS SOBRE O CAMPESINATO EM SANTA MARIA DE JETIBÁ

A observação da prática cotidiana deve-se iniciar pela questão central ao campesinato: a forte interconexão entre terra, família e trabalho. Esses elementos são indissociáveis. Woortmann apresenta uma análise diferente da teoria chayanoviana do campesinato, a partir de uma visão mais moral que econômica, com a qual concordamos. Sem negar a possibilidade da compreensão do fenômeno por sua lógica no plano das estratégias econômicas, concebe uma leitura sobre a ideia de uma *sociedade* camponesa. Chayanov descreve uma unidade de força de trabalho "economicizada", analisando sua objetividade. Cada família camponesa é vista como uma unidade de produção peculiar, em que o equilíbrio entre trabalho e necessidade de consumo da família determinam o ritmo do trabalho, diferentemente da unidade de produção capitalista, que visa o lucro em máxima exploração do trabalho alheio. Chayanov busca compreender o campesinato a partir de um ponto de vista organizacional, a partir de seu objeto (CHAYANOV, 1974, p. 36).

Woortmann, por sua vez, tenta uma interpretação subjetiva, mais focada em seu sujeito que em seu objeto. Em sua perspectiva, compatível com a tese chayanoviana, porém sob outro olhar, não vê a terra como "objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas" (WOORTMANN, 1990, p. 14). A terra é um patrimônio da família, sobre a qual se constrói a família enquanto valor, como dádiva de Deus, muito mais que uma mercadoria.

O autor em referência prefere o termo *campesinidade*, qualidade presente em maior ou menor intensidade em diferentes grupos específicos, podendo ir de um polo de maior a outro de menor *campesinidade*. De acordo com sua leitura, os dois acabam se encontrando no contínuo, como na Amazônia, onde convivem concepções morais sobre a terra, enquanto valor-de-uso, com concepções utilitaristas capitalistas (WOORTMANN, 1990).

Em nossa pesquisa, as duas perspectivas foram muito marcantes. A análise chayanoviana, segundo a qual a unidade de produção familiar é essencialmente doméstica, é uma questão muito forte entre os camponeses de Santa Maria de Jetibá. Nas conversas é bastante forte o sentimento de utilização da mão-de-obra familiar, evitando-se a contratação de assalariados. Um camponês, ao ser questionado se contrata trabalhadores, ainda que esporadicamente (a dia), afirmou o seguinte: *“Muito difícil, bem difícil. De vez em quando, se tiver alguma verdura assim pra plantá (...), mas é bem difícil. Mais é nós só. Eles num sabe fazê como nós não, a gente tem que ficá explicando, e fica bem caro, né? E logo eles querem ir embora”* (Entrevistado 6, 53 anos, agricultor convencional).

A questão da honra que perpassa a interpretação de Woortmann acerca do campesinato sob a perspectiva moral, aproxima-se da categoria *trabalho*, na medida em que através do trabalho é construída a subjetividade do *pai de família*, e, com ele, da família como um todo. Nas visitas essa característica camponesa, pela ótica subjetiva, também é bastante forte. Bastante ilustrativa é a escultura da praça da cidade de Santa Maria de Jetibá, localizada em frente à Prefeitura Municipal: uma família de camponeses (foto 3). O homem descalço, tem em suas mãos uma enxada. A mulher, de chinelos, calça comprida sob o vestido, segura uma criança. Homem e mulher usam roupas nas cores da bandeira do Município: azul celeste e branco, como se pode observar na fotografia a seguir.

Foto 3 – Monumento ao imigrante na praça central da cidade



Fonte: Arquivo pessoal da autora

2.2.1 Prática camponesa inalienável: diversidade

A recriação do campesinato em Santa Maria de Jetibá é constituída de camponeses dedicados a diversas atividades, em razão de uma ampla combinação de fatores. Em nossa pesquisa de campo foi possível identificar uma fala que revela a existência de uma lógica distinta, não voltada à acumulação, porém com perfil bastante variável. Como lembra Paulino (2012, p. 43), o fundamento da atividade camponesa não é a extração da mais-valia. A acumulação, quando ocorre, retorna sob a forma de melhoria na qualidade de vida da família.

Em nossa pesquisa de campo foi possível conferir os estudos de Bartra (2007, p. 86), ao compreender que o capitalismo vem impondo um reino uniforme, no qual o campesinato constitui uma anomalia. Para ele, enquanto a indústria tende para a especialização e à monotonia tecnológica, o campo é lugar onde a heterogeneidade impera: uma variedade de climas, paisagens e solos, que acabam por produzir uma variedade de atividades produtivas, pluralidade de sociedades e culturas. Os camponeses interagem com o meio externo e com o mercado de forma muito diversa, abrindo caminhos flexíveis, dependendo das forças sociais.

Fernandes (2008, p. 83) descreve os modelos de desenvolvimento de agronegócio e campesinato. Segundo o autor, o primeiro se caracteriza, resumidamente, “a partir da produção de monoculturas em grande escala, com trabalho assalariado, intensamente mecanizado e com utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas”, e o segundo, “a partir da produção de policulturas, em pequena escala, com predominância do trabalho familiar, com baixa mecanização, em sua maior parte, com base na biodiversidade sem a utilização de agrotóxicos”. Encontramos, em nossa pesquisa de campo, pequenos produtores familiares que produzem apenas um tipo de cultivo, com o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, utilizando o trabalho familiar, os quais não se enquadram na lógica do agronegócio, por não visarem ao lucro. Tal descrição não é, portanto, taxativa.

A família do produtor S. é um exemplo de unidade produtora convencional (não orgânica), monocultora, que se recusa a contratar mão de obra assalariada, ainda

que com periodicidade de pagamento “a dia”. Planta apenas hortaliças para o comprador, na região de Colatina, que estipula os preços e as condições de mercado. S. não soube explicar quais são as variáveis que são levadas em consideração na venda do produto:

E: quem põe o preço? S: Eles lá. E: E o senhor pode negociar? S: Eu? Já tem muito tempo que nós vende pra eles. É só pra eles mesmo.

Santos (1978, p. 4) expõe importante estudo sobre os camponeses plantadores de uva em um núcleo colonial no Município de Bento Gonçalves, localidade com alto índice de fragmentação fundiária e elevado percentual de emprego da força familiar, semelhantemente ao nosso Município de Santa Maria de Jetibá. O autor (1978, p. 131) demonstra que tais camponeses, apesar de cultivarem apenas uvas, com a utilização de insumos industrializados - corretivos, defensivos e fertilizantes, acham-se em uma relação de subordinação formal ao capital. Isso porque o capital reproduz a singularidade do processo de trabalho pela manutenção da propriedade das condições de produção nas mãos do camponês, porém com extração do sobretrabalho camponês e imposição do processo de trabalho camponês.

Trata-se da “reprodução contraditória de um processo de trabalho não especificamente capitalista, pelo modo de produção capitalista” (SANTOS, 1978, p. 173). A circunstância em que o camponês é monocultor e utiliza insumos fertilizantes industriais não o retira do território do campesinato, apenas aprofunda o grau de dependência ao mercado. A especificidade do modelo consiste muito mais da utilização da força de trabalho familiar, do comparecimento dos sujeitos como um “trabalhador coletivo” (SANTOS, 1978, p. 171).

O trabalhador da unidade agrária familiar camponesa, por definir a intensidade de seu trabalho e a quantidade de horas trabalhadas, parte de uma exposição árdua de seu próprio trabalho, no que Chayanov (1974, p. 84) define como *autoexploração*: “*Trabalhamo três aqui e tem outro menino morando perto da igreja, filho também. Começamos umas 7 da manhã e vamos até 7 da noite, só paramos pra almoçar*” (Entrevistado 6, 53 anos, agricultor convencional).

O cumprimento de horários rígidos é visto como importante aspecto, motivo de

orgulho, na fala dos adultos de todas as idades. A rotina de todos os camponeses entrevistados, com pequenas variações, é árdua e se estende de segunda a sexta-feira: acordam por volta das 6h da manhã e enquanto a mulher prepara o café, o homem aguarda ou alimenta os animais. Em seguida, vão para a lavoura. Às 10h, a mulher volta para casa (muito próxima da plantação) para fazer o almoço. Às 11h, o homem vai almoçar. Ambos retornam à lavoura por volta das 12h. Algumas mulheres levam o café para a lavoura, outras retornam para prepara-lo à tarde. Retomam o trabalho até às 19h. À noite, ao regressarem, a mulher prepara o jantar, enquanto o homem espera. Dormem cedo, entre 20h e 21h. Aos sábados, algumas famílias trabalham até o horário do almoço ou mesmo até às 19h, dependendo da necessidade da produção. Reservam o domingo para ir à Igreja⁹, mas, em alguns períodos, podem trabalhar aos domingos, dependendo do momento da plantação:

Antes das 6 horas eu já levanto, faço café, aí já preparo os meninos, já vou para a lida, na roça, aí 10h40 já vou pra casa, já faço almoço. Sempre sai 7 horas da noite da roça. Isso aí é assim todo santo dia é a mesma coisa. Não muda até dia de domingo às vezes eu tô trabalhando. Domingo eu botei semente. Tem que ter tempo certo pra isso também né?

Chayanov (1974) classifica como capitalista a empresa familiar que seja baseada, preponderantemente, na mão de obra assalariada. Nesta última, a lógica é de acumulação de capital e geração de lucro, assim a intensidade do trabalho, a quantidade de mão de obra e o tamanho da área cultivada são determinados pelas leis de mercado, diferentemente da lógica camponesa. Percebe Chayanov (1974) que não se pode transpor as leis e fundamentos do sistema capitalista para o campesinato. O ponto nuclear de sua obra, essencial para a construção de teorias que explicam a resistência do campesinato ao capitalismo e buscam a valorização do camponês é a afirmação de que a unidade de economia agrária familiar não é tipicamente capitalista.

O modelo do campesinato não é descaracterizado pela compra ou venda da força de trabalho, desde que esta seja menos representativa que a presença do trabalho autônomo. Em uma das propriedades que visitamos, encontramos duas mulheres

⁹ A maioria da população residente professa a religião luterana, herança da colonização pomerana. O IBGE registrou 7.162 pessoas que são católicas; 53 de religião espírita e 26.405 de evangélicos, incluindo os luteranos.

trabalhando em uma plantação, lado a lado, assalariada “a dia” (foto 4) e camponesa L. C., proprietária da terra (foto 5), com traques muito semelhantes (vide fotos): “*Eu pago a dia o pessoal pra me ajudar, quando meus filhos estão na Escola Família. Eles ficam o dia todo uma semana e uma semana eles ficam em casa, daí não preciso de ajuda, não*” (L. C., 49 anos).

Foto 4 – Trabalhadora assalariada contratada “a dia” por L. C.



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Foto 5 – Agricultora L.C. trabalhando em plantação de morangos orgânicos



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Os filhos de L.C. são alunos da Escola Família Agrícola, modelo pedagógico usado em áreas rurais para mesclar períodos em regime de internato na escola com outros em casa. A comunidade considera a Escola Família Agrícola um importante instrumento de integração e reprodução das condições de vida do campesinato no campo. Selene Tech, também relatou a importância da Escola Família:

Eu busquei uma educação para meus filhos, minha família que é a Escola Família. Esse é a verdadeira escola da vida. Que o governo criou isso é um caixote que os alunos estão presos o dia todo e não podem sair, ver as coisas como acontecem isso é totalmente ao contrário das escolas do campo que a gente tem. A verdadeira escola da vida são as escolas do campo que a gente tem (Selene Tech, 56 anos presumidos, agricultora de produtos orgânicos)

O ensino tradicional praticado no meio rural não corresponde às necessidades de seus moradores meio, justamente por ignorar suas peculiaridades: o aluno do campo faz parte de uma família e sua ausência por longos períodos, todos os dias, acaba por desequilibrar a relação entre a obtenção dos produtos necessários à sua reprodução e a força de trabalho de que dispõe. Por meio da Pedagogia da Alternância, proposta educacional que desenvolve seus currículos respeitando a realidade do campo, ao conciliar os estudos com o trabalho na propriedade rural e sua família, evita-se a migração de jovens das zonas rurais aos centros urbanos em busca de profissionalização (GNOATTO, 2006). As Casas Familiares Rurais compreendem a unidade econômica familiar a partir de um ponto de vista organizacional, considerando a morfologia de seu aparato produtivo, favorecendo a reprodução de relações não capitalistas no campo. Esse é um importante aspecto a ser ressaltado: a necessidade de implementação e fortalecimento de políticas públicas que favoreçam as escolas do campo e no campo, lembrando que as trajetórias das crianças que passam por estas instituições serão fortemente condicionadas por sua formação, pois “as instituições podem moldar comportamentos, criar tradições intelectuais e modos particulares de pensar” (SANTOS, 2012, p. 91).

As tarefas da unidade produtiva camponesa de Santa Maria de Jetibá são distribuídas de acordo com sexo e idade, entre pessoas de mesma família. Geralmente são propriedades de um mesmo núcleo familiar. Enquanto os pais estão

vivos, o sítio é dividido em áreas nas quais cada filho trabalha a terra sabendo os limites de sua “roça”.

2.2.2 “Trabalha igual nós mesmo”: o lugar da mulher na roça

O padrão é que a mulher, até se casar, trabalha na terra de seus pais. Ao se casar, passa a trabalhar na roça de seu marido. As mulheres ocupam uma posição subordinada, uma situação de sujeição reforçada por estar em sítio da família de seu marido. A jornada de trabalho da mulher engloba tanto as tarefas domésticas como as tarefas produtivas “*Antes das 6 horas eu já levanto, faço café, aí já preparo os meninos, já vou para a lida, na roça, aí 10h40 já vou pra casa, já faço almoço, já vou na roça de novo, chego 7 horas da noite em casa. Isso aí é assim todo santo dia é a mesma coisa*” (Entrevistada 3, 35 anos, agricultora orgânica).

As tarefas das mulheres na roça não diferem das executadas pelos homens. Elas lavram a terra com a enxada, capinam, plantam, colhem, colocam adubo. A jornada média da mulher na roça vai das 7h da manhã às 7h da noite, parando apenas para fazer almoço, arrumar a cozinha e para o café à tarde, na roça mesmo. Em casa, a mulher ainda vai preparar o jantar, enquanto o homem aguarda. “*Ela trabalha igual nós também. Só sai pra fazer almoço e volta*” (Entrevistado 6, 53 anos, agricultor). A mulher executa as atividades domésticas, com a ajuda das filhas: o cuidado da casa, incluindo o quintal e o jardim o trato das galinhas, porcos, e ordenha das vacas. Contudo, as tarefas que exigem força física bruta são deixadas para os homens, como carregar madeiras e materiais de construção, fazer cercas e derrubar árvores. Mas se na hora não houver quem ajude, aí “*elas pegam duro também*”. (Entrevistado 6, 53 anos, agricultor).

A destinação dos afazeres domésticos à mulher é uma mensagem silenciosa. São tarefas menores, menos importantes, realizadas em local privado, interno, de forma a mostrar *qual é o seu lugar* na vida social. Talvez seja essa uma das razões de existirem 5866 homens e 5931 mulheres vivendo na cidade de Santa Maria de Jetibá, enquanto no campo é o inverso: 11666 homens e 10713 mulheres. Na fala de F. (23 anos): “*pra nós é mais difícil arrumar namorada. Elas preferem os rapazes de lá da*

cidade, que mexe com supermercado, comércio". Os dados indicam a continuada migração rural-urbana, com um fluxo menor na década de 90, em relação às décadas anteriores, conforme tabela (4):

Quadro 4 – População Rural/Urbana - Município - Santa Maria de Jetibá – ES

População	% do Total (1991)	% do Total (2000)	% do Total (2010)
Urbana	16,94	17,73	34,52
Rural	83,06	82,27	65,48

Fonte: PNUD

As informações colhidas na pesquisa de campo sobre a população rural de Santa Maria de Jetibá confirmam as estatísticas do censo demográfico do IBGE e apontam para o aumento do número de homens celibatários no meio rural e um desequilíbrio entre o número de moças e o de rapazes, o que acaba por agravar a emigração rural. Apesar das mulheres trabalharem até mesmo mais que os homens, as tarefas consideradas mais interessantes são atribuídas aos homens. É o homem de Santa Maria de Jetibá quem dirige o caminhão; faz as viagens para as feiras; negocia com os clientes, gerentes de banco e cooperativas; assina contratos e se relaciona com o mundo exterior. O lugar da mulher é bem diferente,

[...] estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, vêm ser-lhes atribuídas todos os trabalhos domésticos, ou seja, provados e escondidos, até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais, bem como todos os trabalhos exteriores que lhes são destinados pela razão mítica (BOURDIEU, 2002, p. 22).

O espaço das mulheres é limitado e confinado. É o vilarejo, a casa, a roça e a linguagem e por esta razão “estão condenadas a dar fundamento natural à identidade minoritária que lhes é socialmente designada” (BOURDIEU, 2002, p. 22). De certa forma, toda a organização do processo de trabalho no campo é realizada contra a mulher. Nas tarefas relacionadas à comercialização, o trabalho da mulher é visto como “ajuda”, um trabalho subsidiário, como observou Brumer (2004, p. 210). Nos sítios que possuem caminhão, as mulheres “ajudam” com o preparo da produção e carregamento, assim como jovens e crianças da família, acima dos sete anos, quando não estão na Escola-Família.

A mulher, normalmente, não tem contato com o dinheiro, pois cabe ao homem administrar os recursos oriundos da comercialização da produção: “*Comprei um brinco e não tenho coragem de falar. M [marido] vai me matar se eu contar*”. (Entrevistada 3, 35 anos, agricultora orgânica). Nos sítios em que a mulher é responsável economicamente, como no caso de L. C. (49), viúva, com dois filhos adolescentes de 15 e 17 anos, a mulher tem maior autonomia, realizando contatos com bancos e cooperativas e tomando decisões referentes à comercialização e administração dos recursos, porém algum homem da família acaba por auxiliar no transporte e na comercialização dos produtos para as feiras.

Internamente aos territórios domésticos, as disputas se manifestam pela exploração do trabalho da mulher, que se encontra no território da família de seu marido. As mulheres acabam ocupando um lugar subalternizado dentro das relações de poder instauradas nas famílias camponesas, o que se revela pela sua limitada participação nas decisões, na divisão do dinheiro, na falta de reconhecimento da importância de seu trabalho no cotidiano da família (ANZILAGO; WELCH, 2016, p. 67-68). A fotografia a seguir traz uma cena em que a mulher realiza as mesmas tarefas de seu marido e filho (foto 6).

Foto 6 - Casal de camponeses com filho jovem colocando adubo em plantação de hortaliças



Fonte: Arquivo pessoal da autora

A redução do índice de natalidade na região acaba servindo como mecanismo de evitar a fragmentação excessiva das propriedades rurais. A emigração rural em Santa Maria de Jetibá está acompanhada por uma redução da taxa de fecundidade rural, que passou de 3,4 filhos por mulher, em 1991, para 2,8 em 2000 e 1,6 em 2010, conforme a tabela (5).

Quadro 5 - Taxa de fecundidade em Santa Maria de Jetibá

	1991	2000	2010
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	3,4	2,8	1,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

As famílias entrevistadas são compostas por diversos núcleos construídos em torno da casa dos patriarcas, cujos componentes residem a menos de 200 metros de distância uns dos outros. Dividem a terra da família e trabalham coletivamente nas tarefas da “roça”: *"F. mora aqui; T. ainda num casô e mora aqui. Tem mais um morando ali perto da Igreja"* (D., 47 anos). A unidade familiar em Santa Maria de Jetibá é a família nuclear e sua prole.

2.2.3 “Começa assim com uma enxadinha, vai brincando”: a criança na roça.

A criança em Santa Maria de Jetibá vai para a roça muito cedo. Alguns, ainda bebês, acompanhando as mães quando estas estão trabalhando nas plantações. A mãe encontra um lugar com relativa segurança para deixar a criança, porém exposta a incidência de raios solares, (ainda que indiretamente, sob alguma proteção), aos insetos, a vento, ou à chuva: *"quando a gente ia para a roça os filhos estavam sempre junto; então a gente fazia uma caixa, um ambiente próprio para as crianças porque a gente não podia deixar os filhos em casa, eu tinha que ajudar o meu marido"*. (G., 48 anos).

Não é possível precisar o dia exato em que a criança passa a executar tarefas consideradas “trabalho”. Começam brincando de cavar a terra, de empilhar as caixas de embalagens. Em algum momento pegam em uma enxadinha e passam a

roçar o mato, em outro auxiliam os pais a carregar e embalar os produtos:

[...] que no meu caso quando eu saí para trabalhar fora, a minha filha mais velha tinha 5/6 anos e então tipo assim, ela não trabalhava, mas ela acompanhava e fazia do jeito dela, pegava uma enxadinha, porque é assim mesmo que começa na roça, porque é interessante, porque meus pais estão fazendo e com o tempo acaba tomando gosto pela coisa, acaba se envolvendo totalmente. É uma coisa muito natural em todo município, os filhos acompanham os pais na roça desde muito pequenininhos (G., 48 anos).

No trajeto para as visitas encontramos uma mãe trabalhando na plantação e uma menina, que aparentava 5 anos ao lado, sob uma sombrinha de praia. Estava brincando tranquilamente sobre um grande lençol e parecia brincar com algum instrumento, como uma pá, na terra (foto 7).

Foto 7 – Camponesa trabalhando na roça enquanto a filha brinca na terra



Fonte: Arquivo pessoal da autora

No âmbito internacional, a erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil fazem parte de um conjunto de objetivos de desenvolvimento do milênio, propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil ratificou as convenções 182 e 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil, comprometendo-se a eliminar todo trabalho infantil até 2020. Houve, nos últimos anos, uma redução nos índices que registram o trabalho infantil, principalmente em razão de ações desenvolvidas por programas

governamentais em parceria com diversos organismos da sociedade civil, com o apoio da OIT, Unicef e ONU.

No Brasil, diversas políticas públicas voltadas à proteção da infância e à erradicação do trabalho infantil foram executadas. A Resolução n. 113 do CONANDA explicitou a forma de operacionalização dos princípios da descentralização política e da participação popular no tema e estabeleceu que os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil, os quais integram o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverão exercer suas funções, em REDE, ou seja, de forma articulada e sistêmica.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foi uma medida inovadora proporcionada por essas políticas que disponibilizou e permitiu maior amplitude nas atividades desenvolvidas, aumento da abrangência de famílias beneficiadas, capacitações e estudos específicos sobre crianças em situação de vulnerabilidade social. Apesar de todos os esforços, ainda há um longo caminho a ser percorrido para se alcançar as metas de erradicação da exploração de crianças, tanto no Brasil, quanto em grande parte dos países no mundo (STROPASOLAS, 2012).

Ao adentrarmos no tema trabalho infantil no campo, é preciso fugir do paradigma dos direitos humanos, que percebe a cultura com um viés de universalidade. Sugerir que o sentido de trabalho do camponês seja o mesmo do trabalhador da cidade, é fechar os olhos para o “projeto histórico do campesinato”, apropriando-me das palavras de Paulino (2012, p. 32).

É preciso separar o processo de trabalho do produto. O produto do camponês, sua mercadoria, constitui não apenas produto do trabalho direto do camponês e do tempo de preparo da terra e seu cultivo, mas resulta de uma transformação contínua, ao longo de gerações que trabalharam, viveram e planejaram sobre a mesma terra; “no que diz respeito aos meios de trabalho, a maioria deles evidencia, ao olhar mais superficial, os traços do trabalho anterior” (MARX, 2013, p. 259). E nesse ponto reside a diferença entre o sentido do trabalho camponês: o sentimento de pertencimento ao lugar da família, a mesma terra em que trabalhou seus ancestrais. É um sentido muito distinto do trabalho do proletário urbano, ou mesmo do trabalho

do assalariado do campo, “o sentido (des)estruturante do trabalho abstrato para o capital. Isto porque, sob o sistema de metabolismo social do capital, o trabalho que estrutura o capital, desestrutura o ser social” (ANTUNES, 2009, p. 261).

Um pressuposto implícito nessa estratégia analítica deve partir das distintas relações de produção existentes no campo. Há, de um lado, as relações tipicamente capitalistas, em que os meios de produção não são controlados pelos trabalhadores e, de outro, as relações não tipicamente capitalistas, como o campesinato, e outras formas de sujeição, afastadas dos princípios básicos do sistema capitalista, como a peonagem, modalidade de relação de trabalho em que a sujeição do trabalhador se dá a partir da instituição de dívida e de um contrato de remuneração por produção, mediante a figura de um intermediário: o “gato” (PAULINO, 2012, p. 39). A lógica da sociabilidade camponesa, sua interação social e cultural no cotidiano espacial do campo é distinta da lógica capitalista da sociedade contemporânea.

Não se deve com isso dizer que as determinações sociais decorrentes do modelo econômico de desenvolvimento que incentiva a inserção de crianças precocemente no mercado de trabalho devam ser legitimadas. É preciso alinhar o combate a exploração do trabalho infantil a uma promoção efetiva dos direitos da criança, respeitando seu universo cultural (STROPASOLAS, 2012, p. 251). Em verdade, chamar de trabalho infantil as representações construídas a partir do cotidiano das famílias, atividades que se manifestam como brincadeiras na terra precisam contextualizar-se em uma perspectiva de análise distinta, como no momento em que as crianças brincam de empilhar caixas de produtos agrícolas. Olhando para a fotografia a seguir seria difícil identificar se estão brincando ou trabalhando (Foto 8).

Foto 8 – Crianças brincando com caixas de produtos agrícolas



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Acerca de tensões dialéticas envolvendo emancipação social com regulação social, hipótese da temática do trabalho infantil, a compreensão dos esforços pela sua redução é tida como um *Topoi* forte, ou seja, um “lugar retórico abrangente da cultura ocidental urbana”, seguindo a linha argumentativa da teoria de Boaventura de Souza Santos (1997, p. 23). O *Topoi* contrário ao trabalho precoce, premissa argumentativa sobre a qual não comporta discussão, acaba por fazer com que os programas, desenvolvidos e planejados em uma cultura urbana, se tornem vulneráveis ao serem transportados a cultura distinta, no caso em análise, a cultura camponesa. Utilizando-se a teoria hermenêutica diatópica do citado autor, a *topoi* da proibição do trabalho infantil é tão incompleta quanto a própria cultura.

Assim, é preciso alinhar o tema sob a ótica do outro: o camponês, sujeito que comparece no mundo do trabalho como ente coletivo: a família. A simetria simplificada: criança na escola e fora do ambiente de trabalho, válida para o contexto urbano não tem a mesma força no contexto familiar camponês, simplesmente pelo fato de que o trabalho, para o camponês, tem significado bastante distinto do que o trabalho para o proletariado urbano.

Torna-se necessário “buscar a sociologização do conceito de trabalho infantil, procurando enfrentar os desafios, superar as dicotomias e buscar compreender os

significados e as singularidades presentes nesse fenômeno social” (STROPASOLAS, 2012, p. 252). Quando questionadas, as mães demonstraram uma dificuldade em definir se a criança trabalha ou não:

Trabalhar, trabalhar, as criança não trabalham não. Só a partir de 13, 14 anos, porque o tempo que ele tá em casa ele vai trabalhar. Até lá tem liberdade total de brincar. Só ajudam. Eles gostam de ir pra roça, pegar na enxada e imitar nós, né, mas trabalhar mesmo só a partir de 13, 14 anos (Selene Tech, agricultora de produtos orgânicos).

No ranking elaborado pelo Ministério Público do Trabalho do Ceará, com base nos dados do Censo de 2010, o Município de Santa Maria de Jetibá está em segundo lugar no Estado do Espírito Santo quanto ao índice de trabalho infantil na faixa etária entre 16 e 17 anos; em sexto lugar na faixa etária entre 14 e 15 anos; em terceiro lugar na faixa etária entre 10 e 13 anos e em terceiro no ranking nacional, considerando todas as idades (quadro 6).

Quadro 6 – Trabalho infantil em Santa Maria de Jetibá

Faixa etária	Quantidade	Percentual	Ranking estadual	Ranking nacional
10 a 13 anos	648	24,9%	3º	192º
14 e 15 anos	512	39,0%	6º	299º
16 e 17 anos	801	66,9%	2º	176º
Total 10 a 17 anos	1.961	38,3%	3º	183º

Fonte: Ranqueamento organizado pelo MPT-CE, elaborado com base nos dados de Censo 2010, do IBGE.

2.2.4 Herança da terra e práticas de parentesco

O principal instrumento de reprodução do campesinato é a posse da terra. Consequência natural do padrão fragmentado das propriedades, legado do passado colonial, como explicitado no capítulo 2 deste estudo, o número de filhos, a par de oferecer mão-de-obra, necessária à subsistência da família, acaba sendo um fator limitador de sua permanência na terra. Analisar as regras pertinentes a partilha da terra constitui um fator essencial para compreender os mecanismos de resistência dos camponeses em uma sociedade capitalista.

Cada família de Santa Maria de Jetibá faz a divisão das terras de sua forma, do seu

jeito. A herança da terra não se faz apenas na forma prevista na legislação civil. Existe uma lógica específica de forma a evitar a fragmentação excessiva das propriedades, através de regras de preferências (MOURA, 1978, p. 2).

Nesta pesquisa, seguindo as notas de Moura (1978), ouvimos relatos demonstrando a existência de dois códigos: um civil e outro, local. O Civil é o que vigora em todo o território brasileiro. É crível que ocorram rompimentos de tais regras, por acordo dos envolvidos, nos diversos processos de transmissão de herança nas áreas urbanas e famílias não-camponesas. Contudo, no campesinato, existe um rompimento lógico e organizado das regras civis, através dos “arranjos” ou “acertos” familiares, com o objetivo de proporcionar aos filhos a manutenção da sua condição de pequeno proprietário de terra. O conceito de herança a ser utilizado neste trabalho alinha-se ao sentido preconizado por Shanin (1972, p. 222), da transmissão da terra, do pai para o filho, não necessariamente relacionada a morte do proprietário.

No passado, na medida em que os filhos homens iam se casando, os pais procuravam dividir as terras igualmente, à exceção do filho, normalmente o mais novo, que ficava cuidando dos pais e acabava herdando a casa principal e o lote de terra do pai, considerado melhor para cultivo. As filhas ganhavam como presente, ao casar, o enxoval e um boi para a festa de casamento. A mulher tem acesso à terra pelo casamento, quando passa a morar na propriedade do marido. Quando o marido não herda a terra, a mulher recebe menos:

Meus irmãos aqui, nós somos em 7. Aí dividiu em sete. Igual, igual não, quer dizer, os rapazes receberam um pouquinho a mais. Porque antigamente era só pros rapazes o terreno, as moças não recebiam o terreno. O certo, antigamente eles falavam que a menina tinha que casar com os rapazes que tinha terra (L. C., agricultora, 49 anos).

O primeiro momento da passagem da propriedade ocorre com o casamento de um filho homem. O pai permite que o novo casal construa sua “cada de morada”, dentro da propriedade, e delimita uma parte da “roça” para o filho lidar com sua esposa. Os filhos mais velhos recebem partes menores e acabam deixando o mais novo com a parcela que era do pai, porque cuida dos pais na velhice: *“Cada família tem o costume deles, o nosso tá tudo junto aí. Cada um ganhou um pedaço, mulher também. Nós ganhamos um pouquinho mais, mas nós cuidamos dos pais. Quem*

cuida dos pais fica com um pedaço maior” (Entrevistado 6, 53 anos, agricultor).

Os filhos que saiam para cidades com maior infraestrutura para estudar ou trabalhar ficavam de fora da partilha ou vendiam sua parte da herança aos irmãos, por valores bem inferiores aos de mercado, para que a terra pudesse continuar com a família. Tanto fracionamento resultou em estabelecimentos agropecuários excessivamente reduzidos:

O tamanho das propriedades está ficando muito preocupante porque isso é cultural no meio dos germânicos né, ele tem três filhos e divide a propriedade para os três filhos. Esses filhos têm três filhos e cada um tem outros filhos, então vai ficando muito pequena. Tá no limite” (Entrevistado 1., 65 anos).

Os módulos fiscais variam em cada município, de acordo com o tipo de exploração predominante, a renda obtida e o conceito de propriedade familiar. Para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais¹⁰. Em Santa Maria de Jetibá cada módulo fiscal possui 18 hectares (INCAPER, 2011). Na prática, a formalização da divisão das terras tornou-se bastante difícil em razão do limite fixado pelo Estatuto da Terra em um Módulo Rural.

Como observa Stropasolas (2004), a predominância da migração feminina, tendência de ‘masculinização’ da população rural, é um tema pouco citado nos estudos especializados. No relato das mulheres, é possível perceber um sentimento de exclusão de sua participação no processo sucessório, o que ressalta a sua condição de sujeição, na mesma linha dos argumentos expostos sobre o caráter seletivo dos processos migratórios recentes nas regiões de predomínio de agricultura familiar no Brasil:

Meu pai é muito parecido com aquele pomerano da moda antiga, os homens que merecem, as mulheres não. As mulheres, arrumam um marido, com terreno e vai seguir a vida ali, ele é daquele tipo. Agora não sei o que vai acontecer. Mamãe fala que ele vai acabar vendendo (Entrevistada 3, 35 anos, agricultora orgânica).

¹⁰ Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

As práticas de parentesco, os pomeranos privilegiam o casamento consanguíneo, pois o que se busca é a manutenção da identidade camponesa, a casa-tronco, casa principal do núcleo familiar [*Stammhaus*]:

Ele (mostrando o filho jovem) tá procurando namorada. Teve uma na Escola Agrícola, que mudou pra cidade, pra Colatina. Não era boa pra ele não, porque não queria trabalhá na roça. Hoje tá difícil. Tem uma boazinha da Igreja, vamo vê se essa vai querê”. (Entrevistado 6, 53 anos, agricultor).

A minifundialização das áreas camponesas em Santa Maria de Jetibá é resultado das circunstâncias totalmente adversas à obtenção de novas terras por parte dos agricultores familiares. Tal quadro, se não for alterado, em breve acabará por levar ao início do processo de concentração das terras, uma vez que o parcelamento das propriedades, que ocorre, na maior parte por meio da transmissão da herança, acabará por apresentar um quadro de minifúndios sem capacidade de assegurar o sustento da família, ocasionando a expulsão desse trabalhador para a cidade.

Quando a mulher passa a ter direito à terra, na prática a sua parte de terra passa para o domínio de seu marido, tal como observou Woortmann (1995, p. 193). A terra deve ser vendida aos irmãos, para garantir que o sítio continue com a família. Havendo irmãos, a venda a estranhos sequer é cogitada. O patrimônio, para os colonos entrevistados, é distinto da noção de propriedade individual mercantil. A manutenção da terra com a família, é mais que objeto de trabalho, é “condição de realização do sujeito trabalhador” (WOORTMANN 1995, p. 311).

A transferência da terra aos de mesma linhagem significa mais que a manutenção da condição de família camponesa: significa honrar aos familiares já falecidos, garantindo que a semente da família continue na terra. A propriedade da terra não é individual, nem mesmo quando há o reconhecimento do direito de herança. A propriedade da terra é coletiva e relacional.

É o que Woortmann (1995, p. 312-313) chama de “terra ancestral”, um sistema holístico fundado “na honra e na ancestralidade, no valor-família como modalidade específica do valor hierarquia”. Embora não exista em Santa Maria de Jetibá um culto aos antepassados, pois a tradição luterana considera a prática idólatra e,

portanto, pecaminosa, é possível ver um tratamento muito especial aos túmulos nos cemitérios, sempre repleto de flores.

2.2.5 “Você não sabe quem é esse povo que chega”: o paradoxo do turismo em Santa Maria de Jetibá.

O turismo é uma atividade que transforma territórios e sistemas culturais nos espaços onde é praticada. A apropriação da paisagem e da cultura, ao serem transformadas em mercadorias turísticas, acabam por uniformizar e homogeneizar os espaços turísticos (BASSETTI, 2008, p. 2).

O tema do turismo surgiu de forma espontânea em duas entrevistas, de um político local, (Entrevistado 1), 65 anos, político local e de Guisila, 50 anos, proprietária de um “cama e café” (Foto 9). Ambos apresentaram falas demonstrando opiniões antagônicas, razão pela qual entendi pertinente dedicar algumas linhas para refletirmos sobre as duas opiniões. G. entende que o turismo é uma atividade importante, pois propicia investimentos que se revestem em melhoria na qualidade de vida da comunidade, incentiva a fixação do homem no campo e valoriza a cultura local.

Foto 9 – Sítio “cama e café”, residência original de imigrantes pomeranos



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Guisila demonstrou a hospitalidade e o carisma necessários para cativar a simpatia do turista - no caso, eu, uma pesquisadora que poderia divulgar em meu trabalho o seu estabelecimento. E, de fato, o faço agora, motivo pelo qual a identifico pelo seu primeiro nome. Após a entrevista, fomos convidadas, eu e Chrystinne, minha assistente, a participarmos de um almoço típico, juntamente com alguns técnicos agrícolas de Rondônia, os quais participavam de um Seminário na cidade, ao som de concertina (foto 10).

Foto 10 – Colono pomerano, tocando concertina, instrumento trazido pelos imigrantes



Fonte: Arquivo pessoal da autora

O Sítio da família de Guisila, oferece hospedagem do tipo “cama e café”, modalidade que tem crescido no meio rural, onde a rede hoteleira não é muito desenvolvida:

Aqui no estado ele surgiu no Caparaó, porque lá a região é muito turística e eles não tem rede hoteleira, hoje acho que mudou um pouquinho, mas na época não tinha, e aí o SEBRAE, junto com a Secretaria de Estado do Turismo começou a treinar os moradores lá para receberem em suas casas. Então é um sistema bem familiar, onde você recebe o turista em sua casa e ele interage com a sua família de alguma forma é uma coisa bem família. Que claro que tem gente que prefere aquela privacidade, aquela coisa de hotel, mas tem muita gente que gosta muito justamente que consegue voltar lá, as vezes morou na roça e vai reviver aquele tempo que morava na roça.

Guisila conta que a ideia de oferecer hospedagem surgiu da curiosidade dos fregueses que compravam os produtos nas feiras orgânicas: “eram os fregueses de meu marido na feira começaram a se interessar para vir para comprovar se o

produto que eles estavam comprando era um produto orgânico e começaram a questionar se tinha um lugar para eles ficarem né”. No estabelecimento, é oferecido ao hóspede um quarto privativo, limpo e um café da manhã, em uma residência local. Os produtos consumidos no Sítio Vale Verde de Guisila oferece alimentação orgânica produzida no próprio estabelecimento, com comida caseira feita e servida no fogão a lenha (Foto 11).

Foto 11 – Guisila preparando o almoço pomerano em fogão à lenha



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Os projetos econômicos turísticos não abarcam os interesses de todos os moradores da cidade. O entrevistado 1, por exemplo, tem visão refratária ao turismo. Defende que tais ingressos acabam por aumentar o valor da terra, acelerando o processo de fragmentação das terras e, conseqüentemente, reduzindo a produtividade das propriedades, que passam de sítios produtivos para sítios voltados ao lazer, com a troca de áreas cultivadas para extensas áreas gramadas e embelezadas para seus proprietários de finais de semana. O entrevistado 1 vê o turismo como risco à vida pacata dos cidadãos e pela conseqüente valorização das terras. O aumento do valor das propriedades, decorrente do incremento do turismo, em sua ótica, acabaria por reduzir ainda mais o tamanho das propriedades e a produtividade de cada propriedade, já que os sítios de fim de semana, de uma forma geral, não visam a produção, mas apenas ao lazer: *“aí tem outro risco de vender sítios de fim de semana, o pessoal vem de Vitória. Domingos Martins está passando*

por isso e aí começa a diminuir a produção do Município. Ele traz a cerveja dele de lá, traz a carne, carvão. E a propriedade não vai produzir mais” (Entrevistado 1, 65 anos, político local).

Bassetti (2009, p. 176) observa que existe uma mercantilização do modo de vida no campo, em uma lógica que acaba por implicar em um descompasso, em que os benefícios decorrentes do turismo é seletivo e privilegia apenas um pequeno grupo: o empresário capitalista e o turista, às expensas de um prejuízo social para o residente. Em verdade, na exploração do campesinato enquanto mercadoria, o modo de vida do camponês passa a ser um mero “simulacro do campo”. *“Então, o turismo aqui em Santa Maria, a gente tem uma dificuldade muito grande de ter um progresso nessa área porque aqui a gente tem a agricultura familiar que é muito forte, os agricultores têm essa dificuldade de mudar de área”* (Guisila, agricultora familiar e proprietária de um sítio “cama e café”, 50 anos).

A preocupação no debate sobre o incremento do turismo em Santa Maria de Jetibá tem uma particularidade: o mau cheiro decorrente da amônia liberada das diversas granjas localizadas em todo o Município. A cama do aviário, forração do piso do galpão das granjas, com uma mistura de esterco, sobras de ração e serragem, são um excelente adubo para as lavouras e, por isso, muitos produtores fazem seu armazenamento para uso posterior. Contudo, o material cheira mal e frequentemente incomoda os residentes próximos ao local: *“o problema o que a gente ouve do turista é que é uma cidade que tem mal cheiro isso tudo faz com que o turista não volte”* (Guisila). Em verdade, a região estudada possui um potencial turístico bem superior ao que tem sido explorado. E a nossa entrevistada Guisila é bastante enfática no motivo: *“esse grupo de grandes empresários (referindo-se aos maiores avicultores) não tem interesse no turismo”*.

Há diversos motivos capazes de transformar paisagens, práticas culturais e peculiaridades regionais em produtos apropriados pelo mercado e transformados em mercadorias turísticas (BASSETTI, 2008). Em Santa Maria de Jetibá, as peculiaridades locais e atrativos turísticos não são poucos. A preservação da língua e da cultura pomerana pelos habitantes de Santa Maria de Jetibá possui um apelo turístico muito forte. Os habitantes falam entre si em pomerano nas ruelas da cidade,

aspecto que me pareceu muito interessante, pois a impressão que se tem é que estamos fora do Brasil. Um exemplo do uso da língua pode ser observado na foto 12.

Foto 12 – Placa na entrada do centro de Santa Maria de Jetibá



Fonte: BREMENKAMP, E.S. 2014.¹¹

No entorno da Barragem de Rio bonito (foto 13), inaugurada no ano de 1962, é possível admirar um preservado conjunto da Mata Atlântica, com vegetação característica de regiões frias, com a presença de bromélias, samambaias, orquídeas, arbustos e árvores de pequeno porte.

Foto 13 – Barragem do Rio Bonito, com remanescentes da Mata Atlântica



Fonte: Município de Santa Maria de Jetibá, 2016.¹²

¹¹ https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=placa+pomerano+santa+maria+de+jetib%C3%A1

No Museu da Imigração Pomerana (Foto 14), instalado em uma casa típica Pomerana, branca com janelas azuis há um acervo fotográfico e de objetos antigos, que contam detalhes sobre a história e a cultura Pomerana.

Foto 14 – Museu da imigração pomerana



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Algumas particularidades da cultura local se colocam como obstáculos para o crescimento do turismo em Santa Maria de Jetibá. A primeira é a tendência natural do capital de conservação das estruturas de poder, nas mãos de famílias que controlam a cooperativa local, a COOPE-AVI, de forma a garantir a manutenção do controle sobre as políticas e sobre o território, conservando seu espaço político de dominação. No capítulo 3 deste estudo analisaremos alguns aspectos dessa primeira particularidade. A segunda é a característica histórica do povo pomerano, de isolamento, e a procura pela manutenção da forma de vida de seus antepassados: *“você não sabe quem é esse povo que chega”* (Entrevistado 1, 65 anos, político local). Outro fator faz com que não exista efetivo interesse político em atrair investimentos e empreendimentos turísticos para a região: receio de que o turismo acabe por encarecer o valor das terras, fazendo com que seja mais lucrativo para o camponês vender suas terras e buscar colocação no mercado de trabalho como assalariado: *“Já pensou se o preço das terras aumentar ainda mais? Qualquer dificuldade vai fazer com que o agricultor venda suas terras e se mude pra qualquer*

¹²<http://www.pmsmj.es.gov.br/portal/turismo/>

lugar, achando que vai ser mais fácil” (Entrevistado 1, 65 anos, político local).

Com a finalidade de analisar a visão dicotômica acerca do turismo como atividade de interesse político, foi feita uma comparação entre os municípios rurais de Santa Maria de Jetibá com Domingos Martins, região rural em que o agroturismo se apresenta como a principal atividade econômica. No site da Prefeitura Municipal de Domingos Martins, município de colonização preponderante italiana, com 34.589 habitantes, constam 45 locais “onde ficar”, entre hotéis, pousadas e sítios, enquanto Santa Maria de Jetibá, com 39.396 habitantes, no site da Prefeitura Municipal constam apenas 4 hotéis, uma pousada e um sítio do tipo “cama e café”.

As diferenças nas visões empresariais dos municípios de Domingos Martins, de colonização italiana e Santa Maria de Jetibá, preponderantemente alemã, podem ser explicadas, em parte, pelas diferenças entre as culturas das primeiras famílias. Enquanto os italianos vieram “fazer a América”, expressão que significava prosperar na nova terra, os alemães, dentre os quais os pomeranos, vinham em busca da própria terra, conforme já exposto no capítulo 1.

3 TERCEIRO TERRITÓRIO: A DESTERRITORIALIZAÇÃO DO CAMPESINATO PELO CAPITAL

O esboço histórico traçado no capítulo 1 indicou o processo histórico em que se formou um território de camponeses no Espírito Santo. No capítulo 2 foram analisados dois modelos de territórios no campo, em seus aspectos teóricos e práticos, abordando a diversidade da identidade das propriedades, em sua relação com os indivíduos que nelas convivem e produzem, constroem relações sociais distintas, que vão desde uma total integração aos mercados, capitalistas, até as que possuem forte independência aos mercados, não capitalistas. Alguns aspectos dessas relações e estratégias de expansão dos territórios do campesinato e do capital, serão abordados neste capítulo.

3.1 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DO CAMPESINATO

A recriação camponesa ocorre internamente ao capitalismo, a partir de uma peculiaridade: a diversidade, construída pelo exercício da liberdade de definir as estratégias de sobrevivência e optando pela atividade a ser exercida, de acordo com sua satisfação pessoal (PAULINO, 2012, p. 321). As estratégias de sobrevivência e resistência, assim como nas atividades, também são diversas, como a criação de regras e arranjos na transferência da terra, bem como o envolvimento de toda a família com as dinâmicas camponesas, desde os primeiros meses de vida. E nessa dinâmica está o núcleo da recriação camponesa, mantido o padrão de utilização da força de trabalho dos membros da família de forma preponderante.

O fato de o camponês possuir os meios de produção e subsistência não o transforma em capitalista, pois não possui o capital. Somente se transformam em capitalistas se tais propriedades servirem como meios de exploração e de dominação do outro – o trabalhador. Enquanto o colono acumular apenas para si, enquanto proprietário dos meios de produção, não há acumulação capitalista. Diante da possibilidade de o trabalhador ser o proprietário de seu próprio meio de produção, ocorre o rompimento do ciclo de acumulação do capital (PRADO, 2008, p. 2).

Paulino (2012, p. 127) observa que a diversificação é uma prática importante do campesinato em razão da temporalidade distinta de cada produto agrícola. O tempo da natureza impõe o ritmo de trabalho, diferentemente da lógica da indústria, em que tempo de trabalho e tempo de produção são coincidentes. No trabalho da indústria, a parte do valor que o capital transfere ao produto, vai-se acumulando, em etapas, até sua forma acabada (MARX, 2013, p. 322). Já na agricultura, como um todo, e em determinados setores da agricultura integrada, o tempo despendido no cultivo, no trato da terra, na semeadura, é regido por uma lógica que varia de acordo com o ciclo produtivo e o tempo da natureza. O trabalho humano é apenas coadjuvante. A geração de bens primários tem um ritmo contínuo, que não permite interrupções. Assim, aqueles que se dedicam às atividades agrícolas precisam estar todo o tempo em disponibilidade, ainda que não haja intercorrências. Essa a explicação pelo fato de a policultura não ser atrativa aos capitalistas, regidos pela lógica da indústria, em

que o trabalhador deve ser remunerado pelo tempo em que está disponível ao empregador (PAULINO, 2012, p. 126).

No campo, os períodos de trabalho pesado são alternados com períodos que exigem poucos cuidados: *“A gente trabalha todo santo dia. Dia de domingo nos vai pra Igreja, mas tem vez que tem que botar semente, então trabalha domingo também. Mas tem dia que tem que resolve alguma coisa na cidade, tá tudo tranquilo na horta, dá pra ir. Então nos aproveita pra visitá um parente lá”* (T. 39 anos). Os camponeses optam por variar a produção como forma de diminuir o fator risco, ainda que a restrição a uma única atividade possa importar em uma maior produtividade: *“As vezes uma plantação não vinga, vem praga, mas sempre tem outra pra compensá. E dá gosto comer o que se planta, né? Nós gosta mesmo é de comer o que planta”* (T. 39 anos).

No caso dos agricultores orgânicos, como os próprios camponeses vendem seus produtos diretamente aos consumidores nas feiras, a oferta direta garante que o cliente não procure outra banca e, ao mesmo tempo, garante a continuidade da reprodução social do grupo familiar: *“Então, é a rotina da feira mesmo. Para você chamar cliente, você precisa ter pelo menos de tudo um pouco. Não adianta o cliente acaba comprando em outro lugar”*. (M, 37 anos). A utilização de plantios diversificados para atender os clientes nas feiras orgânicas, pelos camponeses, contraria o entendimento de Abramovay (2012, p. 142). Em sua ótica, as sociedades camponesas possuem uma “natureza incompleta em sua racionalidade econômica”, em razão de racionalidade fundamentar-se nos vínculos de natureza pessoal, em relacionamento comunitário localizado e particularidade extraeconômica das relações sociais de interdependência, além da organização familiar da divisão do trabalho.

A diversificação da produção, como estratégia de sobrevivência do campesinato reforça o pensamento de Paulino (2012), ao compreender que os camponeses não estão em um sistema hermético, produzindo apenas para si e sua família, como se pudessem se restringir a uma moldura, sem relação econômica externa. Importante compreender que a acumulação, no campesinato, possui uma lógica própria: aumento da produtividade com menos esforço físico. Conforme exposto pela

camponesa que busca atrair o cliente com diversos produtos, a diversidade representa sua sobrevivência no mercado, já que o camponês não atua como intermediário nas feiras e vende o produto de seu trabalho.

3.2 PRODUÇÃO ORGÂNICA COMO MECANISMO DE RESISTÊNCIA

A inserção dos agricultores familiares na produção agroecológica é uma forma de resistência às imposições da indústria agrícola e confere ao camponês um maior grau de autonomia local, com a aproximação do produtor aos mercados urbanos locais próximos, e mediante o fortalecimento das redes de agricultor a agricultor (associativismo e cooperativismo). O sistema de agricultura ecológica encontrado em Santa Maria de Jetibá questiona a natureza da monocultura e busca a ruptura da dependência aos insumos externos. Busca, ainda, alternativas aos custosos selos de certificação estrangeiros, afastando-se dos sistemas de comércio destinados à agroexportação, mercados estrangeiros voláteis.

A oferta de produtos diversificados pelos agricultores orgânicos é vista como uma condição essencial para o atendimento ao cliente que busca produtos sem agrotóxicos. Quando não possuem o produto é comum os agricultores e feirantes trocarem favores, trocando produtos: “Outra vantagem também, sendo tudo orgânico, quando eu não tenho alface, o meu vizinho tem, eu pego com ele. Agora, eu não tenho coragem de pegar em outro lugar, sem saber o que o outro vende, eu jamais posso comprar. Igual, a gente também tem ovo caipira” (Entrevistada 3, 35 anos, agricultora orgânica). Tais gestos de trocas de mercadorias entre camponeses que montam barracas nas mesmas feiras envolvem a reciprocidade e laços de solidariedade e reforçam a existência de uma lógica distinta da competitividade capitalista. Os camponeses encontram-se em relações de reciprocidade e não de competição ou concorrência.

Nossa primeira visita a núcleos familiares se deu a uma família de agricultores orgânicos, da região de Alto de Santa Maria que não trabalha com agrotóxicos e vende seus produtos em feiras, situadas na Grande Vitória e em Colatina. São sete

irmãos, que residem próximos a casa paterna, associados da Amparo Familiar¹³. Encontramos residências simples, guarnecidas com os principais eletrodomésticos, porém sem luxos.

No grupo de quatro agricultores orgânicos entrevistados nessa primeira estada, todos demonstraram enorme satisfação com a opção por trabalhar com agricultura orgânica, por duas razões: a saúde dos membros da família, por não mais manusearem os agrotóxicos, que chamam de veneno e pelo aspecto financeiro. O retorno econômico é superior ao da agricultura convencional, já que agora vendem seus produtos diretamente: “Foi a melhor coisa que eu fiz e nunca mais vou querer trabalhar com agrotóxicos. Meu pai dizia que eu deveria tomar muito cuidado porque o tempo difícil ainda tava por vir. Agora eu não posso mais reclamar porque o tempo está bom por causa dos orgânicos”. (D. 70 anos presumíveis, entrevista feita em pomerano, com tradução). Os agricultores entrevistados relatam melhoria bastante expressiva em sua saúde após a cessação da utilização de agrotóxicos e fertilizantes industriais:

E: Você já trabalhou em alguma propriedade que aplica agrotóxico?

L: Aham [fazendo sim com a cabeça], depois que eu saí eu trabalhava com uns pessoal lá, eu ficava mal de tarde e parei. Dor de cabeça, tontura. Muito agrotóxico eles passa aí, só que não vou citar o nome, né?

E: - Conhece alguém que já passou mal por causa de agrotóxico também, teve alguma doença?

N: Negócio de câncer, dá muito para cá né? Não sei se é por causa disso (L., 34 anos presumíveis, agricultora contratada “a dia”).

O Sr. D, 70 anos, que trabalha com produtos orgânicos há 20 anos, relata que é capaz de reconhecer se uma propriedade usa ou não agrotóxicos pelo cheiro:

Se eu for em outra propriedade que mexe com veneno, eu percebo pelo cheiro e até passo mal. Na região de Vargem Alegre, pra lá, se usa muito veneno ainda. É bem melhor mexer sem veneno porque em qualquer lugar você pode pegar e comer que não vai passar mal (D., 70 anos presumíveis, entrevista feita em pomerano, com tradução).

D. nos convidou para conhecer sua máquina de moer milho para mostrar que o sítio produz quase tudo que consome (foto 15).

¹³ Associação de agricultores familiares dos distritos de Alto Santa Maria, Rio Lamego e Barra do Rio Claro com o objetivo de facilitar a relação com o poder público local e o desenvolvimento da agricultura orgânica no tocante à produção, certificação e comercialização.

Foto 15 – Agricultor orgânico e sua máquina de moer milho



Fonte: Arquivo pessoal da autora

A relação entre a saúde dos agricultores com o manuseio de agrotóxicos foi objeto de alguns estudos. Meyer, Resende e Abreu (2007), realizaram estudo sobre a incidência de suicídios em Luz/MG e eventuais relações com agrotóxicos, com 50 moradores da microrregião e constataram anormalidades na função hepática em um número apreciável dos trabalhadores estudados. Relatam que, devido à falta de outras explicações, como o alcoolismo, causa importante de problemas hepáticos e fator de conflito no diagnóstico de intoxicações crônicas, doenças hepáticas ou utilização de medicamentos hepatotóxicos, não detectadas no grupo estudado, entendem possível afirmar que essa alteração tenha sido devida ao uso de agrotóxicos. Os resultados encontrados “evidenciam o apreciável grau de risco de agravos à saúde a que estão sujeitos trabalhadores rurais em contato com agrotóxicos”.

Os autores citados relatam que os dados provenientes das entrevistas demonstraram: a) despreparo dos trabalhadores rurais quanto ao uso de agrotóxicos; b) alto número de atendimentos, pelo Hospital Senhora Aparecida, de casos de intoxicação por estes agentes; e c) elevado índice de suicídios em Luz/MG; 94,7% dos suicídios ocorreram em trabalhadores rurais, sendo que em 57,9% dos casos, o suicídio ocorreu por ingestão de agrotóxicos.

Neice Muller Xavier Faria (2009) esclarece que o uso do agrotóxico está relacionado com a temática do suicídio de forma direta e indireta. Quando existe a ingestão, o agrotóxico é o agente causador direto. A forma indireta ocorre quando ocorre a exposição aos agrotóxicos. A pesquisadora relata que em estudo epidemiológico, de delineamento ecológico, os coeficientes padronizados de mortalidade por suicídio eram quase três vezes maiores entre trabalhadores da agropecuária/pesca do que em outros grupos como técnicos e administrativos. Contudo, em razão dos inúmeros problemas nos dados de uso de agrotóxicos (especificamente o receituário agrônômico), não foi possível testar esta associação.

No estudo de dissertação de mestrado da mesma pesquisadora, feito com cerca de 1282 trabalhadores da serra gaúcha, foi encontrada uma clara associação entre intoxicação por agrotóxicos e a prevalência de transtornos psiquiátricos menores (teste srq-20) e uma clara associação com pensamentos suicidas. Afirma, ainda que pesquisadores de outros países, usando técnicas e instrumentos diferentes para avaliar depressão/distúrbios psiquiátricos, chegaram a resultados semelhantes.

Em pesquisa sobre o perfil das tentativas de suicídio e mortalidade por suicídio no município de Santa Maria de Jetibá, no período de 2001 a 2007, Macente, Santos e Zandonade, (2009) encontraram 80 boletins de ocorrência policial referentes a casos de tentativas de suicídio e 28 referentes a casos de suicídios, o que corresponde a um coeficiente de mortalidade médio de 12,9/100.000 e média de 11,4 tentativas de suicídio/ano. Para se ter uma ideia da gravidade do tema na região, informam que esse coeficiente é considerado baixo quando menor que 5/100.000, médio entre 5 e 15/100.000, alto entre 15 e 30/100.000 e muito alto quando superior a 30/100.000.

Estudos da Universidade Federal de Pelotas demonstram que os agrotóxicos utilizados de forma indiscriminada na cultura do tabaco causam graves intoxicações e distúrbios neurocomportamentais, dentre os quais a depressão, podendo levar até o suicídio nos membros das famílias de agricultores (Faria et al, 1999).

Nas lavouras orgânicas são aplicados cordões de contorno com plantas diferentes, o que auxilia na proteção contra pragas e doenças, além de servir como quebra-vento natural e proteger o solo contra erosão (Foto 16).

Foto 16 – Canteiros orgânicos com cultivos diversificados



Fonte: Arquivo pessoal da autora

A técnica de plantio é a direta, quando o cultivo é feito em cima do resíduo da cultura anterior. Comumente os terrenos são acidentados e há pouca utilização de tratores e máquinas, pelo risco de acidentes. A maior parte do trabalho é feito na enxada. A adubação é orgânica, através de técnicas como a adubação verde, possibilitando o equilíbrio do solo, enriquecido com adubos naturais, como minhocas, bactérias e fungos benéficos, em pré-cultivo ou rotação de culturas; em consórcio (antes ou depois de uma cultura para preparar o solo para a cultura que será plantada em seguida) ou pelo cultivo em faixas. Os produtores de orgânicos utilizam o rodízio de culturas e diversificação de espécies entre canteiros.

3.3 CAMPESINATO E MERCADO

Apesar de serem territórios distintos, as dimensões dos territórios capitalistas e não-capitalistas no campo são multidimensionais e muitas vezes se aglutinam em uma mesma atividade e espaço (FERNANDES, 2007, p. 85). Esses dois territórios distintos, opostos, para se expandir, precisam destruir o território oponente, se reproduzir, e se territorializar em outros territórios. O território capitalista sobrevive ao se territorializar, pela destruição dos territórios não-capitalistas (camponeses ou indígenas) ou se apropriando de territórios do Estado. O território capitalista no campo tem sido formulado a partir do conceito *fashion* de agronegócio

(*agrobusiness*), palavra nova, utilizada a partir de 1990, para significar um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado, capital e trabalho, incluindo a indústria da produção de tecnologias para atender a todos esses segmentos. Trata-se de um modelo de desenvolvimento econômico planejado e dirigido por corporações transnacionais, as quais possuem um imenso poder, de forma a comandar as etapas, em todo o sistema, englobando, inclusive, a agropecuária capitalista.

A origem desse modelo vem do sistema *plantation*, em que extensas propriedades de terra produzem para a exportação. Em verdade, como afirma Fernandes (2007, p. 90), agronegócio é “uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico”. Visa afastar a ideia de latifúndio improdutivo, destinado à reforma agrária. Nada mais é que o polo oposto ao conceito de campesinato, uma palavra criada para maquiar e “modernizar” a agricultura capitalista, de forma a reforçar a produtividade no campo e esconder o caráter expropriatório da concentração fundiária no campo (FERNANDES, 2007, p. 90). O território do agronegócio é capitalista. O campesinato é seu território antagônico.

O aspecto nuclear, o conteúdo de alta concentração e exploração não é alterado pelo rótulo escolhido, seja agricultura capitalista, agricultura patronal, empresarial ou agronegócio. A tentativa de sacralizar o espaço do agronegócio tem uma mensagem clara: sua produtividade não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Apenas o latifúndio pode ser desapropriado para reforma agrária. O capital expandiu seus domínios políticos para as políticas de desenvolvimento, ampliando o controle sobre o território, reforçando as injustiças sociais e de acesso à terra. A possibilidade de produzir mais em áreas menores, pela utilização de novas tecnologias intensifica a concentração das terras e de poder (FERNANDES, 2008, p. 164). O conhecimento técnico é um capital que requer altos investimentos.

Durante o trabalho de campo, estávamos no gabinete do Secretário Municipal de Agropecuária, aguardando o veículo para nos levar a nossa próxima família de

agricultores, no primeiro dia de nossa segunda estada. O Secretário, certamente no intuito de auxiliar-nos na pesquisa, pediu ao motorista que fôssemos a uma família de agricultores “empreendedores, que plantam apenas hortaliças”. Em minha mente imaginei uma extensa área de terra, como uma enorme fazenda, com funcionários trabalhando e pensei: “ao menos ouviremos agricultores capitalistas, latifundiários”.

Ao chegar, o que vi não destoou do quadro que encontramos na nossa primeira estada. Encontramos os tais “empreendedores”, o casal e um filho jovem, trabalhando nas lavouras de hortaliças. Usavam chapéus, roupas simples. Sua pele do rosto e mãos era bronzeada. Relataram que não contratam trabalhadores assalariados, porque “*não precisa, nós dá conta, é difícil encontrar gente que sabe trabalhar nessa plantação*”. O entrevistado 6 nos relatou que o valor de seu produto é fixado por um atravessador de Colatina, e não soube dizer como é calculado o preço das hortaliças. Indagado se sua produção cobre seus custos e necessidades: “*Bom, aqui dá prá todo o mundo vivê sim, porque R (o filho), ainda não caso, mas quando ele casá também vai dar, porque a moça vai ajudar, né? Aqui tá bom, sim, mas não dá é pra sobrar*”.

O fato de o entrevistado 6 comercializar sua produção no mercado, utilizando agrotóxicos e produzindo apenas hortaliças não o descaracteriza como camponês, não o retira do território do campesinato e o joga na zona do capitalismo. A oferta da produção agrícola ocorre, mesmo não sendo o resultado do negócio exatamente positivo. S. Z relatou que optou por produzir apenas hortaliças por aconselhamento do técnico da cooperativa COOPE-AVI, quem o apresentou ao atravessador que compra sua produção.

Analisando a relação entre campesinato e mercado, Ploeg (2008, p. 240-242) observou que os pequenos agricultores se submetem ao Império alimentar, que seriam as redes, interligações e complexos agroindustriais, as quais possuem capacidade para administrar os recursos disponíveis. O camponês S. Z. não é tão diferente dos camponeses visitados na primeira estada em Alto de Santa Maria, pequenos produtores orgânicos. Sua produção de excedentes é de hortaliças, mas também possui um pomar e produz feijão, milho e trigo para subsistência: “*nós planta só folha pra vender. O resto não conta, é só pra nós mesmo*”. A situação de

sujeição do camponês monocultor, produtor de uvas para a indústria de vinhos foi descrita por Santos (1978, p. 70): “a produção camponesa realiza o ciclo mercadoria-dinheiro-mercadoria, ou seja, o processo de vender para comprar, culminando o ciclo dos valores de uso; a mercadoria é retirada da esfera da circulação e introduzida na esfera do consumo do camponês”. A “roça de folhas” de S.Z (foto 17) assegura a reprodução da força de trabalho familiar, tal como a família da Entrevistada 3, agricultora orgânica, do primeiro grupo entrevistado. A lavoura de hortaliças do camponês (entrevistado 6) pode ser observada pela fotografia a seguir.

Foto 17 – Lavoura de hortaliças – agricultura convencional



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Os fundamentos da acumulação ampliada do capital não são invertidos pela existência do campesinato, conforme observou Paulino (2012, p. 45). Ao revés, por estar assentado em relações não tipicamente capitalistas, possibilita a acumulação nos setores capitalistas ao seu grau máximo. Isso porque ocorre a apropriação do excedente da renda gerado pelo camponês sob duas formas: a) direta, quando o capitalista realiza a intermediação entre os produtores e consumidores finais, pelo transporte, comercialização e armazenamento dos produtos e b) indireta, pois um montante menor de dinheiro, na forma de capital, é despendido com o pagamento de salários para a produção de alimentos, já que o custo da reprodução da força de trabalho do camponês é reduzido, na medida em que os trabalhadores, membros da família, não são remunerados pela extração do lucro médio.

Por outro lado, a caracterização do campesinato não é prejudicada nas hipóteses de venda da força de trabalho, contanto que seja menos representativa que a do trabalho autônomo.

3.4 COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS

No município de Santa Maria de Jetibá existem 22 associações constituídas, e em atividade, com grande participação de camponeses, apresentando finalidades e atividades as mais variadas: culturais, agrícolas, artesanatos, gênero, crédito fundiário e educação rural e uma Cooperativa, exclusivamente voltada à agricultura familiar, A Cooperativa dos agricultores familiares da região serrana do Espírito Santo – CAF-SERRANA.

Dentre essas associações encontram-se a Amparo Familiar e a Apsad Vida, as quais têm no seu quadro de associados agricultores praticantes da agricultura orgânica, envolvidos em programas governamentais de comercialização como Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (CONAB; Governo Federal) e a “Lei da alimentação escolar”. (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO). Em Santa Maria de Jetibá existem quatro cooperativas funcionando em bases empresariais: Coopeavi, CoopeTranserrana, Escola Cooperação e Sicoob, A Coopeavi é uma cooperativa do segmento Agronegócio, com atuação no Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia (COOPEAVI, 2016). A CoopeTranserrana possui cento e oitenta e cinco cooperados atuando em diversos municípios do estado, realizando transporte Escolar, fretamento e turismo (COOPETRANSERRANA). A Escola Cooperação é uma empresa de escolas primárias e secundárias. O Sicoob é o “maior sistema financeiro cooperativo do país” (SICOOB, 2016).

A Amparo Familiar é uma cooperativa agrícola de agricultores familiares formada a partir dos princípios de ajuda mútua e gestão democrática, ainda fora de bases empresariais, que trabalha com agricultura orgânica no Município de Santa Maria de Jetibá, sua história foi narrada pela presidente da Associação Amparo Familiar, Selene Hammer Tesch:

Devido a doenças que era causada por agrotóxicos a gente escolheu

trabalhar com agricultura alternativa. Pensar mais na família e depois agregar os outros. A partir daí começou a crescer bastante o mercado e hoje nós temos uma associação que foi fundada em 2001, com 42 agricultores, mas só minha família que trabalhava na agricultura orgânica e 9 tinham interesse em entrar. Em 2003 certificamos esses 9.

O relato de Selene demonstra como a criação da Amparo Familiar representou um canal privilegiado de fortalecimento dos agricultores (FORMENTINI, 2013). A fala dos agricultores que optaram pela produção orgânica demonstra uma particularidade. A definição de novas estratégias, como a não utilização de agrotóxicos, teve uma razão diversa da lógica da acumulação, e vai além da simples empatia com determinadas técnicas agrícolas, a saúde da família estava acima da renda auferida na terra:

Depois de uma dessas reuniões meu marido chegou em casa e falou: olha, a partir de hoje nós não vamos mais usar nenhum tipo de produto químico em minha propriedade. E eu lembro bem que naquela época eles colheram 30 % do que eles colheriam, do que se não tivesse sido com agrotóxico porque tudo é com o tempo e a terra tem que se acostumar. Que deu um problema muito sério com os pais de meu marido que criticaram ele muito dizendo: tá vendo, a culpa é sua, aquelas coisas. Mas valeu muito a pena porque a partir daí começou toda uma transformação para a nossa família como um todo a questão da alimentação (G., 50 anos, agricultora).

O controle do complexo de sistemas implica no atingimento da autonomia camponesa, mediante a eliminação de intermediários que se apropriam da renda da terra, na medida em que são os próprios associados que transportam e vendem seus produtos em feiras livres localizadas nas cidades, :

Começou a somente trabalhar com esse projeto e a partir daí a gente começou a abrir vários outros pontos de feira porque a intenção nossa era a comercialização direta, para produzir e vender, conversar com os clientes e também trocar ideias, várias outras experiências e isso deu muito certo (Selene Hammer Tesch, 50 anos presumíveis, presidente da Associação Amparo Familiar e agricultora orgânica).

Na ótica de Chayanov (1974), as cooperativas coletivas são vistas como alternativas essenciais para permitir a introdução do campesinato na industrialização agrícola em grande escala, a partir da aliança entre a unidade econômica camponesa familiar com a indústria e a agricultura. O cooperativismo se mostra como alternativa de sobrevivência para trabalhadores, diante de sua exclusão do processo produtivo e possibilita uma aspiração da superação do capitalismo.

O cooperativismo moderno nasceu em meados do século XIX, defendendo a reformulação da sociedade, de forma paulatina, através da cooperação mútua em diversos segmentos, como o cooperativismo e o associativismo dos trabalhadores, inspirada na teoria de Saint Simon, Robert Owen e Charles Fourier. Paulino (2012, p. 175) indica seis princípios do sistema cooperativista: adesão livre e voluntária; gestão democrática pelos cooperados; distribuição das sobras líquidas de forma proporcional à participação; limitação da taxa de juros sobre o capital, vez que este é apenas fator de produção; cooperação ativa entre cooperativas; constituição de fundo para a educação cooperativa. Transcorridos mais de um século e meio da primeira experiência cooperativista de Rochdale, a “mãe de todas as cooperativas”, fundada por operários no ano de 1844, as desigualdades sociais persistem (PAULINO, 2012, p. 175).

O cooperativismo no Brasil, ao longo do século XX, experimentou transformações em razão da fome de novos territórios pelo capitalismo. Na primeira metade do século XX, as cooperativas tinham contornos de organizações independentes, com pouca capacidade de impacto político e influência restrita ao município de origem, visando a colocação da produção no mercado, buscando eliminar o custo de atravessadores. A união das forças possibilitaria a divisão de custos comuns, como transporte e infraestrutura, e asseguraria uma remuneração em padrão superior. O projeto de tecnificação agrícola, planejado pela e para a indústria, com o apoio do Estado, percebeu as cooperativas como um caminho facilitado para a penetração no campo. (PAULINO 2012, p. 176).

Os desvios de orientação nas cooperativas, pela burocratização das estruturas acabou por representar a ruptura entre os camponeses e os cooperados capitalistas, os detentores do poder de direção e comando no interior das cooperativas. A partir desse momento, os camponeses passaram de uma relação de autêntica solidariedade e participação coletiva para de subordinação, em razão da posição desigual na relação cooperativa-cooperado (PAULINO 2012, p. 178), tendente a incorporar as mesmas características da estrutura capitalista de dominação e subordinação.

A COOPEAVI é uma cooperativa com sede no Município de Santa Maria de Jetibá,

que basicamente experimentou todas essas fases desde sua constituição, em 1964 até os dias de hoje. Foi fundada com 20 associados, com a finalidade de viabilizar a comercialização de ovos coletivamente, pois, isoladamente, em razão do custo da estrutura de transporte e logística, seria muito difícil. Além da comercialização de ovos, a avicultura se mostrou como um grande aliado da agricultura, para a viabilização da produção de esterco, pois as terras eram pouco férteis e necessitavam de grande quantidade de adubo.

O êxito da Coopeavi não deve ser atribuído apenas à capacidade visionária de seus idealizadores e de gestão dos administradores. A Medida Provisória 1715 de 1998 instituiu o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, através do qual foi disponibilizado um fundo de crédito com a finalidade de modernizar os parques industriais das cooperativas, na esteira de uma política voltada à produção exportada, de forma a equalizar a balança comercial. Por meio do Recoop, em 2000, a Coopeavi financiou o Armazém de Café em Santa Maria de Jetibá, iniciando a comercialização de café em Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa e adquiriu um classificador semiautomático de ovos (COOPEAVI, 2016).

Atualmente possui 578 funcionários efetivos e 10.758 associados, nem todos atuando na avicultura, sendo 110 avicultores e os demais 20% tomate; 20% alface; 15% Chuchu; 15% Repolho; 08% Cebola; 07% Café; 15% outros. A COOPEAVI expandiu suas atividades e atualmente está presente no mercado de ovos, produtos agrícolas, nutrição animal, recria de aves, café e prestação de consultoria técnica em cinco municípios: Santa Maria de Jetibá, Afonso Cláudio, Santa Tereza, Itarana e Domingos Martins, com 13 lojas. Atua mediante uma política de subsídio, na qual os avicultores cooperados obtêm os insumos através da cooperativa e a cooperativa se compromete com a classificação e venda dos ovos. Essa cooperativa mais uma vez ganhou posições entre as principais empresas atuantes no Espírito Santo. De acordo com Anuário IEL 200 Maiores Empresas no Espírito Santo 2016, a cooperativa subiu quatro posições no ranking, saindo da 43ª (2015) para a 39ª posição (2016) entre as maiores empresas (COOPEAVI, 2016).

Apesar da lógica da COOPEAVI ter se aproximado ao formato de expansão empresarial capitalista, existe a articulação mútua, o que permite, de forma

contraditória, que o campesinato não seja extinto no território. Como afirma Belusso (2010, p. 27), o cooperativismo agrícola vem apresentando comportamento sob os moldes empresariais, de forma que um olhar superficial não as distingue de empresas ou agroindústrias não cooperativas: “Aqui, quase todos os agricultores e granjeiros são cooperados, para ter direito a desconto. Até mesmo quem mexe só com produtos orgânicos. Vale a pena, né”. (C. 54 anos). A territorialização das cooperativas passou a influenciar diretamente a produção realizada no campo.

O panorama atual do setor da avicultura em Santa Maria de Jetibá revela uma substancial participação da cooperativa COOPEAVI e Associação de Avicultores do Estado do Espírito Santo (AVES). Atualmente o Município de Santa Maria de Jetibá é o maior produtor de ovos do estado e o segundo maior produtor de ovos do Brasil. A integração entre produtor e agroindústria cooperativista, no Município em questão baseia-se em pequenos proprietários que utilizam, preponderantemente a mão de obra da própria família: os camponeses.

São 195 pequenos produtores cooperados da Associação de Avicultores do Estado do Espírito Santo (AVES) e/ou Cooperativa Agropecuária Centro-Serrana (Coopeavi). Somados, AVES e COOPEAVI possuem plantel aproximado de 2 milhões de aves. A concentração da produção avícola possui os seguintes contornos: 71% está nas mãos de 2,5% dos produtores, enquanto 29% é produzido por 97,5% dos avicultores (COVRE e FASSARELA, 2010). A maior parte dos avicultores do município comumente atuam em outras atividades agrícolas, além da produção de aves.

O município produz 781.792 caixas de ovos de mesa por mês sendo destinadas para o mercado interno (33%), Rio de Janeiro (28%), Bahia (22%), Minas Gerais (13%) e São Paulo (4%) (AVES, 2016). Apesar de constar no art. 2º do Estatuto da COOPE-AVI que “§ 3º - A Cooperativa efetuará suas operações sem qualquer objetivo de lucro”, a atuação da cooperativa é concentradora e oligopólica, como se depreende pelos dados citados.

A integração entre indústria e agricultura, pelo cooperativismo foi preconizada por Kautsky (1980, p. 167) “em virtude das vantagens momentâneas que deixam entrever aos lavradores, servem de instrumento poderoso para avanço da

industrialização da agricultura. Ao mesmo tempo, servem para abrir, de modo enérgico, o caminho à dominação do capital”.

O citado autor via a cooperativa como um mecanismo de os pequenos proprietários agrícolas conseguirem os mesmos benefícios dos latifúndios mediante regime de cooperativas. A análise das condições de concorrência dos pequenos e grandes avicultores de Santa Maria de Jetibá revela que o prognóstico de Kautsky não se consumou. Em toda a cadeia produtiva na avicultura, os grandes produtores levam vantagens sobre os pequenos, como se verá a seguir.

As empresas integradoras, incluindo a COOPEAVI, travam entre si uma batalha pelos mercados, diante da dinâmica que pressupõe o caminho aberto aos mercados, por se tratar de produto altamente perecível. A estrutura da cadeia produtiva da avicultura de postura em Santa Maria de Jetibá foi decomposta em cinco esferas: a) fornecimento de insumo; b) processo produtivo; c) comercialização; d) descarte e e) atividades de apoio, segundo Covre e Fassarela (2010). Os principais insumos utilizados na avicultura de postura são: a produção local de matrizes e pintainhas; a importação de material genético, rações, vacinas e as máquinas e equipamentos utilizados no processo de produção. O processo de produção do ovo inicia-se pela importação de material genético (bisavós) dos países europeus, segue com a produção no Brasil das avós e matrizes, e posteriormente das pintainhas, comercializadas para a formação de plantel de poedeiras nas granjas. Aproximadamente 4% do custo total de produção é formado pelos insumos químicos e farmacêuticos, em razão do reduzido número de fabricantes, em um mercado altamente concentrado.

Ademais, os produtores dependem da comercialização dos insumos químicos e farmacêuticos com empresas de produtos agropecuários que possuam contratos de venda com os fabricantes dos mesmos. Os grandes avicultores e a COOPEAVI compram os insumos químicos em grandes quantidades diretamente das empresas de produtos agropecuários, privilégio que possibilita um poder de negociação de preços. Já os pequenos avicultores necessitam comprar através da cooperativa pelo sistema de subsídio, liquidando seu débito através da entrega de parte de sua produção.

Cada vez mais, na economia global, as empresas cooperativistas se apresentam como organismos associativistas de inserção na economia formal dos produtores envolvidos, adotando técnicas comerciais agressivas e competitivas, como o estabelecimento de metas, mediante o pagamento de comissões: *“Que a COOPEAVI tomou uma política de trabalho que comissiona o técnico para vender produtos. Jamais deveria ser comissionado o vendedor de agrotóxicos, porque você comissiona a venda para você, você vai esforçar a venda, ele vai dar um jeito de aumentar as vendas para você”* (C., agricultor cooperado, 54 anos). Um exemplo de estratégia comercial agressiva pode ser observado pela campanha: *“Coopero, ganho”*, em que os cooperados ganham prêmios ao adquirir produtos (foto 18)

Foto 18 – Sede da COOPEAVI em Santa Maria de Jetibá/ES



Fonte: Site da Coopeavi¹⁴

No caso da avicultura, em que o preço da matéria-prima é alto em relação ao custo final, o fornecimento das aves e casulos é um dos caminhos que possibilitam o aumento da taxa de lucro dos capitalistas, no caso, das famílias que controlam a COOPEAVI. Através da integração à cooperativa, esta apresenta uma série de regras aos produtores, monitorando de forma direta a produção de matéria-prima (PAULINO, 2012).

O capitalista da agroindústria estabelece padrões rígidos de construção do aviário e vende os pintinhos, as vacinas, a ração, a assistência técnica necessária. Também garante a recompra dos lotes de frangos no momento do abate, por um preço que o

¹⁴A foto pode ser encontrada no próprio site institucional: <http://www.coopeavi.coop.br/?institucional>

produtor não pode opinar. O produtor rural arca com todos os custos da produção: construção e manutenção dos aviários, compra dos equipamentos para proteger a saúde dos pintinhos; depreciação do patrimônio e, ainda, se coloca à disposição de sol a sol, envolvendo o trabalho coletivo de toda a família. O custo da integração do pequeno produtor familiar, para a agroindústria, é bem inferior ao gerado pelo trabalho assalariado. Isso sem falar com a transferência do risco do empreendimento para o produtor “autônomo” integrado.

Especificamente sobre esse sujeito, o pequeno produtor, integrado à indústria da avicultura, Marco Túlio Viana (2005) observa que, na verdade, renasce “uma nova forma de mistura. Agora, já não é apenas o trabalhador livre que se faz empregado e, portanto, dependente; é o *próprio autônomo* que trabalha sem autonomia – não só técnica como econômica”. Viana (2005) lembra que a doutrina italiana tem chamado esse tipo de trabalhador de “autônomo de segunda geração”. É uma modalidade de relação de subordinação que extrapola, não apenas o plano empregador/empregado, mas também e principalmente “os limites do vínculo de emprego, deslocando-se para a esfera empresa/empresa. É uma subordinação diferente, pois convive com o seu contrário; mas não deixa de expressar a mesma (e intensa) relação de poder” (VIANA, 2005).

O processo de produção da avicultura dura 18 semanas, após o qual as frangas são transferidas para o galpão de produção que consiste em dois ciclos: um de 80 semanas, etapa em que a produtividade das aves atinge o ponto máximo e declina. Após, o produtor descarta as galinhas ou entra no segundo ciclo de produção, pela muda forçada, dependendo do preço do ovo. Se alto, opta-se pelo segundo ciclo de produção; se baixo, as aves são descartadas. Há uma triagem dos ovos, após a produção, na qual os trincados são separados para a industrialização e os ovos bons são classificados por peso e destinados a comercialização (COVRE; FASSARELA, 2010).

No processo de produção, as dificuldades dos pequenos avicultores consistem na mecanização da produção, pois produzem em galpões rudimentares, com coleta dos ovos e distribuição da ração de forma manual, ao passo que os plantéis dos grandes produtores são totalmente automáticos, possuindo classificadoras elétricas, com

classificação e embalagem por sensor, o que diminui o desperdício e custos.

Durante a etapa da comercialização também ocorrem disparidades entre grandes e pequenos produtores. A produção de ovos *in natura* do município excede a demanda estadual. Os grandes produtores destinam 30% da produção no mercado interno e os outros 70% para os estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Os pequenos produtores, por sua vez, escoam toda a produção, através da cooperativa, para os estados mencionados, pois não conseguem concorrer com os grandes produtores no mercado interno (COVRE e FASSARELA, 2010).

O descarte das aves ocorre após o ciclo de produção, a fim de ocupar a granja com o novo plantel. O avicultor possui duas opções: comercializar as aves vivas para o varejo ou diretamente para abatedouros. Para os avicultores de pequeno porte, o descarte é mais uma fonte de renda e optam por comercializar as aves vivas, principalmente com os mercados do sul da Bahia. Já os grandes produtores preferem a venda das aves diretamente aos abatedouros, pois o descarte é apenas uma parte do processo de produção (COVRE e FASSARELA, 2010).

Como só existem no Espírito Santo dois abatedouros registrados, ambos localizados em outros Municípios, as distâncias acabam por restringir as possibilidades de crescimento da atividade. Nas atividades de apoio, o transporte da atividade avícola do município, é noventa por cento realizado pelo próprio avicultor, restando somente 10 % para transporte terceirizado, uma importante característica da segurança econômica local, ao passo que as embalagens para a comercialização são importadas do Rio de Janeiro e São Paulo.

O custo de produção de ovos no Estado do Espírito Santo é aproximadamente 17% superior que em outros estados, pois o estado do Espírito Santo produz somente 5% dos insumos necessários para a produção de ração, principalmente o milho, dificuldade que atinge todos os avicultores independentemente do tamanho do plantel. Dentre os fatores facilitadores comuns a pequenos e grandes produtores destaca-se a abundância de águas, a proximidade de grandes centros consumidores, a interação com outras atividades agrícolas que utilizam adubo orgânico e o conhecimento técnico. A disposição geográfica montanhosa e o clima do município,

conjugados, agem como barreira sanitária (COVRE e FASSARELA, 2010).

A convergência de interesses entre pequenos e grandes avicultores é possível, pois com a parceria, torna-se possível a conjugação de interesses também do Estado. Um exemplo de atuação do poder público que beneficiou pequenos e grandes avicultores foi a isenção do ICMS de importação do milho em agosto de 2016 no Estado do Espírito Santo para as cooperativas, industriais de rações para alimentação animal e os produtores até junho de 2017. Tal isenção possibilitou a redução dos custos de produção, após forte alta da saca do milho, mas também garantiu a manutenção da taxa de lucro para a indústria, às custas da socialização das perdas pela renúncia do Estado, parceria semelhante à observada por Paulino (2012, p. 136).

Kautsky, (1980) analisando as relações entre agricultura e indústria, concentrou-se na impossibilidade do pequeno agricultor alcançar as conquistas técnicas e organizacionais dispostas aos grandes proprietários agrários. Seguindo essa ótica, previu o perecimento do campesinato. Se é verdade que seu prognóstico não se realizou, não há como negar as transformações sofridas pela unidade de produção familiar agrária, na ânsia de resistir e sobreviver às pressões do capital.

As relações entre pequenos avicultores de Santa Maria de Jetibá e mercado não se apresentam como ilhas de resistência ao capitalismo, mas como parte articulada e necessária à sua lógica. O capital depende da existência concomitante de territórios não capitalistas para se expandir, pois, se a acumulação ocorre tanto nas formas de produção capitalista e não capitalista, “então o capital encontrará como se apropriar tanto da mais-valia gerada com o assalariamento, quanto da renda fundiária propiciada com o trabalho familiar camponês”. (FELÍCIO, 2011, p. 45).

Como o capital desconhece limites e fronteiras, com o objetivo de ampliar seus domínios, o capitalismo interage com o mundo não capitalista, estabelecendo relações comerciais, desequilibrando a estrutura da economia natural, onde esta ainda consegue persistir, substituindo-a por uma economia que segue as leis do mercado, “tendendo assim expandir incessantemente o modo de produção capitalista, até moldar todo o mundo à sua imagem”. (SINGER, 1985, p. XLI).

Ao se confrontar o processo de trabalho do camponês, integrado à indústria ou associado à lógica cooperativista empresarial, é possível apreender em quais medidas tais condições de constituição da relação social de produção capitalista ocorrem. Em primeiro lugar, o camponês inserido no modo de produção capitalista encontra-se na cadeia produtiva como uma atividade complementar à agricultura e se relaciona com a terra como uma condição de realização do sujeito trabalhador. Em segundo lugar, o camponês é detentor da propriedade sobre os meios de produção, em um formato de produção artesanal que pressupõe a utilização da mão-de-obra familiar. Em terceiro lugar, o pequeno avicultor camponês trabalha para reproduzir os meios de vida suficientes à manutenção de sua condição como produtor, garantindo a satisfação das necessidades de sua família. Em quarto lugar, o produtor camponês, enquanto proprietário das condições de seu trabalho, opõe-se às condições de assalariamento de si, ao evitar sua própria proletarização.

Como argumentou Santos (1978, p. 22-23), no processo de trabalho do pequeno produtor familiar, mesmo como cooperado na avicultura não se realizam todas as condições fundamentais da relação social de produção capitalista, pois o camponês detém tanto a propriedade privada da terra quanto a dos instrumentos de seu trabalho e a posse dos meios de vida necessários à sua reprodução. O campesinato é, portanto, uma relação de trabalho não especificamente capitalista, a despeito de o camponês ser um produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente, mediante o mecanismo de *autoexploração*.

Tal como observou Santos, em relação à produção de uvas (1978, p. 109), também na avicultura a força de trabalho tem, na composição do valor da mercadoria, uma utilização maior que a maquinaria, predominante na avicultura industrial. O resultado dessa equação é que a proporção dos meios de produção é menor que da força de trabalho, no conjunto dos elementos da cadeia produtiva, podendo-se afirmar que a composição do valor da produção do pequeno avicultor é baixa.

Assim, o valor dos ovos produzidos pelo camponês, pequeno avicultor, é maior que o preço ofertado no mercado, já que o valor é definido a partir de uma taxa média de lucro, que inclui a produção avícola industrial. Logo, quando o camponês coloca sua

mercadoria no mercado e esta é realizada, no valor pago não abarca todo o valor gerado pelo trabalho do camponês. Esse sobretrabalho, materializado em sua mercadoria acaba sendo apropriado pelo capital industrial, determinando-se relações antagônicas e contraditórias.

3.5 CAMPESINATO E ESTADO

As políticas públicas obedecem ao jogo de forças em que o capital se mostra inexoravelmente mais forte. O Estado tem a tendência de atender aos interesses dos segmentos mais bem representados, revelando uma articulação autoritária entre o político e o econômico. O futuro das políticas de desenvolvimento é orquestrado pelo “capital maximizado”, ao mesmo tempo em que o “Estado minimizado” é sua plateia: assiste sentado o surgimento de leis e políticas que atendem os interesses das empresas capitalistas transnacionais, em detrimento dos interesses da sociedade. Esse cenário tem alimentado não a população faminta, mas as desigualdades sociais, a partir da expulsão e do controle social da população do campo (FERNANDES 2007, p. 81).

A mudança no perfil demográfico da população brasileira, com o crescente aumento do número de residentes nas cidades, em decorrência processo de modernização do campo, tem sido creditada às transformações do empresariado rural que, por uma razão ou outra, resolveu modernizar-se. As relações entre o setor privado e o Estado são comumente apresentadas como de afastamento, muito embora não se negue a influência e a representação dos empresários no direcionamento dos negócios do Estado. Mas as relações entre ambos são pensadas em termos de representação e influência (PALMEIRA, 1989). Em verdade, a modernização da agricultura tem sido direcionada pelo Estado e as feições dessa metamorfose guardam íntima conexão com as transformações sofridas pelo próprio Estado.

Até o início da década de 1960, o homem do campo não existia em termos legislativos, exceto uma previsão de proteção ao camponês acidentado, na Lei nº 3.724 de 1919, em seu art. 3º. O primeiro diploma legislativo específico para o trabalhador do campo foi o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, já que a

Consolidação das Leis do Trabalho, em vigor desde 1943, exclui o trabalhador do campo de seu âmbito, no artigo 7º. Em seguida, surgem o Estatuto da Terra, em 1964, uma extensa legislação complementar e uma legislação previdenciária, com relevantes efeitos, a partir do início dos anos 70. Toda essa legislação não surgiu sem lutas sociais e políticas, processo cujas disputas se refletem pela pendência da legislação para um lado ou para o outro (PALMEIRA, 1989). Após 1964 a temática da modernização do latifúndio foi priorizada, em detrimento da alma camponesa do Estatuto do Trabalhador Rural. A via “modernização conservadora”, modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar, caracteriza-se pela ênfase à especulação financeira e pela elevação do patamar da exportação de produtos agropecuários e agroindustriais como uma das mais importantes fontes de divisas para o país. O Estado se valeu de três instrumentos nesse processo de modernização: o crédito subsidiado, os incentivos fiscais às atividades agropecuárias e conexas e, por fim, uma caridosa política de alienação de terras públicas a grupos nacionais e estrangeiros, acompanhada do envolvimento das Forças Armadas com o problema fundiário e com a questão da terra. A repressão aos movimentos sociais no campo, pelo regime militar não impediu a continuidade da organização dos trabalhadores no campo (PALMEIRA, 1989).

A criação e implantação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) coincidiu com o impulso da modernização da agricultura. O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) do PRORURAL, com a extensão de alguns dos benefícios da legislação previdenciária urbana ao trabalhador do campo, incluindo desde o assalariado rural até o pequeno proprietário de unidade agrária. A partir do Estatuto do Trabalhador Rural, o trabalhador rural, em suas diversas faces, foi reconhecido como categoria profissional e — tornou-se objeto de políticas, o que resultou no esvaziamento das funções de mediação entre camponeses e Estado, até então exercida pelos grandes proprietários ou por suas organizações. O Estatuto da Terra, por sua vez, reconheceu a existência de uma questão agrária, de conflitos na agricultura (PALMEIRA, 1989).

As políticas públicas impostas acompanham os jogos de interesses dos capitalistas industriais, em detrimento da produção de alimentos. Como exemplo de como as

políticas públicas acabam favorecendo os segmentos politicamente mais representados, como a indústria, em relação à agricultura familiar:

Então de uma hora para outra oficializaram uma resolução e publicaram no Diário Oficial que em Santa Maria é proibida a irrigação (...) E o agravante contado a nosso favor é que a AGERH tinha proibido a nossa irrigação, mas na linha sucessória quando falta água, a indústria está em 4º lugar, a produção de alimentos está em 3º em prioridade e uma CST e uma ARCELLOMITTAL da vida não tinha sido suspenso o fornecimento e água (Entrevistado 1, 65 anos presumíveis, político do Município de Santa Maria de Jetibá).

Analisando a relação entre campesinato e Estado, Ploeg (2008, p. 240-242) observou que os pequenos agricultores se submetem ao que chamou de Império alimentar, que seriam as redes, interligações e complexos agroindustriais, as quais possuem capacidade para administrar os recursos disponíveis, como no caso da proibição de irrigação pela agricultura, sem uma imposição semelhante à indústria, conforme observou o político local entrevistado. A concepção fatalista, segundo a qual a fome e a desnutrição seriam efeitos de catástrofes ou de eventos geográficos foi contestada por Souza (2009). A crise dos alimentos surge a partir da construção de obstáculos que excluem milhões de pessoas do acesso à terra e de instrumentos e insumos necessários à produção de alimentos. A fome e a miséria são decorrentes das escolhas políticas nos países desenvolvidos, na perspectiva de manter a estrutura mundial opressiva de monopólio político, econômico, cultural e militar.

Na ótica de Ploeg (2008, p. 242), o Estado nada mais é que expressão do capital. A resistência camponesa ocorre frente ao processo de invisibilização que vem sendo forjado para convencer aos indivíduos, de uma forma geral, de que o camponês não encontra lugar no mundo da produção, em razão da crescente tecnificação (FELÍCIO, 2011, p. 74). Para Ploeg (2008), as empresas que estão fora do Império, vão sendo expulsas do circuito de mercado gradativamente, em razão da imposição do controle dos pontos de distribuição. O autor (2008) busca assim demonstrar que o Império visa justamente o desmonte da união dos produtores nos mercados locais, mediante o mecanismo da padronização, pelo disfarce de normas sanitárias.

Segundo Ploeg (2008, p. 240-242), o Império alimentar é uma rede com capacidade de organizar e distribuir, estrategicamente, os ativos e recursos disponíveis em todo

o território, no qual o Estado atua como expressão e a serviço do capital. Como observa Binda (2013, p.136), “desde a colonização o poder político e o poder do capital sempre caminharam lado a lado, muitas vezes incorporados em uma só pessoa”. O percurso entre produtor e consumidor se torna cada vez mais distante e, a cada dia, o custo para que o produto chegue à mesa do consumidor se torna maior.

A resposta a esse *modus operandi* do Império é pela coprodução, pelo que denomina capital ecológico, ou seja, através de condições ambientais apropriadas à atividade agrícola, mediante a observância dos critérios da sustentabilidade, respeitando a intimidade com os ciclos da natureza e possibilidade de uma agricultura pacífica a tais requisitos, pela potencialização dos atributos naturais.

Enquanto no modo camponês a agricultura obedece a regras locais para problemas globais, a forma empresarial possui uma estratégia artificial para problemas que atingem a todos, como o que ocorreu em relação à obrigatoriedade dos produtores que tinham suas lavouras às margens do Rio Santa Maria, na década de 80, de desmatar 2 m de Mata Atlântica, para que o desenho do rio se tornasse “reto”:

Em 82 a 86 houve o projeto e abriu o rio Santa Maria reto, porque antes era todo curvado e aí era obrigado a todos que moravam no Rio Santa Maria era obrigado a fazer um tipo de financiamento, comprar um tipo de produto e ficar agarrado no governo. A gente era obrigado a desmatar, na época duas entradas de Mata Atlântica e o governo vem que a gente precisa reflorestar. Se a gente não fosse obrigado aquela época a desmatar, a gente não tava passando o que tá passando hoje. A gente não entende essa modalidade que o governo pratica. E naquela época eles tiraram duas alturas, da rocha, nas cacheiras, então faz uma conta em 10, 20 km, baixar dois metros o lençol freático, quanta água que tinha reservado, que não tem mais hoje (Selene Hammer Tesch, 50 anos presumíveis, presidente da Associação Amparo Familiar e agricultora orgânica).

Uma alternativa no sentido de buscar-se políticas que visem o desenvolvimento rural sustentável, de forma a assegurar a multifuncionalidade dos espaços rurais, da agricultura e dos serviços ambientais, foi a doação de uma van para transportar os produtores de orgânicos para as feiras e para visitas técnicas, pela Associação Amparo Familiar, de Alto Santa Maria. O veículo foi adquirido pela Secretaria Estadual de Agricultura, pelo valor total R\$ 124.700,00 com a contrapartida, pela Prefeitura de Santa Maria no aporte de R\$ 32.550,00.

Tal iniciativa vai ao encontro da teoria de Sabourin (2009), política pública que reconhece as estruturas e dispositivos locais, cuja atuação se dê com base em relações de reciprocidade, como o que ocorre com o manejo de terras e equipamentos coletivos e dos bens públicos locais: água, florestas, biodiversidade, informação, inovação, educação, saberes locais, e dos bens públicos locais: água, florestas, biodiversidade, informação, inovação, educação, saberes locais.

A reunião de entrega do veículo ocorreu no dia 04 de abril de 2016, com a presença do prefeito de Santa Maria de Jetibá, Eduardo Stuhr; do secretário de Estado da Agricultura, Octaciano Neto; do secretário municipal de Agropecuária, Manfredo Kruger; do diretor presidente do Idaf, Júnior Abreu; do diretor presidente da Ceasa, José Carlos Buffon; dos vereadores Arlindo Lagass e Clóvis Braun; do secretariado e de representantes do Sebrae, do Incaper e do Banco do Brasil, além de produtores orgânicos (foto 19).

Foto 19 – Produtores orgânicos participam da entrega de veículo



Fonte: Radio Jetibá Online - 05 abr 2016¹⁵

Chonchol (2005, p. 35) enfatiza a necessidade da promoção de debates acerca de temas como segurança alimentar e soberania alimentar, assim como da implementação de políticas públicas que apresentem um forte enfrentamento ao modelo econômico do agronegócio. A segurança alimentar, segundo Mazzei (2007), é um termo comum, mas que, em seu conteúdo político, diz respeito a um conjunto

¹⁵ Disponível em: <<http://jetibaonline.com/produtores-de-organicos-recebem-van-em-alto-santa-maria/>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

estratégico de medidas, a nível nacional, com vistas a garantir alimentação a toda a população, de forma permanente. Assim, diz respeito não somente à autossuficiência dos alimentos, mas a políticas que estabilizem os preços pela coordenação e equilíbrio dos recursos de cada país com a oferta internacional de alimentos.

Como lembra Souza, (2009, p. 116-117), a teoria da soberania alimentar não nega a inserção dos agricultores ao mercado. Ao revés, incentiva o planejamento e efetivação de políticas que promovam o direito dos povos ao planejamento da produção de alimentos de forma saudável e ecologicamente sustentável. Ela considera que, historicamente, a protelação da realização da reforma agrária no Brasil e a escolha pelo modelo de transformação da terra em mercadoria, acabou por incentivar a saída do homem do campo, com a crescente concentração econômica em poucas empresas transnacionais, as quais passaram a deter o poder de fixar preços e condições no que diz respeito à produção de alimentos.

O atingimento da soberania alimentar só será possível pela promoção de uma radical Reforma Agrária, com a promoção das agriculturas familiares. Diante da rapidez da desterritorialização da agricultura camponesa, do empobrecimento dos pequenos agricultores, a ocupação da terra apresenta-se como forma de ressocialização. Na esteira de Fernandes (2007, p. 92), o território, para o camponês, é um trunfo e cada ocupação de terra é uma batalha vencida na arena das disputas entre os territórios do capital e do campesinato. Nesta disputa, o campesinato pode sair fortalecido de conseguir enfrentar as ideologias e as estratégias do agronegócio, defendendo seu território e se expandindo, a partir da conquista de seus próprios espaços políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando por base os dois modelos de desenvolvimento que disputam os territórios no campo, no Brasil, capitalista e do campesinato, a partir da pesquisa no campo que realizamos, faremos algumas considerações.

O estudo da formação do campesinato em Santa Maria de Jetibá revelou que a agricultura familiar é uma modalidade de relação de trabalho em que o trabalhador rural, como produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente é expropriado, inserido na lógica capitalista em uma escala ascendente de campesinidade, desde um extremo, em que a produção é praticamente para subsistência, até atingir um lugar-momento de campesinidade nula, em que deve ser considerado empresa agrícola capitalista - o agronegócio. Neste ponto, possui uma produção especializada, monocultora e em grande escala, valendo-se do trabalho assalariado e não do trabalho familiar, de forma preponderante. Pode até mesmo se apresentar como agricultor familiar, em um rótulo artificial e falseado do campesinato, cujas características são seu oposto: produção normalmente diversificada (mas não somente), em pequena escala, com a predominância do trabalho dos membros da família e baixo índice de mecanização.

Mostramos que a disputa desses dois modelos territoriais produzem o segundo território no mesmo espaço geográfico. As fronteiras limítrofes entre essas duas territorialidades são tênues. Essa desigualdade no âmbito das relações entre esses particulares abre espaço para a adoção do princípio da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, no que compete às relações de mercado, relações de trabalho e relações familiares, devendo a proteção jurídica favorecer os camponeses, em razão da importância econômica dos pequenos produtores, os que colocam alimento na mesa dos trabalhadores e sociedade. O Município de Santa Maria de Jetibá, assim como os demais territórios, muito embora se apresente como uma totalidade, como uma criação social que ignora suas constantes conflitualidades, não é uno. Um olhar mais atento permite perceber disputas constantes nos diversos segmentos e atividades.

Na tentativa por traçar a identidade do camponês, vimos que é possível conciliar duas perspectivas: a objetiva, chayanoviana, e a subjetiva, woortmaniana, sendo possível afirmar que o campesinato é um sujeito que comparece no mundo do trabalho enquanto uma unidade de produção peculiar, na qual o equilíbrio entre trabalho e necessidades de consumo da família determinam o ritmo do trabalho, a partir de um ponto de vista organizacional (perspectiva objetiva), o qual possui uma

relação com a terra não mercantilizada, compreendendo a terra como propriedade da família, dada por Deus (perspectiva subjetiva).

Vimos neste trabalho que a constituição do espaço territorial do Município escolhido para estudo foi formada a partir de um contexto histórico-social amplo, que remonta ao início da construção do território brasileiro. Todo esse longo período foi caracterizado por uma estrutura fundiária marcada pelo monopólio de classe sobre a terra em todas as regiões do país, de forma a impedir o acesso do trabalhador comum à terra, obrigando-o a trabalhar para o capital. A extração do excedente social do campo depende de se manter a concentração da propriedade privada da terra e tem por devastadora consequência um aumento da oferta da mão de obra em proporção superior à capacidade de aproveitamento no campo.

Esta é precisamente a característica nuclear da estrutura fundiária brasileira: seu alto grau de concentração. A concepção naturalizada de que o surgimento do campesinato no Brasil se deu a partir da colonização europeia no século XIX, pela boa vontade de grupos políticos que buscavam o povoamento do território brasileiro tem por objetivo apagar da história as longas lutas camponesas pelo acesso à terra. Os camponeses brasileiros, incluindo os camponeses pomeranos de Santa Maria de Jetibá possuem uma trajetória de itinerância, desde sua vinda ao Brasil e em outros períodos deslocaram-se para outras regiões no país em busca de novas terras, consequência do avanço do capital sobre a terra.

Discutimos como a hipótese legal de incidência do termo “trabalho infantil”, como atividade proibida, precisa ser compreendida como um fato social extremamente complexo, que envolve situações muito mais amplas que a exploração infantil, situação que deve, efetivamente, ser combatida. O tema da atividade da criança na terra deve ser visto sob a perspectiva da lógica camponesa, que constrói toda a sua subjetividade em sua relação com a terra, em família. A proteção da infância passa, necessariamente, pela proteção dos significados e símbolos culturais do campesinato.

Mostramos que toda a organização do processo de trabalho no campo é realizada favoravelmente ao homem, muito embora a jornada de trabalho da mulher seja

superior, contando o tempo de trabalho doméstico. No âmbito privado, as disputas de poder acabam por privilegiar o homem, dono do território, já que a tradição é da mulher, com o casamento, passar a viver nas terras da família do marido, em território de certa forma estranho, ocupando um lugar subalternizado.

O território, objeto de nosso estudo é uma localidade que possui todos os critérios que tornam o lugar com alto potencial turístico, de apropriação capitalista do espaço e da cultura, em razão do clima tropical de altitude, conversas em pomerano entre os residentes, ocorrência de festas tradicionais, presença de costumes e tradições peculiares da cultura pomerana, cachoeiras, barragem do Rio Bonito e belas paisagens como a da Pedra do Garrafão e de extensas áreas de Mata Atlântica.

Apesar de todo esse perfil pretensamente turístico, em nossa pesquisa, percebemos resistências culturais para o desenvolvimento do turismo em Santa Maria de Jetibá: tendência do capital de conservação das estruturas de poder, de contornos marcadamente agrícola; a histórica característica de isolamento dos pomeranos e manutenção de costumes de seus antepassados; receio de que o turismo acabe por encarecer o valor das terras, fazendo com que seja mais lucrativo para o camponês vender suas terras e buscar colocação no mercado de trabalho como assalariado.

As condições de constituição do pequeno produtor de orgânicos, do pequeno agricultor convencional e do pequeno avicultor, na ótica deste trabalho, camponeses, comparecem na produção capitalista como uma condição de realização do sujeito trabalhador. Isso porque, apesar de serem detentores da propriedade sobre os meios de produção, utilizam preponderantemente a mão-de-obra familiar, trabalhando para reproduzir os meios de vida suficientes à manutenção de sua condição como produtor, garantindo a satisfação das necessidades de sua família, em oposição às condições de assalariamento de si. Ocupa, contudo, uma posição de sujeição na cadeia produtiva, e não de igualdade com o produtor capitalista. O agricultor familiar de Santa Maria de Jetibá encontra-se em uma das pontas de uma relação de trabalho não especificamente capitalista, a despeito de ser um produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente, mediante o mecanismo de *autoexploração*.

Para o objetivo deste estudo, portanto, o fundamental é construir debates e estratégias políticas que respeitem e promovam a proteção às estruturas camponesas locais, marcadas por relação de reciprocidade, bem como pensar políticas públicas que tenham por pressuposto fortalecer a expansão do território camponês obedecendo regras locais, as quais respeitem o modo de viver do campo, valorizem o capital ecológico e criem condições ambientais apropriadas à atividade agrícola, a partir dos critérios de sustentabilidade, respeitando os ciclos da natureza e potencializando seus atributos.

Quando inserimos no título deste trabalho a assertiva de que os camponeses são “filhos da enxada”, minha intenção era reconhecer o território camponês como terreno revolucionário perante a estrutura capitalista de dominação, ainda que tal condição não seja reconhecida pelo próprio sujeito. A disputa territorial entre campesinato e capital na arena política faz com que os territórios estejam em constante transformação. Tal como o homem transforma a terra pelo seu instrumento de trabalho – sua enxada, o campesinato possui sua própria arma em face do capital: sua resistência à lógica homogeneizadora do capital, seja pela manutenção ou pela ocupação da terra. Este, parece-nos, é o ponto central quando se discute a questão agrária no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ABRANTES, V. **Memória sobre os meios de promover a colonização**. Berlim: Typographia de Unger Irmãos: 1846. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00029800#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 09 ago 2016.

ALCANTARA FILHO, J. L.; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Heera**, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 63-85, jul-dez 2009.

ALVES, F. D. Importância das teorias agrárias para a geografia rural. **Revista Mercator**, Vol. 8, n. 16, 2009.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo, Boitempo, 2009 (Coleção Mundo do Trabalho).

ANZILAGO, J. I. WELCH, C., **Mulheres camponesas construindo territórios agroecológicos, na luta por políticas públicas**. Disponível em: <<http://www.fasem.edu.br/revista/index.php/fasemciencias/article/view/77/118>>. Acesso em 19 jan. 2017.

ATLAS. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em:<<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 09 set 2016.

BAIARDI A.; ALENCAR, M. M. A. Agricultura Familiar, seu Interesse Acadêmico, sua Lógica Constitutiva e sua Resiliência no Brasil. **RESR**, Piracicaba - SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S045-S062, 2014.

BASSETTI, T. M. B. **Turismo e campesinato** – embates ideológicos e culturais em Colombo-PR. 2009. Tese (doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2009.

_____. Turismo rural e sustentabilidade: o caso de municípios do Espírito Santo. **Revista Itinerarium**, v.1, 2008. UNIRIO. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium>>. Acesso em: 21 jan 2017.

BELUSSO, D. **A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná.** 2010. Tese (Doutorado) – Presidente Prudente, 2010.

BERNARDO NETO, J. **Pequenas propriedades rurais e estrutura fundiária no Espírito Santo: uma tentativa de entendimento das particularidades capixabas.** Monografia (TCC) – Universidade Federal do Espírito Santo. 2009.

BINDA, R. J. **Doce exploração: percepções do trabalhador rural do setor sucroenergético da microrregião nordeste do Espírito Santo sobre dignidade em sua atividade laboral.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito de Vitória. Vitória, 2013.

BLAJ, I. Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo Colonial. **Revista de História** p.142-143 e 239-259. 2000. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Camponeses-Brasileiros-vol-1-NEAD.pdf>>. Acesso em: 09 set 2016.

BORSATTO S. B.; CARMO S. C. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, vol. 51, n.4, dez. 2003.

BOURDIEU, P. **A dominação Masculina.** Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro 2º ed. Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto de 25 de novembro de 1808.** Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil. Leis Históricas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_48/dim251808.htm>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Lei de 23 de outubro de 1832.** Regulamenta naturalização dos estrangeiros. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37324-23-outubro-1835-63838-publicacaooriginal-87885-pl.html>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº. 528, de 28 de junho de 1890.** Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102013&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 6.455, de 19 de abril de 1907.** Aprova as bases

regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6455-19-abril-1907-502417publi_cacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 4.247, de 6 de janeiro de 1921**. Regula a entrada de estrangeiros no território nacional. Legislação Informatizada. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4247-6-janeiro-1921-568826-publicacaooriginal-92146-pl.html>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930**. Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938**. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Legislação Informatizada. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 3.010, de 20 de agosto de 1938**. Regulamenta o Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=3010&tiponorma=DEC&data=19380820&link=s>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945**. Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7967.htm>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 4340, de 19 de dezembro de 2002**. Cria o Parque Nacional dos Pontões Capixabas, nos Municípios de Pancas e Águia Branca, no Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/capixabas.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 23 out 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 11.686 de 2 de junho de 2008**. Altera a categoria da unidade de conservação Parque Nacional dos Pontões Capixabas para Monumento Natural dos Pontões Capixabas, nos Municípios de Pancas e Águia Branca, no Estado do Espírito Santo. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11686.htm>. Acesso em: 23 out. 2016.

BRASIL. **Programa das nações unidas para o desenvolvimento (PNUD)**. Disponível em <<http://www.br.undp.org/>>. Acesso em: 17 out. 2016.

BREMENKAMP, E. S. **Análise sociolinguística da manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. (2014). Disponível em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=placa+pomerano+santa+maria+de+jetib%C3%A1>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BUFFON, J. A. **O café e a urbanização no Espírito Santo**: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. Dissertação de Mestrado. UNICAMP: Campinas, 1992.

CALIMAN, O. Gestão e Cultura no Espírito Santo. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social** v.1 n.2. mai./ago. Salvador: EAUFBA, 2012.

CAMPOS, J. F. S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. 387 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita” (Unesp), Presidente Prudente.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11 ed. Ouro sobre azul. Rio de Janeiro: 2010.

CARNEIRO, P. A S. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. 2009. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v.4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Buenos

Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

CHONCHOL, J. **Soberania Alimentar**. São Paulo, Estudos Avançados, v.19, Nº55, set/dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142005000300003&lng-pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 jan. 2017.

COOPEAVI. **A Coopeavi – História**. 2016. Disponível em <<http://www.coopeavi.coop.br/?institucional>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

COOPETRANSERRANA. **A Empresa**. 2016. Disponível em: <<http://www.coopetranserrana.com.br/empresa>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

CONDE, B. S. **Depois dos jesuítas: a economia colonial do Espírito Santo (1750-1800)**. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

COVRE, J.; FASSARELLA, R. A. **Estudo da cadeia produtiva da avicultura de postura no município de Santa Maria de Jetibá no Estado do Espírito Santo**. In: Anais do congresso da Sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural, Mato Grosso do Sul, 2010.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Programa de assistência técnica e extensão rural**. PROATER 2011 – 2013. Santa Maria de Jetibá. Planejamento e programação de ações - (2011). Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro_cerrano/Santa_Maria.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

FARIA, N. M. X.; FACHINI, L. A.; FASSA, A. G.; TOMASI, E. Trabalho rural e intoxicações por agrotóxicos. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p.1298-1308, 2004.

FELÍCIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT, UNESP, 2011.

FERNANDES, B. M. Territórios da questão agrária: campeonato, reforma agrária e agronegócio. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. Volume 34 - Nº 2 • JUL / DEZ - 2008 • ISSN – 0102-1184 p. 77-93.

_____. **Entrando nos territórios do Território**. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, João E. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GOLÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, qq3aa2014.

FORMENTINI, E. A. **Experiências de certificação da Associação de Agricultores e Agricultoras de Produção Orgânica Familiar de Santa Maria de Jetibá/ES**. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS – 25 nov. 2013 a 28 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/820.pdf>>. Acesso em: 13 nov 2016.

GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira: uma análise dos problemas agrários através do mapa**. 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Eduardo%20Paulon%20Girardi.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

GUIMARÃES, A. P. VI Formação da pequena propriedade: I. Intrusos e posseiros. In.: Quatro séculos de latifúndio. Camponeses brasileiros Leituras e interpretações clássicas. v. 1. WELCH, C. A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. V. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 335p.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **ES em mapas**. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

JACOB, J. K. **A imigração e aspectos da cultura pomerana no Espírito Santo**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1992.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 3. ed., 1980.

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LEITE, C. H. B. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais na relação de emprego. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – n. 17 – jan. /jun. 2011, p. 33-45.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O processo de formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUXEMBURG, R. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MACENTE L.B., SANTOS E.G., ZANDONADE E. **Tentativas de suicídio e suicídio em município de cultura pomerana no interior do estado do Espírito Santo**. J Bras. Psiquiatr. 2009; 58(4):238-244. doi: 10.1590/S0047-20852009000400004.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo histórico**. Petrópolis: Vozes: 1981.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2011.

MAZZEI, U. Diferencias entre seguridad y soberania alimentaria. **Territórios**. Guatemala, Soberania alimentaria 2, p. 50-53, out. 2007.

MENDONÇA, A. L.O. **O legado de Thomas Kuhn após cinquenta anos**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662012000300006>. Acesso em: 17 jan. 2017.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MEYER, T. N; RESENDE, I. L. C.; ABREU, J. C. Incidência de suicídios e uso de agrotóxicos por trabalhadores rurais em Luz (MG), Brasil. **Rev. bras. Saúde Ocup.** São Paulo, ago. 2007, v. 32, n. 116, p. 24-30.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo, HUCITEC, 1978.

Mudança na irrigação faz produtor economizar 50% de água no ES. Entrevista concedida por Juniomar Schmidt. **TV Gazeta**, Espírito Santo, 11 out. 2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/10/mudanca-na-irrigacao-faz-produtor-economizar-50-de-agua-no-es.html>>. Acesso em: 09 out 2016.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO JETIBA. Disponível em <<http://www.pmsmj.es.gov.br/portal/>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO POMERANA. Disponível em: <<http://www.museudaimigracaopomerana-vilajetiba.com/>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

NETTO, J. P. (Org.). **Lênin: o desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NOZOE, N. Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia. **Revista Economia**, vol. 7, n. 3, pp. 587-605, set. /dez. 2006.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 3. n. 7, p. 87-108, 1989.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2012.

PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). 1. ed. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

PRADO, C. B. O capítulo XXV de O Capital: a teoria moderna da colonização como analogia à possibilidade de libertação da classe trabalhadora. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 86, julho de 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/086/86prado.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

PRADO JÚNIOR, C., **A revolução brasileira: A questão agrária no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ROCHA POMBO, J. F. da. **História do Brasil**. Edição do Centenário, 1966.

RÖLKE, H. R. **Descobrendo Raízes - Aspectos Geográficos, Históricos e Culturais da Pomerânia**. Vitória: UFES. Secretaria de Produção e Difusão Cultural: 1996.

ROSSET, P. Alternativa à política fundiária de mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar. *In: Capturando a terra*. SAUER, S.; PEREIRA, J. M. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2006, p- 315-342.

SABOURIN, E., Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento, 2011. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai. /ago. 2011, p. 24-51.

SANTOS, A. F. P. R. dos. Uma introdução à Sociologia das profissões jurídicas. **Prisma Jur.**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 79-99, jan./jun. 2012.

SANTOS, C. R.S., Territórios não-capitalistas e reprodução do capital: o papel de Rosa Luxemburgo. **Revista Mercator**, v. 9, n. 18, jan. /abr, p. 27-38, 2010.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho**. Editora Hucitec: São Paulo: 1978.

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SARMENTO, D. **Direitos fundamentais e relações privadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHWARTZ, Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil: The Slaves' View of Slavery. **Hispanic American Historical Review**, v.57, n.1, p. 69-81, 1977.

SEYFERTH, G. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 2000.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. O velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos Cebrap. Petrópolis: Vozes, 1980.

SICCOOB. **Apresentação**. (2016). Disponível em: <<http://www.siccoob.com.br/o-siccoob/apresentacao;jsessionid=Fy+ul5NdQ8fjKiCvqkc+PSf3.undefined>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**, São Paulo: Zahar, 1981.

_____. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

SINGER, P. I. **Apresentação**. In. LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. VII-XLII.

SOUZA, A. S. Um debate acerca da soberania alimentar e da agroecologia: um desafio de percepção e de prática. Ou, de que lado é o meu quintal? **Revista Pegada** – vol. 10, n.1113 jun./2009. Disponível em

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/1682/1617>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

SPAMER, H. Imigração pomerana no Espírito Santo: território e identidades. In: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Org.). **Memórias, traumas e rupturas**. Vitória: LHPL/UFES, 2013, p. 1-15.

STROPASOLAS, V. L. Trabalho infantil no campo: do problema social ao objeto sociológico. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, Ano 17, n. 27, 2012, 249-286.

TAYER NETO P. F.; GONÇALVES NETO J. C. **Direito agrário e Velha República: uma análise da legislação e dos conflitos por terra a partir do romance “Tocaia Grande” de Jorge Amado**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=f7b027d45fd7484f>>. Acesso em: 10 out. 2016.

VARGAS, R. P. F.; SANT’ANA, A. L.O.; CASTRO, A.C., Práticas culturais pomeranas: a relação com a terra, **Cadernos de Agroecologia**, Alegre, v. 10, n. 1, jun. 2015.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp, 2012.

VIANA, M. T. As relações de trabalho sem vínculo de emprego e as novas regras de competência. In: COUTINHO, G. F.; FAVA, M. N. (Coord.). **Nova competência da justiça do trabalho**. São Paulo: LTr, 2005, p. 259-275.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ, Sociol. Rural**. Vol. 52. Supl. 1. Brasília, 2014.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.

WOORTMANN, K. **Com parente não se neguceia**. O campesinato como ordem moral. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.